

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 107/2010, da Portaria TCU nº. 277/2010 e da Portaria CGU nº. 2546/2010.



LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho

CGC – Coordenação de Gestão Corporativa das Estatais

CGPC - Conselho de Gestão da Previdência Complementar

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

DE – Diretoria Executiva

DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

DICOGE - Divisão de Contabilidade Geral

DN/TCU - Decisão Normativa Tribunal de Contas da União

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DRM – Departamento de Recursos Minerais

EFPC – Entidade Fechada de Previdencia Complemetar

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GEPAC - Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento

ISO – International Organization for Standardization

LOA – Lei Orçamentária Anual

MME – Ministério de Minas e Energia

MP – Ministério de Planejamento

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

OCI - Órgão de Controle Interno

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PJ - Pessoa Jurídica

PLOA - Projeto Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PPI – Projeto Piloto de Investimento

PR - Presidência

PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PTRES – Programa de Trabalho Resumido

RA – Relatório de Auditoria

RAP – Revista de Administração Pública

RE - Recomendação

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

RP - Restos a Pagar

SE – Secretaria Executiva

SERAFI-RJ – Serviço de Administração e Finanças do Escritório do RJ

SGB – Serviço Geológico do Brasil

SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios Contratos de Repasse e Termos de Parceria

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação



LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

SPC – Secretaria de Previdência Complementar

SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SUREG – Superintendência Regional

TCE – Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UG – Unidade Gestora

UGO – Unidade Gestora Orçamentária

UGR – Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

WebPAC - Sistema de Gerenciamento de Recursos Oriundos do PAC



LISTA DE QUADROS

- Quadro A.1.1 Identificação da UJ Relatório de Gestão Individual
- Quadro A.2.1 Demonstrativo da Execução por Programa de Governo
- Quadro A.2.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ
- Quadro A.2.3 Identificação das Unidades Orçamentárias
- Quadro A.2.4 Programação de Despesas Correntes
- Quadro A.2.5 Programação de Despesas Capital
- Quadro A.2.6 Quadro Resumo da Programação de Despesas
- Quadro A.2.7 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- Quadro A.2.8 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
- Quadro A.2.9 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UI
- Quadro A.2.10 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
- Quadro A.2.11 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro A.2.12 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro A.2.13 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro A.3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Quadro A.4.1 Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
- Quadro A.5.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.5 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.6 Composição do Quadro de Estagiários
- Quadro A.5.7 Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.
- Quadro A.5.8 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
- Quadro A.5.9 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
- Quadro A.5.10 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra
- Quadro A.6.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
- Quadro A.6.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro A.6.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes
- Quadro A.6.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse
- Quadro A.6.5 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Ouadro A.9.1 Estrutura de controles internos da UJ
- Quadro A.10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- Quadro A.11.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
- Quadro A.11.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros



LISTA DE QUADROS

- Quadro A.11.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
- Quadro A.12.1 Gestão de TI da UJ
- Quadro A.15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
- Quadro A.15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- Quadro A.15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
- Quadro A.15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- Quadro B.1.1 Declaração Plena do Contador
- Quadro B.4.1 Composição Acionária do Capital Social
- Quadro C.12.1 Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
- Quadro C.12.2 Síntese da remuneração dos administradores



SUMÁRIO

LISTA D	DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS	2
	DE QUADROS	
ORGAN	OGRAMA FUNCIONAL	9
1.	Identificação	10
2.	Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade	11
2.1	Responsabilidades Institucionais da unidade	11
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	11
	Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	
	Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	
	Execução Física das ações realizadas pela UJ	
	Desempenho Orçamentário e Financeiro	
	Programação Orçamentária das Despesas	
	Programação de Despesas Correntes	
	Programação de Despesas de Capital	
	Quadro Resumo da Programação de Despesas	
	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	
	Execução Orçamentária da Despesa	
	Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	
	Despesas por Modalidade de Contratação	
	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	
	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	
	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	
	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	
	Desp. Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	
	Desp. de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	
	Indicadores Institucionais.	
	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	
	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	
3.2	Análise Crítica	
	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	
	Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	
	Análise Crítica.	
	Informações sobre recursos humanos da unidade	
	Composição do Quadro de Servidores Ativos	
	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	
	Quadro de custos de recursos humanos.	
	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	
	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	
	Informação sobre as transferências.	
	Transferências efetuadas no exercício.	
	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010	
	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados	
	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências	
	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	
	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	
	Análise Crítica	
	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e	
	s ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no	
	Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios,	
	s de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309,	
	gosto de 2010	38



SUMÁRIO

8.	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8./30, de 10 de	
novemb	ro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	38
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	38
9.1	Estrutura de controles internos da UJ	38
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens,	
contrata	ção de serviços ou obras	40
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	40
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como "Bens de Uso	
Especial	l" de propriedade da União ou locado de terceiros	41
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	41
11.2	Análise crítica	
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	42
12.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	42
13.	Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ	43
14.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos	
do TCU	ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se	
vincula	ou as justificativas para o não cumprimento	43
14.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	
14.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	50
14.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício	
14.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	
15.	Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno.	62
16.	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o	
desempe	enho da gestão no exercício	
17.	Declaração do contador responsável	62
17.1	Declaração Plena	
18.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº. 4.320/64, incluindo as notas explicativas	
19.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas	
20.	Informações sobre a composição acionária do capital social	
20.1	Composição Acionária do Capital Social	
20.2	Composição Acionária da UJ como investidora	
21.	Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis	64
22.	Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária,	
	elho de administração e do conselho fiscal	
22.1	Remuneração paga aos administradores.	
23.	Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar	
23.1	Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	
23.2	Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício	67



LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

ANEXO II – Balanço Orçamentário Lei 4320 1964

ANEXO III – Balanço Financeiro Lei 4320 1964

ANEXO IV - Balanço Patrimonial Lei 4320 1964

ANEXO V – Demonstração das Variações Patrimoniais Lei 4320 1964

ANEXO VI – Demonstrações Contábeis 2010

ANEXO VII – Notas explicativas 2010

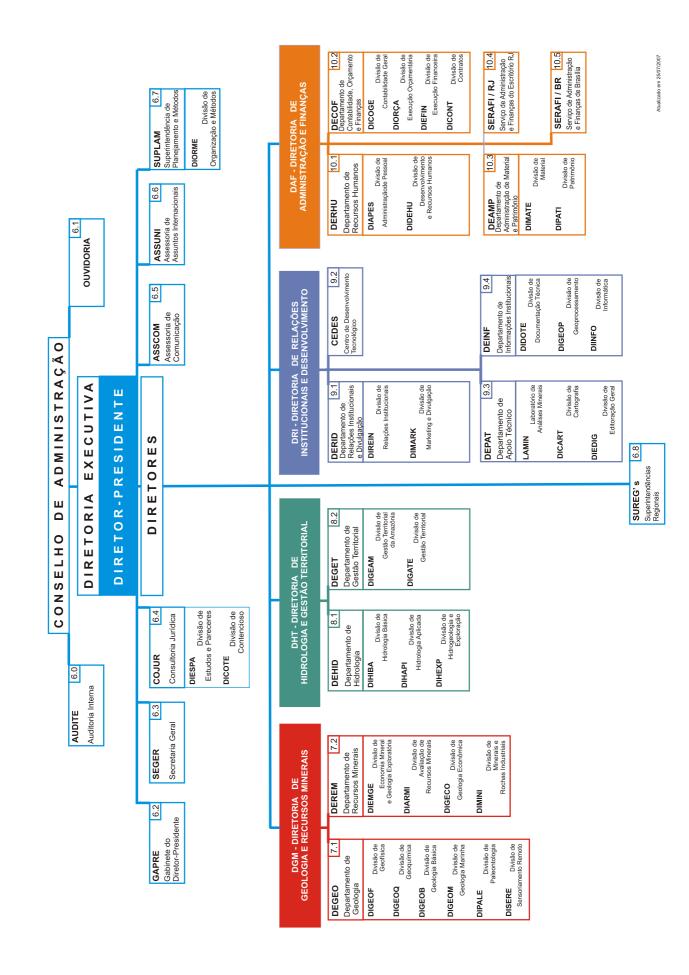
ANEXO VIII - Relatório da Auditoria Externa

ANEXO IX – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

ANEXO X – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

ANEXO XI - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar







1. Identificação

Ouadro A 11. Identificação da III. Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ	– Relatorio de Gestão Individual							
Poder e Órgão de vinculação								
Poder: Executivo								
Órgão de Vinculação: Ministério de	Minas e Energia	Código SIORG: 2852						
	Identificação da Unidade Jurisdicionada							
Denominação completa: Companhia	de Pesquisa de Recursos Minerais							
Denominação abreviada: CPRM								
Código SIORG: 000227 Código LOA: 32202 Código SIAFI: 495001								
Situação: Ativa								
Natureza Jurídica: Empresa Pública								
Principal Atividade: Pesquisa e Des	Principal Atividade: Pesquisa e Desenvolvimento das Ciências Físicas e Naturais Código CNAE: 7310-5							
Telefones/Fax de contato: (061) 21	Telefones/Fax de contato: (061) 2192-8252 (061) 3224-1616							
Endereço eletrônico: ouvidoria@cpi	m.gov.br							
Página da Internet: www.cprm.gov.	br							
Endereço Postal: SGAN Quadra 603	6 – Conj."J" – Parte A – 1° andar, CEP 7083	0-30, Brasília, DF						
No	rmas relacionadas à Unidade Jurisdiciona	ada						

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

O Decreto-Lei nº. 764, de 15 de agosto de 1969, autoriza a constituição da sociedade por ações Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Em 1994, a Lei nº. 8.970, de 28 de dezembro de 1994, transforma a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais CPRM em empresa pública, com funções de Serviço Geológico do Brasil.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

O Decreto nº. 1.524, de 20 de junho de 1995, aprova o Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais -CPRM.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

www.cprm.gov.br

1 6	Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada							
Inidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada								
Código SIAFI	Nome							
495001	CPRM							
495110	CPRM / Sede Brasília							
495130	CPRM / Escritório Rio de Janeiro							
495250	CPRM / Superintendência de Manaus							
495260	CPRM / Residência de Porto Velho							
495300	CPRM / Superintendência de Belém							
495350	CPRM / Superintendência de Recife							
495370	CPRM / Residência de Fortaleza							
495400	CPRM / Superintendência de Salvador							
495500	CPRM / Superintendência de São Paulo							
495550	CPRM / Superintendência de Porto Alegre							
495600	CPRM / Superintendência de Belo Horizonte							
495650	CPRM / Superintendência de Goiânia							
495710	CPRM / Residência de Teresina							
Gestões relacionada	s à Unidade Jurisdicionada							

Código SIAFI

Código SIAFI	Nome
29208	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

27200 Companina de l'esquisa de Recursos	5 Willierans						
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões							
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão						
495001	29208						
495110	29208						
495130	29208						
495250	29208						
495260	29208						
495300	29208						
495350	29208						
495370	29208						
495400	29208						
495500	29208						



Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
495550	29208
495600	29208
495650	29208
495710	29208

2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade

2.1 Responsabilidades Institucionais da unidade

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma instituição vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), inicialmente criada como empresa de economia mista pelo Decreto-Lei nº. 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública com atribuições e responsabilidades de Serviço Geológico do Brasil (SGB) pela Lei nº. 8.970, de 28 de dezembro de 1994.

Tem a missão corporativa de "gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil", advinda do preceito constitucional que delega à União a responsabilidade em prover o serviço oficial de geologia de âmbito nacional (Art. 21, item XV, da Constituição Federal).

Para cumprir sua missão, a CPRM/SGB atua em três áreas intrínsecas das geociências: Geologia (incluindo Recursos Minerais), Recursos Hídricos e Geodiversidade, além de mobilizar imenso patrimônio profissional e tecnológico no desenvolvimento e manutenção de geotecnologias de suporte e divulgação de seu acervo.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Do ponto de vista operacional, a CPRM/SGB é uma instituição focada em projetos, sendo responsável pela execução do Programa Geologia do Brasil do Plano Plurianual (PPA) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, agora em sua segunda versão, de onde advém sua principal fonte de financiamento. Ademais, via convênios com instituições públicas, executa projetos relacionados à sua área de atuação, por meio de descentralização orçamentária, para outros órgãos da administração direta.

As diretrizes básicas das políticas brasileiras oficiais para a geologia, lato sensu, são estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), via Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) – à qual está subordinada a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB), executando projetos – e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), gerenciando a outorga das concessões mineiras e fiscalizando a atividade da mineração no país.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo							
Código no PPA: 1115 Denominação: Geologia do	Brasil						
Tipo do Programa: Finalístico							
Objetivo Geral: Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos							
minerais e difundir o conhecimento geológico							
Objetivos Específicos: Gerar e difundir informações gu	eológicas e hidrogeológicas para indução de investimentos no						
setor mineral							
Gerente: Agamenon Sérgio Lucas Dantas	Responsável: Agamenon Sérgio Lucas Dantas						
Público Alvo: Empreendedores, pesquisadores, institui	ções governamentais e não-governamentais						



	Informações orçamentárias e financeiras do Programa Em R\$ 1,00								
	Dotação Despesa Despesa Restos a Pagar								
Inicial		Final	Empenhada Liquidada n		não processados		Valores Pagos		
27	276.937.561 349.221.839 339.804.587 2					48.	281.504,00		258.997.303
		Inf	ormações sobre os	resultados al	lcança	dos			
	Indicador	(Inidada	Referência						Índice
	Indicador (Unidade medida)		Data Índice ini		Índice	re final Índice previsto			_
	no exercicio exercicio								
1	P	ercentagem	17/06/2006	20,00	0	,00	34,450		22,930
Fórmula	Fórmula de Cálculo do Índice								

Relação percentual entre a área coberta por levantamento geológico na escala 1:250.000 e a área total do território nacional.

Análise do Resultado Alcançado

Na escala de 1:250.000, conforme o resultado apresentado no final do exercício de 2010, observa-se que a CPRM realizou 66,56% do Índice previsto para 2010, apresentando um nível satisfatório no cumprimento da meta previamente estabelecida para Cobertura de Levantamento Geológico do Território Nacional na escala contemplada.

	Indicador (Unidada	Referência		Índias provists	Índice	
()rdem	Indicador (Unidade medida)	Data	Índice inicial	Índice final	Índice previsto no exercício	atingido no exercício
2	Percentagem	17/06/2006	5,00	0,00	13,800	11,310

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre a área do território nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:100.000 em 2007 e a área do território nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:100.000 do ano (área em quilômetros quadrados cobertos por levantamento geológico na escala 1:100.000 em 2007 dividido pela área em quilômetros quadrados cobertos por levantamento geológico na escala 1:100.000 em 2003).

Análise do Resultado Alcançado

O resultado apresentado no final do exercício de 2010 demonstra que a CPRM realizou 81,95% na escala de 1:100.000 do Índice previsto para o final de 2010, apresentando um nível satisfatório de cumprimento da meta previamente estabelecida, nesta escala, para Cobertura de Levantamento Geológico do Território Nacional.

Fonte: SIGPlan CPRM 2010

Análise crítica

Para o desenvolvimento das suas atividades, a CPRM contou com recursos orçamentários aprovados no Congresso Nacional, acrescidos de créditos suplementares, para o Programa Geologia do Brasil — 1115, em um total de R\$ 349.221.839,00, sendo empenhado o valor total de R\$ 339.804.587,06, o que representa 97,30%, e liquidou até o final do exercício 83,48%, apresentando um nível satisfatório de execução orçamentária.

Com relação aos valores inscritos em Restos a Pagar, eles se referem, em sua grande maioria, a valores empenhados em contratos de prestação de serviços e de execução de obras, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no qual a CPRM tem inseridas sete de suas Ações Finalísticas do Programa Geologia do Brasil.

Na Sala de Situação do PAC, foi pactuada uma meta de realização financeira média de pelo menos 50% do orçamento total das Ações inseridas no PAC, em virtude das janelas climáticas e dos contratos para a prestação de serviços e da execução de obras. Com a retenção da liberação financeira no âmbito do PAC em novembro e dezembro de 2010, a mensuração dessa meta ficou prejudicada, passando-se a considerar apenas os valores liquidados.

Por conseguinte, no âmbito do PAC, do total de R\$ 123.677.031,00 previsto na LOA 2010, foram liquidados R\$ 71.256.218,00, correspondente a 57,61%, acima, portanto, da meta pactuada.

Por outro lado, enquanto os Empreendimentos das Ações Orçamentárias inseridas no PAC não sofriam nenhuma restrição orçamentária, as Ações do orçamento ordinário (fora do PAC) foram submetidas ao contingenciamento geral. A Ação Gestão e Administração do Programa, responsável pelas despesas de custeio administrativo da Empresa, não pôde cumprir seu papel de custear integralmente as despesas de funcionamento, atrasando o pagamento de fornecedores ou parcelando obrigações, obrigando a Empresa inclusive a transferir o pagamento de algumas dessas despesas para o ano de 2011, prejudicando sensivelmente a imagem da Empresa perante os fornecedores e impedindo um adequado planejamento orçamentário. O problema do limite orçamentário decorrente do contingenciamento atingiu até mesmo Ações Orçamentárias da área finalística – que não se encontram



inseridas no PAC – que foram prejudicadas consequentemente em seu desempenho em 2010, como a Ação Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil.

A seguir, serão abordadas as consequências decorrentes dos eventos negativos e dos positivos ocorridos em 2010:

Eventos negativos: principalmente, o contingenciamento orçamentário nas Ações não inseridas no PAC, além da Ação Gestão e Administração do Programa, que responde pelo pagamento das despesas de funcionamento da Empresa. Houve outros eventos negativos menores, como os problemas de licitações, que retardam ou até mesmo paralisam temporariamente a execução de determinadas atividades em função da apresentação de propostas inexequíveis ou de recursos protelatórios interpostos. Um outro evento negativo menor é que a CPRM ainda não conseguiu obter o acesso a terras indígenas em algumas áreas, para a realização de cartografia geológica e/ou o levantamento de recursos minerais, dentro da programação institucional da CPRM, apesar de ter havido pelo menos duas reuniões no âmbito do GEPAC – Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a participação da FUNAI.

Eventos positivos: a tempestividade da disponibilidade orçamentária das Ações inseridas no PAC, que permitiu um planejamento prévio das atividades para o ano inteiro, apesar da inesperada retenção da liberação dos recursos financeiros em novembro de dezembro de 2010.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Tipo da B Unidade de Meta Meta Meta a ser									Meta a ser
Função	Subfunção	Programa	Ação	Ação	Prioridade	Medida	prevista		realizada em 2011
22	301	1115	20CW	A	3	Unidade	931	_	-
22	301	1115	2004	A	3	Unidade	3.429,00	5.030,00	-
22	365	1115	2010	A	3	Unidade	122	185	-
22	306	1115	2012	A	3	Unidade	1.329,00	1.543,00	-
22	331	1115	2011	A	3	Unidade	350	362	-
22	663	1115	2399	A	3	Unidade	15	7	8
22	128	1115	4572	A	3	Unidade	550	732	-
22	122	1115	0110	OP	3	-	-	-	-
22	126	1115	2B51	A	1	Unidade	2.352.200,00	4.467.300,00	-
22	122	1115	2272	A	3	-	-	-	-
22	122	1115	8785	A	1	-	-	-	-
22	663	1115	4872	A	1	km²	397.083	174.279	222.804
22	127	1115	2D62	A	1	Unidade	16	8	ϵ
22	663	1115	2398	A	1	km²	208.043	94.113	11.3930
22	663	1115	2D84	A	1	km²	1.930.286	908.008	1.022.278
22	544	1115	2397	A	1	Unidade	43	39	4
22	663	1115	2B53	A	1	Unidade	45.052	51.001	-

Fonte: SIGPlan CPRM 2010

Análise crítica

A seguir, serão feitos comentários a respeito das Ações Orçamentárias cuja realização apresentou um desvio significativo da meta física prevista. Em duas Ações especificamente, de Levantamento da Geodiversidade e de Levantamentos Geoquímicos, as metas físicas previstas para 2010 contêm discordâncias expressivas entre aquelas indicadas no SIGPLAN e as registradas no WebPAC e apresentadas nas reuniões da Sala de Situação do PAC:

Ação 2399 - Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

A confecção de 7 publicações resultou numa realização de 47% da meta física, abaixo do esperado. Com a Ação não está inserida no PAC, a meta não foi atingida por razões de ordem orçamentária, em função do limite orçamentário, decorrente do contingenciamento.



Ação 2B51 – Gestão da Informação Geológica

A evolução da rede de conectividade da CPRM, bem como o aumento na quantidade de produtos gerados e disponibilizados, todos decorrentes dos investimentos acontecidos no âmbito do PAC, provocou uma realização física de 4.467.300 informações baixadas, bem acima da prevista, que era de 2.352.200 informações baixadas.

Ação 4872 - Levantamentos Aerogeofísicos

A efetiva produção física levantada em 2010 foi de 174.279 km2. Considerando-se a produção obtida em 2010 através do RAP 2009, teremos um total efetivamente levantado de 297.862 km2, correspondente a 75% da meta prevista, portanto, apresentando uma realização satisfatória.

Ação 2D62 – Levantamento da Geodiversidade

Foram concluídos em 2010 os Mapas da Geodiversidade dos estados de Santa Catarina, Espirito Santo, Goiás, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Pará, atingindo a meta efetiva de 8 levantamentos realizados, que não coincide com a meta indicada no SIGPLAN. Cabe esclarecer que a meta física registrada nas Fichas WebPAC, para o período 2009-2010, foi a elaboração de 17 mapas estaduais. Como em 2009 foram elaborados 9 mapas estaduais, ficaram 8 mapas para consecução da meta em 2010.

Ação 2398 – Levantamentos Geológicos

No Plano Plurianual para o exercício 2008/2011 elaborado pela CPRM, os indicadores do programa apresentam dois índices. O primeiro representa o percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala de 1:250.000 e o segundo na escala de 1:100.000.

O percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala de 1:250.000 apresenta Índice Inicial de Referência de 20% e na escala de 1:100.000 de 5%.

O índice de realização previsto para 2010 na escala de 1:250.000 foi de 34,80% e na escala de 1:100.000 foi de 13,80%.

Na análise dos resultados apresentados, no PPA 2008/2011, verificamos que o índice final apurado no exercício de 2010, na escala de 1:250.000, foi de 22,93% e, na escala de 1:100.000, foi de 11,31%.

Desta forma, conforme o resultado apresentado no final do exercício de 2009, observa-se que a CPRM realizou 66,56% na escala de 1:250.000 e 81,95% na escala de 1:100.000 dos "Índices previstos para o final do PPA 2008/2011", apresentando um nível satisfatório de cumprimento das metas previamente estabelecidas, representado pelas Taxas de Cobertura de Levantamento Geológico do Território Nacional.

Há que se considerar nessa análise que parte dos levantamentos geológicos, principalmente aqueles efetuados na escala 1:250.000, situados em sua maioria na região amazônica, estão sendo executados através do Projeto Cartografia da Amazônia, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sob a liderança do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), no qual foi levantado em 2010 um índice de 2,2%. Se adicionarmos esse índice ao do Programa Geologia do Brasil, teríamos um total de realização em 2010 de 25,13%, correspondendo a 72,21% do índice previsto, que pode se considerar como satisfatório.

Ação 2D84 – Levantamentos Geoquímicos

Conforme registrado no WebPAC, a meta física para o período 2009-2010 foi de 1.460.000 km², menor ainda que a meta indicada no SIGPLAN para 2010, de 1.930.286 km². Como a meta efetiva estabelecida para 2010 foi de 730.000 km², e a realização efetiva recobriu uma área de 908.008 km² com amostragem geoquímica de baixa densidade, a meta efetiva – do WebPAC – foi ultrapassada em mais de 24%.



Ação 2397 – Levantamentos Hidrogeológicos

Foram efetuados 39 levantamentos em 2010, contemplando-se um total previsto de 43, obtendo-se um grau satisfatório de 91% com relação à meta.

2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas

Ouadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orcamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM	32202	495001

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

				Gru	pos de Desp	esas Correi	ntes	
		1 – Pessoal	e Encargos	2 – Juros e	Encargos	3- Outras Despesas		
Orig	gem dos Créditos O	rçamentários	Sociais		da Dívida		Correntes	
		Exercícios		Exerc	ícios	Exerc	cícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
A	Dotação proposta	pela UO	140.150.661	155.820.466	13.725	6.298	71.361.506	153.666.966
Q	PLOA LOA		133.701.161	133.365.245	11.854	12.657	156.027.464	127.224.966
I			133.701.161	133.365.245	11.854	12.657	88.358.182	127.224.966
7.0	Suplementares		26.076.173	51.639.205	2.428	_	52.141.964	15.755.647
CRÉDITOS	Especiais	Abertos	_	_	_	_	10.000	9.000.000
	Especiais	Reabertos	_	_	_	_	_	_
ÉL	Extraordinários	Abertos	_	_	_	_	_	_
	Extraorumarios	Reabertos	_	_	_	_	_	_
	Créditos Cancelad	_	_	_	_	12.031.763	_	
Outi	ras Operações	_	_	_	_	_	_	
	Total		159.777.334	185.004.450	14.282	12.657	152.541.909	151.980.613

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

	uro A.2.5 - 1 rogra	3			rupos de Des _l	oesa de Capit	al	
	Origem dos Cr	4 – Investimentos		5 – Inversões	Financeiras	6- Amorti Dívi	•	
	Orçamentái	Exerc	cícios	Exerc	cícios	Exerc	ícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
A	Dotação proposta	pela UO	4.191.148	22.914.376	_	_	16.050	7.108
0	PLOA		25.051.148	22.614.376	_	_	13.861	14.287
J	LOA		25.051.148	20.402.370	_	_	13.861	14.287
	Suplementares		_	6.078.631	_	_	-	_
OS	Egnaciaia	Abertos	_	1.000.000	_	_	3.935	_
II	Especiais	Reabertos	_	_	_	_	-	_
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos	_	_	_	_	-	_
K	Extraorumarios	Reabertos	_	_	_	_	-	_
	Créditos Cancelados		_	_	_	_	_	_
Out	Outras Operações		_	_	_	_	_	_
	Total		25.051.148	27.481.001	_	_	17.796	14.287

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas



Origem dos Cı	Despesas	Despesas Correntes		de Capital	9 – Res Contin		
Orçamentá	Exercícios		Exerc	cícios	Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
Dotação proposta	pela UO	211.525.892	309.493.730	4.207.198	22.921.484	_	_
PLOA		289.740.479	260.602.868	25.065.009	22.628.663	866.766.358	686.629.636
LOA		222.071.197	260.602.868	25.065.009	20.416.657	765.839.507	686.629.636
Suplementares Especiais Extraordinários Abertos Reabertos Reabertos Reabertos		78.220.565	67.394.852	3.935	6.078.631	_	_
Egnaciais	Abertos	10.000	9.000.000	-	1.000.000	_	_
Especiais	Reabertos	_	_	-	_	_	_
Evtucandinánica	Abertos	_	_	-	_	_	_
Extraordinarios	Reabertos	_	_	-	_	_	_
Créditos Cancelados		12.031.763	_	-	_	_	_
Outras Operações		_	_	_	_	_	_
Total	312.333.525	336.997.720	25.068.944	27.495.288	765.839.507	686.629.636	
	Orçamentá Dotação proposta PLOA LOA Suplementares Especiais Extraordinários Créditos Cancelaetras Operações	LOA Suplementares Especiais Extraordinários Créditos Cancelados tras Operações Total	Dotação proposta pela UO 211.525.892	Dotação proposta pela UO 211.525.892 309.493.730 PLOA 289.740.479 260.602.868 LOA 222.071.197 260.602.868 Suplementares 78.220.565 67.394.852 Especiais Abertos 10.000 9.000.000 Extraordinários Reabertos Créditos Cancelados 12.031.763 Total 312.333.525 336.997.720	Exercícios Exercícios Exercícios Exercícios 2009 2010 2009	Origem dos Creditos Corçamentários Exercícios Exercícios 2009 2010 2009 2010 Dotação proposta pela UO 211.525.892 309.493.730 4.207.198 22.921.484 PLOA 289.740.479 260.602.868 25.065.009 22.628.663 LOA 222.071.197 260.602.868 25.065.009 20.416.657 Suplementares 78.220.565 67.394.852 3.935 6.078.631 Especiais Abertos 10.000 9.000.000 - 1.000.000 Extraordinários Reabertos - - - - Créditos Cancelados 12.031.763 - - - - Total 312.333.525 336.997.720 25.068.944 27.495.288	Despesas Correntes Despesas de Capital Contin Exercícios Exercícios

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

	3	UG		De	espesas Corrente	es	
Natureza da Mo de Créo	Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação	Concedidos	_	_	_	_	_	
Interna	Recebidos	-	-	_	_	_	
	Concedidos	-	-	_	_	_	
N.F ~		110197	20101.04.542.0496.114H	_	_	19.000.000,00	
		320002	32101.22.128.1069.4871	_	_	103.500,00	
Movimentação Externa	Daashidaa	320002	32101.22.663.1069.4887	_	_	70.000,00	
Externa	Recebidos	323031	32265.25.753.0271.2379	_	_	475.778,85	
		440031	44101.18.543.1346.10TT	-	_	168.431,00	
		443003	44205.18.544.1107.2378	-	_	11.122.034,00	
		UG		Despesas de Capital			
Natureza da Mo de Créo	ovimentação lito	concedente ou recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação	Concedidos	_	_	_	_	_	
	Recebidos	_	_	_	_	_	
	Concedidos	_	_	_	_	_	
		110197	20101.04.542.0496.114H	1.000.000,00	_	_	
Movimentação		323031	32265.25.753.0271.2379	17.200,00			
Externa	Recebidos	440031	44101.18.543.1346.10TT	44.773,00			
		443003	44205.18.544.1107.1I84	147.878,00			
		373001	49201.21.631.0137.8396	4.636.837,36	_	_	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica

Os valores recebidos são de convênios com outros órgãos públicos, para execução de atividades praticadas pela CPRM, a saber:

UG 110.197 (Censipam) – Os problemas da Amazônia são grandes e complexos quanto à dimensão da região. Desenvolver a Amazônia com a exploração de seus recursos e, ao mesmo tempo, preservá-la para o futuro das novas gerações é um desafio que depende da soma de esforços do governo federal, dos Estados, dos Municípios e da sociedade. O projeto Cartografia da Amazônia, coordenado pelo CENSIPAM, é parte desse esforço de viabilização do desenvolvimento sustentável. Depois de longo tempo à espera de atualizações, o projeto vai corrigir não apenas "vazios cartográficos", mas dará suporte a projetos de infra-estrutura a serem implantados na



região, geração de informações estratégicas para monitoramento regional, de defesa nacional, geológicas, náuticas e outros tipos de levantamento. Desmembrado em três partes: cartografia terrestre, cartografia geológica e cartografia náutica; o projeto será formulado na escala 1:100.000, com recursos tecnológicos modernos disponíveis, será possível arregimentar um banco de dados de informações mais precisas sobre a Amazônia.

O projeto Cartografia da Amazônia é coordenado pelo Censipam e compõe-se de 3 subprojetos, cartografia terrestre, cartografia geológica e cartografia náutica, realizado em parceria com Exército, Marinha, Aeronáutica e Serviço Geológico do Brasil (CPRM) com duração de 5 anos, será concluído em 2012 e o valor total é de R\$ 350 milhões.

UG 443.003 (ANA) – Esse convênio destina-se a instalação, operação e manutenção de estações hidrometeorológica, sedimentométricas e de qualidade de água, assim como a digitação, digitalização, consolidação, consistência e envio de dados.

UG 373.001 (INCRA) – Implantação/revitalização de sistemas de abastecimento de águas em 42 assentamentos do INCRA/RN, com execução de estudos de reconhecimento, levantamentos de vídeo-inspeção em poços tubulares selecionados para instalação; aquisição e instalação/recuperação de cata-vento e bombas submersas.

UG 323.031 (ANP) – Gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras e da indústria do petróleo e gás natural.

UG 320.002 (MME) – Estudos para o planejamento dos setores de geologia, mineração e transformação mineral e capacitação e difusão das Informações.

UG 440.031 - (MMA) - Monitoramento da Recuperação Ambiental no Estado de Santa Catarina.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Madalidada da Contratação	Despesa L	iquidada	Despesa	Paga
Modalidade de Contratação	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	100.878.669,35	98.607.741,17	53.007.835,89	49.038.056,80
Convite	2.264.718,69	1.545.503,70	741.349,18	455.882,71
Tomada de Preços	6.297.899,74	7.135.804,22	540.836,60	1.268.912,03
Concorrência	44.209.290,39	20.037.124,67	22.239.090,06	8.482.310,40
Pregão	48.098.338,93	69.751.724,60	29.486.560,05	38.715.411,30
Concurso	-	-	-	-
Consulta	8.421,60	137.583,98	-	115.540,36
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	26.708.964,23	39.097.437,21	18.808.307,23	15.614.920,36
Dispensa	20.201.237,91	27.395.628,98	15.257.799,96	11.529.067,14
Inexigibilidade	6.507.726,32	11.701.808,23	3.550.507,27	4.085.853,22
Regime de Execução Especial	283.509,52	1.545,97	280.582,85	1.545,97
Suprimento de Fundos	283.509,52	1.545,97	280.582,85	1.545,97
Pagamento de Pessoal	136.339.854,25	169.288.793,99	129.183.104,59	163.028.192,33
Pagamento em Folha	136.219.002,22	169.141.606,03	129.062.252,56	162.913.134,37
Diárias	120.852,03	147.187,96	120.852,03	115.057,96
Outros	43.285.701,69	36.855.243,33	41.070.791,54	34.837.920,84

Fonte: SIAFI Gerencial



2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de	Despesa E	mpenhada	Despesa I	Liquidada	RP não pi	rocessados	Valores Pagos		
Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	
1 – Despesas de Pessoal	159.604.595,16	184.637.564,05	159.580.354,10	184.350.689,11	24.241,06	286.874,94	152.423.604,44	178.122.217,45	
Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil	99.278.542,59	125.040.912,72	99.278.542,59	125.040.912,72	-	-	94.958.334,15	120.237.076,89	
Obrigações Patronais	36.863.063,99	43.911.854,06	36.839.227,59	43.911.854,06	23.836,40	-	34.002.686,37	42.493.200,96	
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	15.554.478,00	12.675.221,00	15.554.073,56	12.638.346,06	404,44	36.874,94	15.554.073,56	12.638.346,06	
Demais elementos do grupo	7.908.510,58	3.009.576,27	7.908.510,36	2.759.576,27	0,22	250.000,00	7.908.510,36	2.753.593,54	
2 – Juros e Encargos da Dívida	11.135,59	7.223,36	11.135,59	7.223,36	-	-	11.135,59	7.223,36	
Juros sobre a Divida por Contrato	10.749,31	6.912,86	10.749,31	6.912,86	-	_	10.749,31	6.912,86	
Outros Encargos sobre a Divida por Contrato	386,28	310,50	386,28	310,50	-	_	386,28	310,50	
3 – Outras Despesas Correntes	123.337.109,08	134.713.832,47	81.234.664,22	101.222.284,16	42.102.444,86	33.491.548,31	79.378.753,42	79.358.402,53	
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	90.019.085,20	100.705.256,05	52.896.550,08	73.462.991,64	37.122.535,12	27.242.264,41	51.686.035,00	55.952.407,71	
Material de Consumo	5.764.565,80	9.546.977,88	3.702.809,76	6.517.910,37	2.061.756,04	3.029.067,51	3.581.425,48	4.671.375,88	
Locação de Mão- de-Obra	9.878.517,16	7.753.561,15	9.264.738,24	6.935.876,36	613.778,92	817.684,79	9.100.450,98	5.830.985,08	
Demais elementos do grupo	17.674.940,92	16.708.037,39	15.370.566,14	14.305.505,79	2.304.374,78	2.402.531,60	15.010.841,96	12.903.633,86	

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Ouadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da U.J.

Quadio 11:2:10	Despesas ac	cupitui poi	or upo e Elei	nemes de Be.	pesu dos c	realton origi	marios da C	
Grupos de	Despesa En	npenhada	Despesa L	iquidada	RP não p	rocessados	Valores	Pagos
Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	24.527.673,33	24.479.909,34	13.615.202,90	9.565.249,86	_	14.914.659,48	10.520.942,77	5.020.560,51
Equip. e Material Permanente - Op.Intra-Orc.	22.450.323,24	22.354.980,90	11.693.247,44	8.616.478,09	_	13.738.502,81	10.366.418,00	4.257.863,99
Obras e Instalações - Op.Int.Orc.	2.077.350,09	2.121.388,44	1.921.955,46	945.231,77	_	1.176.156,67	154.524,77	759.156,52
Outros Serviços e Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	_	3.540,00		3.540,00	_	_	_	3.540,00
6 – Amortização da Dívida	16.185,88	12.232,45	16.185,88	12.232,45	_	-	16.185,88	12.232,45
Principal Corrigido Divida Contr. Refinanciado	_	12.232,45	_	12.232,45	_	_		12.232,45
Principal da Divida por Contrato	16.185,88	-	16.185,88	_	_	_	16.185,88	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica

As alterações havidas foram em pessoal com crédito adicional de R\$ 51.639.205, em custeio de R\$ 15.755.647 e despesas de capital de R\$ 6.078.631. O valor de pessoal foi em razão do Programa de Desligamento Incentivado, de novas admissões e da gratificação por desempenho de atividades geocientíficas (GDAG).



Só houve contingenciamento em despesas de capital na ordem de 50% prejudicando a modernização da empresa na parte administrativa.

No final do exercício foi autorizada a dotação de R\$ 10.000.000 no programa da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, que por falta de tempo nada pode ser executado, e foi reaberto em 2011.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Madalidada da Cantuatação	Despesa L	iquidada	Despesa	paga
Modalidade de Contratação —	2009	2010	2009	2010
Licitação	28.745.660,01	24.781.855,76	9.261.553,01	11.028.705,16
Convite	377.522,67	262.734,34	137.686,32	77.399,16
Tomada de Preços	5.506.703,69	2.247.863,36	_	_
Concorrência	14.393.227,51	17.093.667,44	3.269.719,12	8.939.897,62
Pregão	8.468.206,14	5.067.844,39	5.854.147,57	1.992.026,87
Concurso	_	_	_	_
Consulta	_	109.746,23	_	19.381,51
Contratações Diretas	2.163.968,10	1.814.297,16	1.683.964,23	1.348.966,33
Dispensa	1.651.931,37	1.535.366,64	1.258.398,76	1.181.672,39
Inexigibilidade	512.036,73	278.930,52	425.565,47	167.293,94
Regime de Execução Especial	290.568,99	_	290.568,99	_
Suprimento de Fundos	290.568,99	_	290.568,99	_
Pagamento de Pessoal	2.701,80	10.568,80	2.701,80	3.496,80
Pagamento em Folha	_	_	_	_
Diárias	2.701,80	10.568,80	2.701,80	3.496,80
Outras	6.835.585,64	8.547.921,45	6.225.189,92	8.233.948,01

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Ouadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa En	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Grupos de Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	
3 – Outras Despesas Correntes	29.303.722,38	29.802.959,14	16.605.896,41	23.566.316,14	12.697.825,97	6.236.643,00	16.381.194,19	19.908.596,75	
Outros Serviços Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	18.279.961,08	19.968.445,71	6.777.084,27	14.534.891,43	11.502.876,81	5.433.554,28	6.702.801,68	11.166.167,72	
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	3.139.998,72	3.303.072,47	3.086.507,66	3.279.024,04	53.491,06	24.048,43	3.051.249,04	3.248.112,85	
Material de Consumo	2.269.249,78	2.468.866,05	1.450.605,37	1.790.150,36	818.644,41	678.715,69	1.423.171,47	1.661.917,51	
Demais elementos do grupo	5.614.512,80	4.062.574,91	5.291.699,11	3.962.250,31	322.813,69	100.324,60	5.203.972,00	6.256.137,36	

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	8.734.762,16	5.351.684,03	1.235.445,23	791.986,38	7.499.316,93	4.559.697,65	1.082.783,76	706.519,55
Obras e Instalações - Op.Int.Orc.	7.471.345,21	4.206.394,04	635.643,10	722.442,66	6.835.702,11	3.483.951,38	604.459,99	674.991,85
Equip. e Mat. Perman Op.Intra-Orc.	1.263.416,95	1.145.289,99	599.802,13	69.543,72	663.614,82	1.075.746,27	478.323,77	31.527,70

Fonte: SIAFI Gerencial



Análise crítica

O valor de convênios em 2010 foi inferior a 2009, em razão da CPRM ter executado mais os seus programas por ter entrado no PAC.

A despesa liquidada ficou superior a 2009, em razão dos serviços do programa cartografia da Amazônia, ter contratos que continuam com a sua execução em 2011, para execução de levantamentos aerogeofísicos.

Em 2010 recebemos o convênio com o INCRA, que fez duas liberações, uma em julho e outra em outubro, razão pela qual originou a maior parte inscrita em restos a pagar não processados, pois a execução do serviço em sua maior parte se dará em 2011, sendo que os contratos firmados em 2010.

O valor de crédito recebido do convênio Censipam foi de R\$ 20.000.000 e o financeiro de R\$ 11.817.856, ocasionando um saldo de restos a pagar de valor elevado.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Embora cada Ação tenha seus Indicadores, apresentados anteriormente, o Indicador que mensura os resultados do Programa Geologia do Brasil é a Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico do Território Nacional, expressa em percentual.

No Plano Plurianual para o exercício 2008/2011 elaborado pela CPRM, os indicadores do programa apresentam dois índices. O primeiro representa o percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala de 1:250.000 e o segundo na escala de 1:100.000.

O percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala de 1:250.000 apresenta Índice Inicial de Referência de 20% e na escala de 1:100.000 de 5%.

O índice de realização previsto para 2010 na escala de 1:250.000 foi de 34,45% e na escala de 1:100.000 foi de 13,80%.

Conforme o resultado apresentado no final do exercício de 2010, observa-se que a CPRM realizou 66,56% na escala de 1:250.000 e 81,95% na escala de 1:100.000 dos "Índices previstos para o final do PPA 2008/2011", apresentando um nível satisfatório de cumprimento das metas previamente estabelecidas, representado pelas Taxas de Cobertura de Levantamento Geológico do Território Nacional.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

	Identificação da Conta Contábil										
Códig	go SIAFI	ção									
2121	11.11.00		Fornece	dores por Insuficiência	a de Créditos/Recursos						
	Linha Detalhe										
UG	UG Credor (CNPJ/CPF)		Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010					
495110	002386810	000120	_	_	1.680,00	1.680,00					
495110	013870840	000120	480,00	750,00	1.099,00	829,00					
495110	02449992015510		16631,83	16.631,83	16.670,62	16.670,62					
495110	071860220	000137	9.206,70	20.306,70	17.814,69	6.714,69					
495110	3230	28	33.726,20	33.726,20	44.082,61	44.082,61					
495110	478669340	000174	_	4.040,53	11.229,58	7.189,05					
495130	000173320	000189	_	_	50,00	50,00					
495130	00351210	000124	_	_	14.893,97	14.893,97					
495130	00817018000180		_	_	4.176,90	4.176,90					
495130	014565470	000169	_	_	4.852,00	4.852,00					
495130	015673170	000177	_	_	720,00	720,00					



	~				
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
495130	01815999000190	_	_	512,16	512,16
495130	02309765000133	_	_	888,00	888,00
495130	02417115000101	_	137.846,05	141.233,39	3.387,34
495130	02449992018101	_	1.809,91	2.090,28	280,37
495130	02954521000103	_	_	2.090,00	2.090,00
495130	02960298000107	_	_	4.410,00	4.410,00
495130	04022946000100	_	_	2.901,16	2.901,16
495130	04219778000228	_	_	1.170,14	1.170,14
495130	04461106000143	_	_	628,00	628,00
495130	04517241000163	_	31.592,16	38.044,90	6.452,74
495130	04692229000195	_	_	205.744,84	205.744,84
495130	04740876000125	30.479,38	30.479,38	803.185,31	803.185,31
495130	05214053000129	_	_	890,00	890,00
495130	05330436000162	_	_	125.500,00	125.500,00
495130	05530497000173	_	_	1.500,00	1.500,00
495130	06025842000184	_	_	39.000,00	39.000,00
495130	06210076000128	_	_	786,00	786,00
495130	06969917000185	73.445,64	217.109,63	268.650,38	124.986,39
495130	07055987000190	_		18.000,00	18.000,00
495130	07620166000150	_	_	427,72	427,72
495130	07749238000163	_	_	971,00	971,00
495130	07880946000139	5.699,28	22.475,72	21.741,20	4.964,76
495130	08457879000107	_	_	8.828,00	8.828,00
495130	09017249000184	_	3.000,00	4.500,00	1.500,00
495130	09031962000182	_	_	387,60	387,60
495130	09228201000115	_	_	17.500,00	17.500,00
495130	09285766000134	_	4.875,00	6.500,00	1.625,00
495130	10316584000162	_	-	316,30	316,30
495130	10476350000182	_	_	3.150,00	3.150,00
495130	10681704000120	_	_	11.580,00	11.580,00
495130	11347674000183	_	_	1.105,00	1.105,00
495130	12032432000163	_	_	2.808,00	2.808,00
495130	21635784000102	-	-	14.840,00	14.840,00
495130	29212545000143	99.098,05	458.090,73	420.512,98	
495130	29309127000179	_	_	176.846,22	
495130	29500196000165	_	_	35.600,00	35.600,00
495130	29969193000175	-	_	4.400,00	4.400,00
495130	29976032000109	-	_	3.747,40	3.747,40
495130	30714828000172	_		1.437,21	1.437,21
495130	32082125000102	_	6.705,00	11.515,00	4.810,00
495130	32157042000127	F2 562 50	169.254,73	270,00	270,00
495130 495130	33000118000179 33041062000109	53.563,59	109.254,/3	143.643,62 309.661,92	27.952,48
495130	33041062000109	_	_	2.305.996,56	309.661,92 2.305.996,56
495130	33104423000125	_	400.975,64		2.305.996,56
495130	33164021000100	592.138,99			876.462,93
495130	33164021000100	27.795,22	882.248,73 175.039,05	228.224,86	80.981,03
495130	33530486000104	15.775,16		207.994,23	7.994,00
495130	34028316000294	19.604,04		106.765,03	17.595,20
495130	42407445000130	61.980,00	247.920,00	389.560,44	203.620,44
495130	47866934000174	01.900,00	3.038,09	4.190,54	1.152,45
495130	53276010000110	_	5.050,09	728.000,00	728.000,00
495130	53617676000438	_	_	728.000,00	728.000,00
495130	60444437000146	66.493,90	487.938,56		151.281,05
495130	60633674000155	00.433,30	407.730,30	30.000,00	30.000,00
495130	63090708000109	_		1.826,00	1.826,00
495130	72820822000120	_		233,90	233,90
495130	73264251000157	_		1.620,00	1.620,00
+2212U	13204231000137	_		1.020,00	1.020,00



UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010			
495130	73678005000141	4.932,77	27.127,71	27.257,80	5.062,86			
495130	74648593000133	_	_	175,00	175,00			
495130	76650191000107	_	_	121.368,24	121.368,24			
495260	01468356704	_	_	292,00	292,00			
495260	02050778000130	_	_	40.139,36	40.139,36			
495260	02979266000153	_	_	2.240,00	2.240,00			
495260	03783989000145	_	_	90,00	90,00			
495260	05423963000707	_	_	1.389,01	1.389,01			
495260	05914650000166	_	_	11.034,56	11.034,56			
495260	34028316002742	_	_	1.274,00	1.274,00			
495260	61600839000155	_	_	2.763,92	2.763,92			
495260	76535764032347	_	_	4.794,84	4.794,84			
495260	84624329000113	_	_	38.578,74	38.578,74			
495300	02164213220	_	_	-	_			
495300	02272260462	_	_	-	_			
495300	04735943234	_	_	_	_			
495300	04895728000180	18.166,17	18.166,17	10.705,12	10.705,12			
495300	04945341000190	_	_	1.106,72	1.106,72			
495300	04953304268	_	_	_	_			
495300	06008356268	_	_	_	_			
495300	06272413000705	14.699,52	14.699,52	31.124,40	31.124,40			
495300	08155967000154			7.084,05	7.084,05			
495300	09409620000153	_	_	21.880,00	21.880,00			
495300	12818852234	_	_	_	´ -			
495300	29596971204	_	_	_	_			
495300	33000118000926	_	_	384,99	384,99			
495300	33530486000129	3.375,40	3.375,40	7.363,91	7.363,91			
495300	35331380204	_	_	_	_			
495300	43132898287	_	_	_	_			
495300	59171316272	_	_	_	_			
495300	60647280272	_	_	_	_			
495300	61600839000155	4.175,06	4.175,06	9.372,00	9.372,00			
495300	62556509287	_		_	_			
495300	65531140215	_	_	_	_			
495300	83353912000174	_	_	15.100,00	15.100,00			
495300	89014812868	_	_	_	_			
495350	00544298000109	_	_	15.400,00	15.400,00			
495350	02223491000165	_	_	8.172,04	8.172,04			
495350	02590700000109	_	_	72.804,50	72.804,50			
495350	03138148000185	_	_	7.912,00	7.912,00			
495350	03385217000155	_	_	1.996,00	1.996,00			
495350	04694374000105	_	_	1.500,00	1.500,00			
495350	05556967000178	_	_	2.034,54	2.034,54			
495350	06167644000155	_	_	1.100,00	1.100,00			
495350	06234467000182	_	_	6.225,02	6.225,02			
495350	09081459000131	_	_	27.568,00	27.568,00			
495350	10835932000108	_	_	21.058,13	21.058,13			
495350	11436482000143	_	_	500,00	500,00			
495350	12785572000102	_	_	1.869,09	1.869,09			
495350	33000118001493	_	_	68,77	68,77			
495350	33530486000633	_	_	7.488,22	7.488,22			
495370	00238681000120	902,00	902,00	3.827,36	3.827,36			
495370	02196969000105	6.887,06			24.499,89			
495370	03638793000167	632,30			708,40			
495370	04206050008750	- 032,30		186,75	186,75			
495370	05099819000171	_	_	2.520,00	2.520,00			
495370	05391161000177	_	_	1.346,91	1.346,91			
495370	07047251000170	4.904,16	4.904,16		5.612,87			
175510	0.01/2510001/0	1.704,10	1 7.707,10	3.012,07	3.012,07			



		Calda Etaal aas			Calda Etaal
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
495370	33530486000129	2.589,86	2.589,86	4.683,58	4.683,58
495370	61600839000155	_	2.541,72	4.457,44	1.915,72
495500	00238681000120	_	_	900,00	900,00
495500	00981458000179	_	_	679,80	679,80
495500	01109184000438	30,95	30,95	30,95	30,95
495500	02254737000166	2.200,00	2.200,00	2.400,00	2.400,00
495500	02558157000162	163,13	163,13	1.456,05	1.456,05
495500	03022122000177	20.511,93	20.511,93	35.225,73	35.225,73
495500	03420926000124	_	_	1.362,49	1.362,49
495500	04368898000106	_	_	58,52	58,52
495500	05576482000146	8.797,98	8.797,98	9.518,88	9.518,88
495500	10312101000151	322,80	322,80	1.300,00	1.300,00
495500	33050196000188	_	_	820,42	820,42
495500	33530486000129	_	_	3.611,00	3.611,00
495500	43776517000180	2.878,48	2.878,48	5.344,70	5.344,70
495500	44239770000167	106,63	106,63		725,57
495500	61457941000143	_	_	1.821,00	1.821,00
495500	61600839000155	6,207,06	6.207,06	,	9.009,07
495500	61695227000193		3.395,57	7.779,39	4.383,82
495500	66063256000156	8.799,55	,		20.387,52
495500	78587326000154	- 0.777,55	- 0.777,55	730,32	730,32
495500	96481262000194	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
495550	01005844000198	1.200,00	1.200,00	1.760,00	1.760,00
495550	02016440000162	_	_	645,07	645,07
495550	02436011000144	_	_	33,60	33,60
495550	02446694000110	_	_	677,20	677,20
495550	02449992012170	_	_	215,33	215,33
495550	02924285000182	_	_	14.421,78	14.421,78
495550	03068955000179	_	_	3.816,00	3.816,00
495550	03422707000184	_	_	1.085,00	1.085,00
495550	03491049000182	_	_	3.000,00	3.000,00
495550	03740767000145	_	_	920,55	920,55
495550	04729942000166	_	_	4.800,88	4.800,88
495550	07186022000137	_	_	3.000,00	3.000,00
495550	08467115000100	_	_	7.911,16	7.911,16
495550	09316305000181	_	_	56.681,66	56.681,66
495550	09526473000100	_	_	11.128,89	11.128,89
495550	10992225000125	_	_	1.630,00	1.630,00
495550	11195926000104	_	_	1.193,60	1.193,60
495550	11389817000110	_	_	4.400,00	4.400,00
495550	33530486000129	_	_	3.519,35	3.519,35
495550	65149197000170	_	_	26.332,92	26.332,92
495550	76535764000224	_	_	956,77	956,77
495550	86819323000127	_	_	2.395,55	2.395,55
495550	87252938000187	_	_	27.700,32	27.700,32
495550	87956561000147	_	_	530,16	530,16
495550	89054050000165	_	_	696,00	696,00
495550	91397893000106		_	61.590,00	61.590,00
495550	92146133000199			50.000,00	50.000,00
495550	92802784000190			7.816,86	7.816,86
495550	92924901000198			19.957,45	19.957,45
495600	01567420000117			2.848,82	2.848,82
495600	03740767000145			1.086,78	1.086,78
495600	04206050007940			375,83	375,83
495600	05296914000165			4.119,73	4.119,73
495600	06981180000116	_	_	9.331,04	9.331,04
495600	07388494000172			745,76	745,76
495600	07534224000122			34.636,73	34.636,73



UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
495600	08491163000126	_	_	30.169,41	30.169,41
495600	08725778000170	_	_	7.292,67	7.292,67
495600	17281106000103	_		2.316,04	2.316,04
495600	27326594000181	_		8.580,00	8.580,00
495600	33000118000330	_		1.327,45	1.327,45
495600	33530486013883	_		6.409,03	6.409,03
495600	97481220000116	_		24.404,91	24.404,91
495650	01543032000104	_	_	2.832,96	2.832,96
495650	01616929000102	_	_	919,81	919,81
495650	04792456000192	_		1.084,80	1.084,80
495650	09231574000145	_		41.224,50	41.224,50
495650	26743708000126	_		17.311,00	17.311,00
495650	76535764032851	_		2.676,01	2.676,01
495650	97458533000153	_		8.567,09	8.567,09
495710	04206050008084	_		214,74	214,74
495710	05277299000140	_	_	960,00	960,00
495710	06840748000189	_	_	3.510,25	3.510,25
495710	06855175000167	_	_	16.062,20	16.062,20
495710	07157877000130			24.485,46	24.485,46
495710	12066015000131			19.005,60	19.005,60
495710	33000118001060			2.886,53	2.886,53
495710	61600839000155	_	_	1.822,82	1.822,82

Razões e Justificativas: Os lançamentos foram feitos em razão da falta de orçamento, e para manter o princípio da competência da despesa. Sua regularização é feita após a emissão do respectivo empenho no exercício seguinte, com a correspondente baixa do lançamento efetuado.

Fonte: SIAFI Gerencial CPRM

3.2 Análise Crítica

Os lançamentos foram feitos em razão da falta de orçamento e para manter o principio da competência da despesa, sendo em sua maioria referente ao programa de gestão e administração, em razão da falta de atendimento do pedido de crédito adicional feito no valor de R\$ 6.598.774. Estes valores irão impactar o limite de empenhos e limite de pagamentos do exercício de 2011. A situação era prevista por se tratar de despesas de funcionamento de continuidade, porém outras despesas variáveis e necessárias tiveram que ser atendidas embora não previstas no orçamento de 2010.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

	Restos a Pagar Processados												
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010									
2009	9.781.646,04	122.349,08	9.613.096,17	46.200,79									
2008	558.288,83	24.972,08	453.717,85	79.598,90									
2007	138.728,95	7.446,15	39.836,49	91.446,31									
2006	5.328,20	5.213,20	_	115,00									
2004	680,76	-	_	680,76									
	Res	tos a Pagar não Process	ados										
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010									
2009	75.939.031,72	992.673,75	54.570.399,12	20.375.958,85									
2008	3.893.310,73	1.619.780,05	2.013.613,73	259.916,95									
2007	2.075.301,81	1.691.334,61	9.999,00	373.968,20									

Fonte: SIAFI Gerencial



4.2 Análise Crítica

Em razão da liberação financeira não ter acompanhado as liquidações orçamentárias, os valores de restos a pagar processados ficaram elevados, inclusive ainda consta em aberto o valor de R\$ 1.027.464,00 de 2009, referente ao PTRES 025653 — Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina por falta de recursos financeiros. Em relação aos Restos a Pagar não processados ainda não liquidados, são em razão das atividades da Empresa ainda estarem sendo executadas, com o contrato de anos anteriores. Conforme pode se verificar do total inscrito em 2009 só restam 25% pendentes, e os valores de 2007 e 2008 estão sendo analisados. Também salientamos que estes valores impactam o limite de pagamentos dos exercícios seguintes.

5. Informações sobre recursos humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lota	ção	Ingressos	Egressos en
Tipologias dos Cargos	Autorizada	Efetiva	em 2010	2010
1 Provimento de cargo efetivo	1.355	1.333	198	72
1.1 Membros de poder e agentes políticos	_	_	_	_
1.2 Servidores de Carreira	1.355	1.328	198	72
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1.355	1.321	197	72
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	_	_	-	_
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	_	_	-	_
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	_	7	1	_
1.3 Servidores com Contratos Temporários	_	_	_	_
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	_	5	_	_
1.4.1 Cedidos	_	4	_	_
1.4.2 Removidos	_	_	_	_
1.4.3 Licença remunerada	_	1	_	_
1.4.4 Licença não remunerada	_	_	_	_
2 Provimento de cargo em comissão	273	278	11	1
2.1 Cargos Natureza Especial	_	_	_	_
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	_	5	_	_
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	_	1	_	_
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	_	3	_	_
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	_	1	_	_
2.2.4 Sem vínculo	_	_	-	_
2.2.5 Aposentado	_	_	_	_
2.3 Funções gratificadas	273	273	11	1
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	224	224	4	_
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado(*)	49	49	7	1
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	_	_	_	_
3 Total	1.628	1.611	209	73
(*) Cargos de livre provimento (os ocupantes não pertencem	ao quadro efet	ivo).		

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DERHU

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tinalogias do Cargo	Faixa Etária (anos)							
Tipologias do Cargo	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60			
1.Provimento de cargo efetivo	236	349	258	511	208			
1.1. Membros de poder e agentes políticos	_	_	-	-	_			
1.2. Servidores de Carreira	236	348	257	508	208			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	_	_	_	_	_			
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		1	1	3				



Tipologies de Cargo	Faixa Etária (anos)							
Tipologias do Cargo	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60			
2. Provimento de cargo em comissão	6	36	55	100	76			
2.1. Cargos de Natureza Especial	_	_		-	_			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-			
2.3. Funções gratificadas	6	36	55	100	76			

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DERHU

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tinologies de Corgo			Nível de Escolaridade							
	Tipologias do Cargo		2	3	4	5	6	7	8	9
1.	Provimento de cargo efetivo	_	-	85	42	405	601	129	5211	90
	1.1. Membros de poder e agentes políticos	_	_	_	_	_	_	_	-	-
	1.2. Servidores de Carreira	_	_	85	41	405	597	129	5211	90
	1.3. Servidores com Contratos Temporários	_	_	_	_	_	_	_	-	-
	1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	_	_	_	1	_	4	_	-	-
2.	Provimento de cargo em comissão	_	_	_	_	21	150	33	39	30
	2.1. Cargos de Natureza Especial	_	_	_	_	_	_	_	_	_
	2.2. Grupo Direção e Assessoramento									
	Superior	_		_		_	_		_	_
	2.3. Funções gratificadas	_	_	_	_	21	150	33	39	30

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DERHU

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

	Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1	Integral	_	_
1.1	Voluntária	_	_
1.2	Compulsório	_	_
1.3	Invalidez Permanente	_	_
1.4	Outras	_	_
2	Proporcional	27	_
2.1	Voluntária	_	_
2.2	Compulsório	_	_
2.3	Invalidez Permanente	27	
2.4	Outras	_	_

Fonte: Departamento de Recursos Humanos - DERHU

Obs: Os 27 empregados citados estão aposentados por invalidez, sem qualquer custo para a CPRM, mas permanecem contabilizados no efetivo da empresa porque podem voltar ao trabalho caso cesse o motivo que gerou a invalidez, de acordo com a CLT.

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

	Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010	
1.	Integral	_	-	
2.	Proporcional	_	_	

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DERHU

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários



Nível de	Custo do exercício				
escolaridade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior	204	222	229	233	872.079,91
☐ Área Fim	122	137	143	139	723.717,52
☐ Área Meio	82	85	86	94	148.362,39
Nível Médio	39	49	57	61	172.356,72
☐ Área Fim	15	15	23	24	67.812,48
☐ Área Meio	24	34	34	37	104.544,24

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DERHU

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00

				Despesas		00, 2007 € 2010.				
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Total		
Membros de	Membros de poder e agentes políticos									
2008	_	-	_	_	_	_	_	_		
2009	_	-	_	_	_	-	_	_		
2010	_	1	1	-	ı	ı	_	-		
Servidores de	e Carreira que na	ão ocupam cargo	de provimento e	m comissão						
2008	70.667.929	ı	1.491.941	6.216.957	I	I	_	70.667.929		
2009	78.713.300	I	7.164.663	6.164.635	ı	66.624	_	86.488.822		
2010	90.081.262	ı	1.491.941	6.216.957	I	115.712	188.938	103.715.204		
Servidores co	om Contratos Te	mporários								
2008	_	-	-	-	Ι	_	_	_		
2009	_	-	-	_	-	-	_	_		
2010	_	I	I	ı	ı	I	_	_		
Servidores Co	edidos com ônu	s ou em Licença								
2008	189.621	_	_	_	_	_	_	189.621		
2009	199.053	_	_	_	_	_	_	199.053		
2010	259.673	_	_	_	_	_	_	259.673		
	cupantes de Car	gos de Natureza								
2008	_	_	2.998.166	_	_	_	_	2.998.166		
2009	_	_	3.793.628	_	_	_	_	3.793.628		
2010	_	_	4.535.057	_	_	_	_	4.535.057		
		os do Grupo Dir	eção e Assessora	mento Superio	r					
2008	1.028.060	_	_	_	_	_	_	1.028.060		
2009	1.137.329	_	_	_	_	_	_	1.137.329		
2010	1.157.742	_	_	_	_	_	-	1.157.742		
		ções gratificadas								
2008	11.342.057	_	7.257.725	_	_	_	_	18.599.783		
2009	14.627.236	_	6.721.053	-	_	-	_	21.348.289		
2010	18.748.531	os Humanos – DE	6.209.649	_	_	_	_	24.958.180		

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DERHU

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

	Unidade Contratante												
Nome: Co	mpanh	ia de	Pesquisa de Re	cursos Minerais – CP	PRM								
UG/Gestão	o: 495	130/2	9208		CNPJ: 00	.091.652/0	002-6	60					
				Informações so	bre os con	tratos							
Ano do	Ano do contrato Area Nat. Identificação do Contrato (CNPJ)				de execu	ontratual ução das dades		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados					Sit.
contrato			do Contrato	(CNPJ)	contra]	F	N	AI.	S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	V	О	053/PR/06	06.969.917/0001-85	01/07/06	01/07/11			11	11			P
2009	L	О	060/PR/09	42.407.445/0001-30	23/10/09	23/10/11	38	38					P
2010				33.746.207/0001-69	25/01/10	25/01/12	04	04					P
	Unidade				le Contratante								
Nome: Co	ome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – C												
	npann	iu uc	i esquisa de ite	carsos minerais er	14141								



			o Diasii					nen		o ac	GUS	ш	- 201
				Informações so									
				Empresa		ontratual		lível d					
Ano do	,		Identificação	Contratada	de execu	•	exiş	gido o				res	
contrato	Área	Nat.	do Contrato	(CNPJ)	ativio	dades			<u>ontra</u>				Sit.
Contrato			uo Contrato	(CIVI J)	contra		I			<u>/I</u>		S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	L	О	054/PR/05	02.006.832/0001-40		02/05/10	07	07					Е
2009	V	О	116/PR/09	63.724.470/0001-18	18/12/09	18/12/11	04	04					P
2010	L	О	085/PR/10	05.417.288/0001-18	01/09/10	01/09/11	05	05					Α
				Unidade C		e							
				cursos Minerais – CP									
UG/Gestão	o: 4952	260/2	9208		CNPJ: 00.	.091.652/00)12-3	1					
				Informações so	bre os con	tratos							
				Emmaga	Período c	ontratual		lível d					
Ano do			Idontificação	Empresa Contratada	de execu	ıção das	exig	gido d	los tr	abal	hado	res	
contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	(CNPJ)	ativio	dades			ontra	tado	S		Sit.
Contrato			uo Contrato	(CIVI J)	contra	atadas	I	F	N	Л		S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	V	О	069/PR/06	02.050.778/0001-30			04	04					Е
2008	L	О	007/PR/08	04.558.234/0001-00			03	03					Е
2010	L	О	015/PR/10	84.624.329/0001-13	05/04/10	05/04/12	06	06					P
2010	V	О	100/PR/10	02.050.778/0001-80	14/10/10	14/10/11	08	08					A
				Unidade C	ontratant	e							
Nome: Co	mpanh	ia de	Pesquisa de Re	cursos Minerais – CP	RM								
UG/Gestão					CNPJ: 00.	.091.652/00	005-0	2					
				Informações so									
				-		ontratual	N	lível d	le Es	colar	idad	e	
				Empresa		ıção das		gido d					
Ano do	Área	Nat.	Identificação	Contratada		dades		-	ontra				Sit.
contrato	11100	10000	do Contrato	(CNPJ)	contra		1	<u> </u>		<u>/</u> I		S	2100
					Início	Fim	P	С	P	C	P	C	
2008	V	О	001/PR/08	22.919.047/0001-96		07/02/10	01	01	_		-		Е
2009	L	O	080/PR/09	09.409.620/0001-53		30/11/11	08	08					P
2010	V	O	036/PR/10	06.272.413/0007-05		01/04/12	06	06					P
				Unidade C						<u> </u>	1		
Nome: Co	mpanh	ia de	Pesquisa de Re	cursos Minerais – CP									
UG/Gestão					CNPJ: 00.	091 652/00	006-9	3					
C G/ G CStar	9. 175.	33012	.,,200	Informações so			700 7						
				mormações so	Período c		N	lível d	le Fe	color	idad	Δ	
				Empresa		ıção das		gido (
Ano do	Área	Nat	Identificação	Contratada		lades	CAI	_	ontra			103	Sit.
contrato	Aica	1141.	do Contrato	(CNPJ)	contra]			<u>/I</u>		S	Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
							04	04	1		1		P
2007	V	\cap	030/PR /07	N3 138 148/NNN1 95	1 01/06/07 1	()]/06/11		UT			-		P
2007	V	0	030/PR/07	03.138.148/0001-85		01/06/11		OΘ					1
2007	L	О	060/PR/07	02.590.700/0001-09	03/09/07	03/09/11	09	09					D
				02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31	03/09/07 01/03/10	03/09/11 01/03/12		09 04					P
2007 2010	L V	0	060/PR/07 008/PR/10	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31 Unidade C	03/09/07 01/03/10 Contratant	03/09/11 01/03/12	09						P
2007 2010 Nome: Cor	L V mpanh	O O ia de	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31 Unidade C cursos Minerais – CP	03/09/07 01/03/10 Contratant	03/09/11 01/03/12 e	09	04					P
2007 2010	L V mpanh	O O ia de	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31 Unidade C cursos Minerais – CP	03/09/07 01/03/10 Contratanto RM CNPJ: 00	03/09/11 01/03/12 e .091.652/0	09	04					P
2007 2010 Nome: Con	L V mpanh	O O ia de	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31 Unidade C cursos Minerais – CP	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00 bre os con	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos	09 04 030-1	3	J. D.		*.J. o. J.		P
2007 2010 Nome: Con	L V mpanh	O O ia de	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31 Unidade C cursos Minerais – CP	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00 bre os con Período c	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos ontratual	09 04 030-1	3 3					P
2007 2010 Nome: Con	L V mpanh o: 4953	O O ia de 370/2	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31 Unidade C cursos Minerais – CP	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00 bre os con Período c de execu	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos ontratual ıção das	09 04 030-1	3 Sível ogido o	dos tr	abal	hado		
2007 2010 Nome: Cor UG/Gestão	L V mpanh	O O ia de 370/2	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re 9208	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31 Unidade C cursos Minerais – CP Informações so Empresa	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00 bre os con Período c de execu	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos ontratual ução das lades	09 04 030-1 N exig	3 Sível o	dos tr ontra	abal tado	hado s	res	P Sit.
2007 2010 Nome: Con UG/Gestão	L V mpanh o: 4953	O O ia de 370/2	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re 9208	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31 Unidade C cursos Minerais – CP Informações so Empresa Contratada	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00. bre os con Período c de execu ativio contra	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos ontratual ıção das dades atadas	09 04 030-1 N exiş	3 Sível o	los tr ontra N	abal tado 1	hado s	ores S	
2007 2010 Nome: Con UG/Gestão Ano do contrato	L V mpanh o: 4953	O O ia de 370/2	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re 19208 Identificação do Contrato	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31 Unidade C cursos Minerais – CP Informações so Empresa Contratada (CNPJ)	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00. bre os con Período c de execu ativio contra Início	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos ontratual ıção das lades atadas Fim	09 04 030-1 N exig	3 Sivel (control of the control of t	dos tr ontra	abal tado	hado s	res	Sit.
2007 2010 Nome: Cor UG/Gestão Ano do contrato	L V mpanh o: 4953	O 0 ia de 370/2 Nat.	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re 19208 Identificação do Contrato	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00 bre os con Período c de execu ativio contra Início 05/11/08	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos ontratual ução das lades atadas Fim 29/05/10	09 04 030-1 N exig	3 Nível (gido (C C O O O O O O O O O O O	los tr ontra N	abal tado 1	hado s	ores S	Sit.
2007 2010 Nome: Con UG/Gestão Ano do contrato	L V mpanh o: 4953	O O ia de 370/2	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re 19208 Identificação do Contrato	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00. bre os con Período c de execu ativio contra Início 05/11/08 19/04/10	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos ontratual ição das lades atadas Fim 29/05/10 20/10/11	09 04 030-1 N exig	3 Sivel (control of the control of t	los tr ontra N	abal tado 1	hado s	ores S	Sit.
2007 2010 Nome: Con UG/Gestão Ano do contrato 2008 2010	L V mpanh o: 495.	O O O O O	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re 19208 Identificação do Contrato 067/PR/08 082/PR/10	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00. bre os con Período c de execu ativio contra Início 05/11/08 19/04/10 contratante	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos ontratual ição das lades atadas Fim 29/05/10 20/10/11	09 04 030-1 N exig	3 Nível (gido (C C O O O O O O O O O O O	los tr ontra N	abal tado 1	hado s	ores S	Sit.
2007 2010 Nome: Con UG/Gestão Ano do contrato 2008 2010	L V mpanh o: 4953 Área V L	O O O O O O O O O O O O O O O O O O O	060/PR/07 008/PR/10 Pesquisa de Re 29208 Identificação do Contrato 067/PR/08 082/PR/10	02.590.700/0001-09 09.081.459/0001-31	03/09/07 01/03/10 contratante RM CNPJ: 00. bre os con Período c de execu ativio contra Início 05/11/08 19/04/10 contratante	03/09/11 01/03/12 e .091.652/00 tratos contratual ução das dades atadas Fim 29/05/10 20/10/11	09 04 030-1 N exiş P 04 02	3 Sivel (gido (constant)) F C 04 04	los tr ontra N	abal tado 1	hado s	ores S	Sit.

Informações sobre os contratos



UG/Gestão: 495710/29208

Serviço G	eologi	co d	o Brasil					Kela	utóri	o de	Ges	stão -	<i>– 2010</i>
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	de execu	contratual ução das dades atadas	exi	lível (gido (co	dos tr ontra	abal	hado s		Sit.
					Início	Fim	P	С	P	С	P	C	
2009	V	О	001/PR/09	03.037.698/0001-08		01/01/12	05	05					P
2010	L	О	005/PR/10	00.403.982/0001-62	04/01/10	04/01/12	12	12					P
				Unidade C	ontratant	e							
Nome: Cor	npanhi	a de	Pesquisa de Re	cursos Minerais – CP	RM								
UG/Gestão	: 4955	00/2	9208		CNPJ: 00	.091.652/0	008-5	55					
				Informações so									
Ano do	Área	Nat	Identificação	Empresa Contratada	de execu	ontratual ıção das dades		lível o gido o		abal	hado		Sit.
contrato	711 Cu	ııaı	do Contrato	(CNPJ)		atadas	1	<u> </u>		<u>ишио</u> И		S	516.
					Início	Fim	P	С	P	C	P	C	
2008	V	0	006/PR/08	66.063.256/0001-56			02	02					P
2009	L	О	040/PR/09	05.576.482/0001-46			03	03					P
2010	V	О	140/PR/10	66.063.256/0001-56	20/11/10	20/11/11	04	04					A
				Unidade C	ontratant	e							
Nome: Cor	npanhi	a de	Pesquisa de Re	cursos Minerais – CP	RM								
UG/Gestão	: 4955	50/2	9208		CNPJ: 00	.091.652/0	009-3	36					
				Informações so	bre os con	tratos							
				Empreso	Período c	ontratual	N	lível o	de Es	colar	idad	le	
Ano do			Identificação	Empresa Contratada	de execu	ıção das	exig	gido d	dos tr	abal	hado	res	
contrato	Área	Nat	do Contrato	(CNPJ)		dades			ontra				Sit.
Contrato			uo Conti ato	(CIVI)		atadas		7		<u>/I</u>		S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	L	0	026/PR/05	87.252.938/0001-87			03	03					<u>E</u>
2005	V	0	078/PR/05	02.924.285/0001-82			04	04					<u>E</u>
2009	V	0	064/PR/09	09.316.305/0004-81			05	05					P
2010	V	О	118/PR/10	02.924.285/0001-82			04	04					A
NI C	1. '	. 1.	D 1. D.	Unidade C		e							
UG/Gestão				cursos Minerais – CP		.091.652/0	010.5	70					
UG/Gesta0); 4930	00/2	.9208				010-7	70					
				Informações so			N	Iśwal 4	do Fo	aalar	idad	la l	
				Empresa		ontratual ıção das		lível o gido o					
Ano do	Área	Nat	Identificação	Contratada		içao uas dades	CAIŞ	-	ontra			nes	Sit.
contrato	111 ca	ııaı	do Contrato	(CNPJ)		atadas	1	<u> </u>		<u>rtaao</u> И		S	Dit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	L	0	098/PR/06	97.481.220/0001-16			04	04	-		-		P
2008	V	0	004/PR/08	08.491.163/0001-26		25/02/12	04	04					P
2008	L	0	023/PR/08	08.491.163/0001-26		16/07/11	02	02					P
2009	V	О	048/PR/09	07.534.224/0001-22		24/09/11	02	02					P
2010	L	О	080/PR/10	97.481.220/0001-16	13/08/10	13/08/11	07	07					A
2010	L	О	103/PR/10	83.953.331/0001-73	06/12/10	06/12/11	03	03					A
				Unidade C	ontratant	e							
				cursos Minerais – CP									
UG/Gestão	: 4956	50/2	.9208			.091.652/0	010-5	50					
				Informações so	bre os con	tratos							
				Empresa		ontratual		lível o					
Ano do	1		Identificação	Contratada		ıção das	exig	gido o				ores	G*.
contrato	Área	Nat	do Contrato	(CNPJ)		dades			ontra			C	Sit.
						atadas		F		M C		S	
2006	T	0	020/DD /06	07.459.522/0001.52	Início	Fim	P 02	02	P	C	P	C	D
2006	L V	0	020/PR/06	97.458.533/0001-53			03	03		-	-		P P
2000	_ v	U	025/PR/06	26.743.708/0001-26 Unidade C			04	04					r
Namas Car	nnonh:	a da	Desguise de De	cursos Minerais – CP									
TADILIC: COL	праши	a ue	i esquisa de Re	cursos ivillierais – CP	17171								

CNPJ: 00.091.652/0015-84



					Informações so	bre os con	tratos							
Ano o		Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	tratada NPI) de execução das atividades		Nível de Escola exigido dos traba contratado				lhadores		Sit.
contra	ato			do Contrato	(CNPJ)	contratadas]	F	N	1	-	S	
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2000	6	L	O	046/PR/06	06.855.175/0001-67	01/06/06	01/06/11	05	05		,			P
2000	6	V	O	050/PR/06	12.066.015/0001-31	01/07/06	01/07/11	04	04					P

Observação: Os contratos foram firmados por UG da CPRM.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Contratos – DICONT e Departamento de Recursos Humanos – DERHU

			•	o de serviços com lo			a						
<u> </u>				Unidade Co									
Nome: Co	mpanhi	a de P	esquisa de Reci	ursos Minerais – CPR									
UG/Gestã						.091.652/00	001-8	9					
				Informações sobi	re os conti	atos							
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período de execu	contratual ução das dades atadas		gido c	dos tr ontra	colar aball tados A	nado		Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1/3/7	О	023/PR/10	02.843.359/0001-56	08/04/10	08/04/12	01	01	13	13			P
				Unidade Co									
Nome: Co	mpanhi	a de P	esquisa de Reci	ursos Minerais – CPR	M								
UG/Gestã						.091.652/00	002-6	0					
				Informações sobi									
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período de execu	contratual ução das dades atadas		gido c	dos tr ontra	colar aball tados A	nado		Sit.
				(CNFJ)			P					C	1
2007	2		069/DD/07	07 990 046/0001 20	Início	Fim 02/12/12	Р	C	P 3	C	P	C	P
	2	0	068/PR/07	07.880.946/0001-39		21/10/11			3	3	2	2	P
2007	2	0	035/PR/07	73.678.005/0001-41			1.5	1.5	2	2	3	2	
2009	2	0	011/PR/09	29.212.545/0001-43		13/05/12	15	15	2	2	2	1	P
2010	1 /2 /7	0	002/PR/10	80.043.904/0001-33		05/04/12		2	46	46			P
2010	1/3/7	0	025/PR/10	33.104.423/0001-00		01/04/12	2	2	38	38			P
2010	1	О	145/PR/10	03.022.122/0001-77	L	30/12/11			32	32			A
				Unidade Co									
				ursos Minerais – CPR									
UG/Gestã	o: 4952	50/29	208		L	.091.652/00)04-2	1					
				Informações sob									
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	de exect	contratual ução das dades	exiş	gido c	dos tr ontra	colar aball tados	nado	res	Sit.
				, , ,		atadas	<u> </u>			<u>I</u>		S	
2010	1 17		100/00 // 0	00.7(0.170/0001.00	Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1/7	О	102/PR/10	02.760.172/0001-99		17/11/11			04	04			A
				Unidade Co									
				ursos Minerais – CPR		004 677 :-							
UG/Gestã	o: 4952	60/29	208			.091.652/00)12-3	1					
				Informações sob			_			-			
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	de exect ativi contra	ontratual ução das dades atadas	exiş I	gido c	dos tr ontra N	colar aball tados A	nado	res S	Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	С	



2010	1/7	О	028/PR/10	84.624.329/0001-13	05/04/10	05/04/12	04	04	06	06			P
				Unidade Co									
				ursos Minerais – CPR									
UG/Gestã	o: 495	300/292	208			.091.652/0	005-0	2					
				Informações sobi									•
				Empresa		contratual			de Es				
Ano do			Identificação	Contratada		ução das	exi	-	dos tr			res	
contrato	Área	Nat.	do Contrato	(CNPJ)	ativi	dades		c	ontra	tados			Sit.
Contrato			uo Contrato	(CNI J)	contra	atadas]	7	N	1		S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	7	О	043/PR/10	83.353.912/0001-74	14/06/10	14/06/11	01	01	03	03			Α
				Unidade Co	ntratante								
Nome: Co	mpanh	ia de P	esquisa de Reci	ırsos Minerais – CPR	M								
UG/Gestã	o: 495	350/292	208		CNPJ: 00	.091.652/0	006-9	3					
				Informações sobi	re os conti	ratos							
						contratual	N	lível	de Es	colar	idad	e	
				Empresa		ução das			dos tr				
Ano do	Área	Nat.	Identificação	Contratada		dades		_	ontra				Sit.
contrato	11100	1 (600)	do Contrato	(CNPJ)		atadas	1	<u> </u>	N	<u>/</u> [<u>S</u>	2100
					Início	Fim	P	C	P	С	P	C	-
2009	3/7	0	142/PR/09	06.234.467/0001-82			-		10	10	-		Е
2010	1	0	038/PR/10	02.223.491/0001-65					04	04			A
2010	1	0	036/1 K/10	Unidade Co		02/06/11			04	04			А
Names Co	mnonh	io do D	acquisa da Daar	ursos Minerais – CPR									
UG/Gestã						.091.652/0	020 1	2					
UG/Gesta	0: 493.	5/0/29.	208				030-1	3					
Informações sobre os contratos Período contratual Nível de Escolaridade													
				Empresa									
Ano do	.	3. 7 .	Identificação	Contratada		ução das	exi	-	dos tr			res	G.
contrato	Área	Nat.	do Contrato	(CNPJ)		dades			ontra			~	Sit.
				(= . 0)		atadas		7 ~		1		S	
	_		0.12.55.10.5	0.5.10.5.0.50.10.00.1.0.5	Início	Fim	P	C	P	C	P	C	_
2007	7	0	043/PR/07	02.196.969/0001-05		29/05/10	03	03					Е
2010	3/7	О	042/PR/10	02.196.969/0001-05		22/06/11	03	03	02	02			Α
				Unidade Co									
				ırsos Minerais – CPR									
UG/Gestã	o: 495	500/292	208			.091.652/0	008-5	5					
				Informações sobi									
				Empresa		contratual			de Es				
Ano do	,		Identificação	Contratada		ução das	exi	_	dos tr			res	
contrato	Área	Nat.	do Contrato	(CNPJ)		dades			<u>ontra</u>				Sit.
Contrato			uo Contrato	(CIVI J)		atadas]	7	N	1		S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1/3/7	O	039/PR/10	03.022.122/0001-77	10/05/10		08	08	11	11			P
	Unidade Contratante												
Nome: Co	Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM												
UG/Gestã	UG/Gestão: 495550/29208 CNPJ: 00.091.652/0009-36												
				Informações sobi	re os conti	ratos							
				Emmaga	Período o	contratual	N	lível (de Es	colar	idad	e	
Ano do			Idantificação	Empresa	de exect	ução das	exi	gido (dos tr	aball	nado	res	
Ano do	Área	Nat.	Identificação	Contratada	ativi	dades		c	ontra	tados	5		Sit.
contrato			do Contrato	(CNPJ)	contra	atadas]	7	N	1	;	S	
					Início	Fim	P	С	P	С	P	С	
2010	7	О	064/PR/10	87.252.938/0001-87	12/07/10	12/07/11	02	02	04	04			Α
2010	7	О	123/PR/10	06.352.011/0001-17		30/12/11	01	01	01	01			Α
				Unidade Co									•
Nome: Co	mpanh	ia de P	esquisa de Reci	ırsos Minerais – CPR									
UG/Gestã			1			.091.652/0	010-7	0					
					-								



Informações sobre os contratos												
Área	Nat.			de execução das atividades			gido d	los tr	aball	nado		Sit.
		do Contrato	(CNPJ)	contratadas		I	1	N	1		S	
				Início	Fim	P	C	P	C	P	С	
7	О	037/PR/08	05.296.914/0001-65	04/08/08	04/08/11	10	10					P
7	0	020/PR/10	08.725.778/0001-70	24/05/10	24/05/11	01	01	01	01			Α
7	0	086/PR/10	08.491.163/0001-26	02/08/10	02/08/11			05	05			Α
	7	7 O 7 O	7 O 037/PR/08 7 O 020/PR/10	Área Nat. Identificação do Contrato Empresa Contratada (CNPJ) 7 O 037/PR/08 05.296.914/0001-65 7 O 020/PR/10 08.725.778/0001-70	Área Nat. Identificação do Contrato Empresa Contratada (CNPJ) Período co de exect ativida contrato 7 O 037/PR/08 05.296.914/0001-65 04/08/08 7 O 020/PR/10 08.725.778/0001-70 24/05/10	Área Nat. Identificação do Contrato Empresa Contratada (CNPJ) Período contratual de execução das atividades contratadas 7 O 037/PR/08 05.296.914/0001-65 04/08/08 04/08/11 7 O 020/PR/10 08.725.778/0001-70 24/05/10 24/05/11	Área Nat. Identificação do Contrato Empresa Contratada (CNPJ) Período contratual de execução das atividades contratadas Nat. Início Fim Período contratual de execução das atividades contratadas Início Fim Período contratual de execução das atividades contratadas Início Fim Período contratual de execução das atividades contratadas Início Fim Período contratual de execução das atividades contratadas Início Fim Período contratual de execução das atividades contratadas Início Fim Período contratual de execução das atividades contratadas Início Fim Período contratual de execução das atividades contratadas Início Início Início Início Período contratadas Início Início<	Área Nat. Identificação do Contrato Empresa Contratada (CNPJ) Período contratual de execução das atividades contratadas Nível contrato de exigido de exigido de exigido de exigido de exigido de contratadas 7 O 037/PR/08 05.296.914/0001-65 04/08/08 04/08/11 10 10 7 O 020/PR/10 08.725.778/0001-70 24/05/10 24/05/11 01 01	Área Nat. Identificação do Contrato Empresa Contratada (CNPJ) Período contratual de execução das atividades contratadas Nível de Esexigido dos tratorios contratadas 7 O 037/PR/08 05.296.914/0001-65 04/08/08 04/08/11 10 10 7 O 020/PR/10 08.725.778/0001-70 24/05/10 24/05/11 01 01 01	Área Nat. Identificação do Contrato Empresa Contratada (CNPJ) Período contratual de execução das atividades contratadas Nível de Escolar exigido dos traballacontratados 7 O 037/PR/08 05.296.914/0001-65 04/08/08 04/08/11 10	Área Nat. Identificação do Contrato Empresa Contratada (CNPJ) Período contratual de execução das atividades contratadas Nível de Escolaridad exigido dos trabalhado contratados 7 O 037/PR/08 05.296.914/0001-65 04/08/08 04/08/11 10 10 10 0 0 01	Área Nat. Identificação do Contrato Empresa Contratada (CNPJ) Período contratual de execução das atividades contratadas Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados 7 O 037/PR/08 05.296.914/0001-65 04/08/08 04/08/11 10 10 10 0 0 020/PR/10 08.725.778/0001-70 24/05/10 24/05/11 01

Unidade Contratante

Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

UG/Gestão: 495650/29208 CNPJ: 00.091.652/0011-50

Informações	sobre	os con	tratos

L					1111011111114400000000	05 051101	•••							
	Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato		de execu	ontratual ıção das dades		gido c	los tr	colari aball tados	nado	-	Sit.
	contrato			do Contrato	(CNPJ)	contra	atadas	I	. 1	N	1	3	S	
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
Ī	2010	1/3/7	О	041/PR/10	09.231.574/0001-45	15/06/10	15/06/11	07	07	03	03			Α

Unidade Contratante

Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

UG/Gestão: 495710/29208 CNPJ: 00.091.652/0015-84

Informações sobre os contratos

				into mações sobre os contratos									
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato		de execu	ontratual ıção das dades		lível o gido o co	los tr		nado	-	Sit.
contrato			do Contrato	(CNPJ)	contra	atadas]	7	N	1		S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1/3/7	O	035/PR/10	07.157.877/0001-30	01/06/10	01/06/11	03	03	03	03			A

Observação: Os contratos foram firmados por UG da CPRM.

LEGENDA

Área:

- 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- 3. Serviços de Copa e Cozinha;
- 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
- 6. Apoio Administrativo Menores Aprendizes;
- 7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Contratos – DICONT e Departamento de Recursos Humanos – DERHU

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
023/PR/10	1/3/7	14	495110 / Sede (Brasília)
053/PR/06	8	11	495130 / Escritório do Rio de Janeiro
060/PR/09	7	38	495130 / Escritório do Rio de Janeiro
003/PR/10	8	04	495130 / Escritório do Rio de Janeiro
068/PR/07	2	03	495130 / Escritório do Rio de Janeiro
035/PR/07	2	02	495130 / Escritório do Rio de Janeiro
011/PR/09	2	18	495130 / Escritório do Rio de Janeiro
002/PR/10	1	46	495130 / Escritório do Rio de Janeiro
025/PR/10	1/3/7	40	495130 / Escritório do Rio de Janeiro
145/PR/10	1	32	495130 / Escritório do Rio de Janeiro
054/PR/05	7	7	495250 / Superintendência de Manaus
116/PR/09	8	4	495250 / Superintendência de Manaus
085/PR/10	7	5	495250 / Superintendência de Manaus
102/PR/10	1/7	4	495250 / Superintendência de Manaus



Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
069/PR/06	8	4	495260 / Residência de Porto Velho
007/PR/08	7	3	495260 / Residência de Porto Velho
015/PR/10	7	6	495260 / Residência de Porto Velho
100/PR/10	8	8	495260 / Residência de Porto Velho
028/PR/10	1/7	10	495260 / Residência de Porto Velho
001/PR/08	8	1	495300 / Superintendência de Belém
080/PR/09	7	8	495300 / Superintendência de Belém
036/PR/10	8	6	495300 / Superintendência de Belém
043/PR/10	7	4	495300 / Superintendência de Belém
030/PR/07	8	4	495350 / Superintendência de Recife
060/PR/07	7	9	495350 / Superintendência de Recife
008/PR/10	8	4	495350 / Superintendência de Recife
142/PR/09	3/7	10	495350 / Superintendência de Recife
038/PR/10	1	4	495350 / Superintendência de Recife
067/PR/08	8	4	495370 / Residência de Fortaleza
082/PR/10	7	2	495370 / Residência de Fortaleza
043/PR/07	7	3	495370 / Residência de Fortaleza
042/PR/10	3/7	5	495370 / Residência de Fortaleza
001/PR/09	8	5	495400 / Superintendência de Salvador
005/PR/10	7	12	495400 / Superintendência de Salvador
006/PR/08	8	2	495500 / Superintendência de São Paulo
040/PR/09	7	3	495500 / Superintendência de São Paulo
140/PR/10	8	4	495500 / Superintendência de São Paulo
039/PR/10	1/3/7	19	495500 / Superintendência de São Paulo
026/PR/05	7	3	495550 / Superintendência de Porto Alegre
078/PR/05	8	4	495550 / Superintendência de Porto Alegre
064/PR/09	8	5	495550 / Superintendência de Porto Alegre
118/PR/10	8	4	495550 / Superintendência de Porto Alegre
064/PR/10	7	6	495550 / Superintendência de Porto Alegre
123/PR/10	7	2	495550 / Superintendência de Porto Alegre
098/PR/06	7	4	495600 / Superintendência de Belo Horizonte
004/PR/08	8	4	495600 / Superintendência de Belo Horizonte
023/PR/08	7	2	495600 / Superintendência de Belo Horizonte
048/PR/09	8	2	495600 / Superintendência de Belo Horizonte
080/PR/10	7	7	495600 / Superintendência de Belo Horizonte
103/PR/10	7	3	495600 / Superintendência de Belo Horizonte
037/PR/08	7	10	495600 / Superintendência de Belo Horizonte
020/PR/10	7	2	495600 / Superintendência de Belo Horizonte
086/PR/10	7	5	495600 / Superintendência de Belo Horizonte
020/PR/06	7	3	495650 / Superintendência de Goiânia
025/PR/06	8	4	495650 / Superintendência de Goiânia
041/PR/10	1/3/7	10	495650 / Superintendência de Goiânia
046/PR/06	7	5	495710 / Residência de Teresina
050/PR/06	8	4	495710 / Residência de Teresina
035/PR/10	1/3/7	6	495710 / Residência de Teresina
LEGENDA			

- Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
- Serviços de Copa e Cozinha;
- Apoio Administrativo Menores Aprendizes;
- 6. 7. Higiene e Limpeza;
 - Vigilância Ostensiva;

4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 9. Outras.
Fonte: Divisão de Contratos – DICONT e Departamento de Recursos Humanos – DERHU

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A CPRM não possui indicadores para fins de gerenciamento de Recursos Humanos.



- 6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência
- 6.1 Transferências efetuadas no exercício
- 6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Anexo I – Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

<u>Quadro A.6.2 - Resumo dos in</u>					ercícios	
		idade Conce		ontratante		
Nome: Companhia de Pesquisa	de Recurso	s Minerais –	CPRM			
CNPJ: 00.091.652/0002-60				UG/GESTÃO:	495130/29208	
	Quantidade de instrumentos			Valores repassados em cada exercício		
Modalidade	celebrados em cada exercício			(Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	_	1	_	_	52.200,00	97.800,00
Contrato de Repasse	_	-	_	_	_	_
Termo de Parceria	_	_	_	_	_	_
Termo de Cooperação	_	_	_	_	_	_
Termo de Compromisso	_	_	_	_	_	_
Totais	_	1	_	_	52.200,00	97.800,00
	Un	idade Conce	edente ou C	ontratante		
Nome: Companhia de Pesquisa	de Recurso	s Minerais –	CPRM			
CNP.J: 00.091.652/0010-70				UG/GESTÃO:	495600/29208	
	Quantidade de instrumentos		Valores repassados em cada exercício			
Modalidade	celebrados em cada exercício			(Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	_	1	_	5.000.000,00	4.929.226,30
Contrato de Repasse	_	_	_	_	_	_
Termo de Parceria	_	_	_	_	_	_
Termo de Cooperação	_	_	_	_	_	_
Termo de Compromisso	_	_	_	_	_	_
Totais	1	_	1	_	5.000.000,00	4.929.226,30
2 0 0 0 0	Un	idade Conce	edente ou C	ontratante	2.000.000,00	,2,1220,80
Nome: Companhia de Pesquisa						
CNPJ: 00.091.652/0007-74		<u> </u>	011111	UG/GESTÃO:	495400/29208	
61(1 g: 00:091:032/0007 71	Quantidade de instrumentos			Valores repassados em cada exercício		
Modalidade	celebrados em cada exercício			(Valores em R\$ 1,00)		
Wiodandade	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	_	-	1	-	-	2.700.000,00
Contrato de Repasse	_	_	_	_	_	_
Termo de Parceria	_	_	_	_	_	_
Termo de Cooperação	_	_	_	_	_	_
Termo de Compromisso		_	_	_	_	_
Totais		_	1	_	_	2.700.000,00
Totals		_	1			2.700.000,00

Fonte: SIAFI Operacional

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Quadro A.S.3 - Resulto dos histramentos de transferencia que vigerao em 2011 e exercicios seguintes					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					
CNPJ00.091.652/0002-60	UG/GESTÃO: 495130/29208				



	Qtd. de	,	% do Valor global			
Modalidade	instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Contratados	Repassados até 2010	2011	repassado até o final do exercício de 2010	
Convênio	1	_	150.000,00	10.000,00	93,75	
Contrato de Repasse	-	_	-	_	_	
Termo de Parceria	_	_	_	ı	_	
Termo de Cooperação	_	_	_	ı	-	
Termo de Compromisso	_	_	_	ı	-	
Totais	1	_	150.000,00	10.000,00	93,75	
		ade Concedente				
Nome: Companhia de Pesq	uisa de Recursos N	Minerais – CPRM				
CNPJ: 00.091.652/0010-70	CNPJ: 00.091.652/0010-70 UG/GESTÃO: 495600/29208					
	Qtd. de	Otd. de Valores (R\$ 1,00))	% do Valor global	
Modalidade	instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	repassado até o final do exercício de 2010	
Convênio	1	_	9.929.226,36	-	100	
Contrato de Repasse	_	_	_	_	_	
Termo de Parceria	_	_	_	_	_	
Termo de Cooperação	_	_	_	_	_	
Termo de Compromisso	_	_	_	_	_	
Totais	1	_	9.929.226,36	_	100	
	Unida	ade Concedente	ou Contratante			
Nome: Companhia de Pesq	uisa de Recursos M	Minerais – CPRM	[
CNPJ: 00.091.652/0007-74	CNPJ: 00.091.652/0007-74 UG/GESTÃO: 495400/29208					
	Qtd. de	,	% do Valor global			
Modalidade	instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Contratados	Repassados até 2010	2011	repassado até o final do exercício de 2010	
Convênio	1	_	2.700.000,00	-	100	
Contrato de Repasse	_	_	_	_	_	
Termo de Parceria	_	_	_	_	_	
Termo de Cooperação	_	_	_	_	_	
Termo de Compromisso	_	_	_	_	_	
Totais	1	_	2.700.000,00	_	100	
Fonte: SIAEI Operacional	·	·	·	·	·	

Fonte: SIAFI Operacional

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

eon temo e de e	ontratos de repasse						
Unidade Concedente							
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM							
CNPJ: 00.091.652/0001-89 UG/GESTÃO: 495001/29208							
				Instrumentos			
Exercício da	Exercício da				(Quantidade e Montante		
prestação de	Qu	Repassado)					
contas				Convênios	Contratos de		
		Repasse					
	Ainda no prazo de	Quantidade		4			
2010	prestação de contas	Montante Repassado		7.022.044,53			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contae prestadas	Quantidade	1			
			Montante Repassado (R\$)	5.802.559,36			
		Contas NÃO prestadas	Quantidade				
			Montante Repassado (R\$)				
2009			Quantidade	1			
	Contas prestadas		Montante Repassado (R\$)	1.152.100,00			
	Camta a NÃO ausata da		Quantidade				
	Contas NÃO prestada	is	Montante Repassado (R\$)				



2008	Contas prestadas	Quantidade
	Contas prestadas	Montante Repassado (R\$)
	Contac N A() prestadas	Quantidade
		Montante Repassado (R\$)
Anteriores a	Contas NÃO prestadas	Quantidade
2008	Contas NAO prestadas	Montante Repassado (R\$)

Fonte: Divisão de Contabilidade

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

			nte ou Contratante		
Nome: Companhi	a de Pesquisa de Recurs				
CNPJ: 00.091.652	/0001-89	UG/GES	ΓÃO: 495001/29208		
Exercício da				Instru	imentos
prestação de	Quantita	tivos e montar	ntes repassados	Convênios	Contratos de
contas				0011,011105	Repasse
	Quantidade de contas pr				
	Com prazo de análise			1	
	ainda não vencido	Montante repa		5.802.559,36	
2010		Contas	Quantidade Aprovada		
2010	Com prazo de análise	analisadas	Quantidade Reprovada		
	vencido	anansadas	Quantidade de TCE		
		Contas NÃO	Quantidade		
		analisadas	Montante repassado (R\$)		
	Quantidade de contas pr	estadas			•
		Quantidade A ₁	provada	1	
2009	Contas analisadas	Quantidade Reprovada			
2009		Quantidade de TCE			
	Cantas NÃO analisadas	Quantidade			
	Contas NAO anansadas	Quantidade Montante repassado (R\$)		1.152.100,00	
	Quantidade de contas pr	•			
	•	Quantidade Ap	orovada		
2000	Contas analisadas	Quantidade Re			
2008		Quantidade de			
	G . Não II i	Quantidade			
	Contas NÃO analisadas	Montante repa	ssado		
Exercícios		Quantidade			
anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Montante repa	ssado		
	o de Contabilidade Geral				

Fonte: DICOGE/Divisão de Contabilidade Geral

6.2 Análise Crítica

As transferências referentes ao exercício de 2010 foram efetuadas nas datas previstas pelos Convênios.

A evolução das transferências relativas aos três últimos exercícios é demonstrada pelo quadro abaixo:

ITEM	BENEFICIÁRIO	CNPJ	VALOR	DATA	DOCUMENTO
1			2.916,93	16/01/2008	2008OB900244
2			2.916,93	19/02/2008	2008OB901013
3		34.080.986/0001-79	2.916,93	12/03/2008	2008OB901442
4	Ai d- Ct- C1		2.916,93	28/04/2008	2008OB902398
5	Associação de Canto Coral		2.916,93	28/04/2008	2008OB902399
6			2.916,93	12/08/2008	2008OB904758
7			3.062,78	17/09/2008	2008OB905695
8			3.062,78	25/09/2008	2008OB905913



ITEM	BENEFICIÁRIO	CNPJ	VALOR	DATA	DOCUMENTO
9			3.062,78	13/10/2008	2008OB906437
10	Associação do Canto Caral	34.080.986/0001-79	3.062,78	15/10/2008	2008OB906498
11	Associação de Canto Coral	34.080.980/0001-79	3.062,78	27/11/2008	2008OB907655
12			3.062,78	27/11/2008	2008OB907656
	TOTAL DE 2008	35.878,26			

ITEM	BENEFICIÁRIO	CNPJ	VALOR	DATA	DOCUMENTO			
1			3.062,78	12/02/2009	2009OB800688			
2	Associação de Canto Coral		3.062,78	13/03/2009	2009OB901307			
3		34.080.986/0001-79	3.062,78	09/04/2009	2009OB801817			
4		34.000.900/0001-79	3.062,78	06/05/2009	2009OB802373			
5			3.062,78	22/05/2009	2009OB802882			
6			3.062,78	22/06/2009	2009OB803563			
1	Departamento de Recursos Minerais do RJ	28.522.894/0001-07	52.200,00	23/12/2009	2009OB809494			
1	Cia. De Desenvolvimento Econômico de MG	19.791.581/0001-55	3.374.629,91	13/08/2009	2009OB801650			
	TOTAL DE 2009 5.070.576,68							

ITEM	BENEFICIÁRIO	CNPJ	VALOR	DATA	DOCUMENTO
1			3.209,80	14/04/2010	2010OB802803
2			3.209,80	14/04/2010	2010OB802804
3			3.209,80	14/04/2010	2010OB802805
4			3.209,80	14/04/2010	2010OB802806
5			3.209,79	14/04/2010	2010OB802807
6	Associação de Canto Coral	34.080.986/0001-79	3.209,79	14/04/2010	2010OB802808
7			3.209,79	14/04/2010	2010OB802809
8			3.209,79	14/04/2010	2010OB802810
9			3.209,79	14/04/2010	2010OB802811
10			3.209,79	29/06/2010	2010OB804826
11			3.209,79	09/07/2010	2010OB805215
12			3.209,79	12/07/2010	2010OB805267
13			3.434,48	03/12/2010	2010OB809765
14			3.434,48	03/12/2010	2010OB809766
1	Departamento de Recursos Minerais do RJ	28.522.894/0001-07	97.800,00	07/10/2010	2010OB808030
	Cia. De Desenvolvimento		802.559,36	16/09/2010	2010OB802695
1	Econômico de MG	19.791.581/0001-55	1.408.889,00	14/10/2010	2010OB803068
	Leonomico de MG		2.717.778,00	05/11/2010	2010OB803304
	Companhia Bahiana de Pesquisa		900.000,00	15/09/2010	2010OB802600
1	Mineral	13.554910/0001-68	900.000,00		2010OB903103
			900.000,00	03/11/2010	2010OB903104
	TOTAL DE 2010		7.772.412,84		

Até a presente data está prevista a transferência de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o DRM – Departamento de Recursos Minerais – RJ.

As prestações de contas foram entregues dentro dos prazos previstos em conformidade com os padrões técnicos exigidos.

As prestações de contas recebidas estavam dentro dos padrões exigidos e foram aprovados pelos responsáveis.

As transferências financeiras são definidas no Convênio. Os planos de trabalho, que também são pactuados no Convênio, são de responsabilidade do setor técnico.



7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Somente está cadastrado no SICONV o Convênio com o Departamento de Recursos Minerais – DRM-RJ.

- O Convênio com a Companhia Bahiana de Pesquisa Mineral não foi cadastrado no SICONV. O término do Convênio será no dia 31/05/2011. Aguardamos a prestação de contas, que já foi solicitada à SUREG/SA.
- O Convênio com a Associação de Canto Coral também não foi cadastrado no SICONV. O término do Convênio será no dia 05/07/2011. Aguardamos a prestação de contas, já solicitada.
- O Convênio com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais também não foi cadastrado no SICONV. O Término do Convênio será em 24/06/2011.

A Divisão de Contabilidade Geral da CPRM – DICOGE estuda a possibilidade para os próximos convênios, de registro contábil em conta de Ativo dos valores das transferências efetuadas pela CPRM aos convenentes na data do envio dos recursos, ficando o registro no Resultado apenas no momento da prestação de contas, de acordo com o Princípio Contábil da Competência. Tal procedimento, além de cumprir o princípio contábil permitirá a conciliação entre os registros contábeis e o SICONV.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Informamos que a Diretoria Executiva da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM , bem como os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, apresentaram suas declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº. 8.730, de 10/11/1993, conforme dispõe o Anexo II, Parte A – Conteúdo Geral – da DN-TCU nº. 107/2010, de 27/10/2010, relativamente ao exercício de 2010.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

	Aspectos do sistema de controle interno		A	aliaç	ão	
	Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução				X	
	dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				Λ	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os			X		
	servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			А		
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em			X		
	documentos formais.			А		
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e					
	servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das			X		
	instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das			X		
	responsabilidades.			Λ		
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados				X	
	pela UJ.				Λ	



Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas		X			
da unidade.					<u> </u>
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos					ľ
nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de			X		ľ
ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					<u> </u>
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de			X		ľ
conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no				X	ľ
perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em			X		1
uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			21		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos		X			
da unidade.		71			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para				X	1
apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				21	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e				X	1
valores de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os			X		ľ
riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			A		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam				X	ľ
consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				71	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de				X	ľ
benefícios que possam derivar de sua aplicação.				Λ	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão					X
diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada			X		ľ
e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			Λ		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente			X		1
para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			Λ		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e		X			
indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		Λ			1
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas			X		
as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			Λ		ľ
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua				v	
validade e qualidade ao longo do tempo.				X	ł
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas				v	
avaliações sofridas.				X	l
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu					X

Considerações gerais: Avaliação dos controles internos realizado pela Auditoria Interna ao longo do exercício de 2010, bem como a atualização e aplicabilidade dos normativos internos nas Unidades Gestoras da CPRM.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.



10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental				Avaliação			
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5		
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem	_	_		-			
em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e							
matérias primas.		X					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade							
ambiental foram aplicados?							
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente							
adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior			X				
quantidade de conteúdo reciclável.							
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por							
fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de		X					
limpeza biodegradáveis).							
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência							
de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como							
critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X						
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido							
considerada nesses procedimentos?							
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor							
consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).							
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses				X			
produtos sobre o consumo de água e energia?							
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).							
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X		
Papel reciclado utilizado pelas UG´s da CPRM.							
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos							
poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.		X 7					
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi		X					
incluído no procedimento licitatório?							
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização,							
reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X						
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido	Λ						
manifestada nos procedimentos licitatórios?							
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e					X		
qualidade de tais bens/produtos.					Λ		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia,							
possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da				X			
edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais				Λ			
que reduzam o impacto ambiental.							
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua					X		
destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					1		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a							
diminuir o consumo de água e energia elétrica.			X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha			41				
(palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Folders e comunicações internas.							
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de							
proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus							
servidores.	X						
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha	41						
(palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Folders, palestras e comunicações							
internas.							



Considerações Gerais: os quesitos do quadro acima foram analisados e preenchidos pelos responsáveis de compras do ERJ/SERAFI-RJ; coordenação de engenharia e arquitetura/COENARQ e departamento de administração de material e patrimônio/DEAMP.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como "Bens de Uso Especial" de propriedade da União ou locado de terceiros

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quauto A.11.1 -	Distribuição Espaciai dos Bens Imoveis de Uso Esp	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE				
	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	PROPRIEDADE DA UNIÃO DE				
		RESPONSABILIDADE DA UJ				
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010			
	UF - RR	1	1			
	Boa Vista	1	1			
	UF - RO	1	1			
	Porto Velho	1	1			
	UF - PA	1	1			
	Belém	1	1			
	UF - PE	1	1			
	Recife	1	1			
	UF - SP	2	2			
	São Paulo	1	1			
BRASIL	Apiaí	1	1			
	UF - CE	1	1			
	Fortaleza	1	1			
	UF - PR	1	1			
	Curitiba	1	1			
	UF - SC	1	1			
	Criciúma	1	1			
	UF - MT	2	2			
	Cuiabá	2	2			
	UF - SE	1	1			
	Inácio Barbosa	1	1			
	Subtotal Brasil	12	12			
EXTERIOR	-	_	-			
	Subtotal Exterior	_	_			
	Total (Brasil + Exterior)	12	12			

Fonte: Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio – DEAMP



Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS			
	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	DE TERCEIR	ROS PELA UJ		
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010		
	UF - BA	2	2		
	Feira de Santana	1	1		
	Morro Chapéu	1	1		
	UF - SC	1	1		
	Criciúma	1	1		
BRASIL	UF - RS	1	1		
	Caçapava Sul	1	1		
	UF - TO	1	1		
	Palmeirópolis	1	1		
	UF - RN	1	1		
	Natal	1	1		
	Subtotal Brasil	6	6		
EXTERIOR	_	-	_		
	Subtotal Exterior	_	_		
	Total (Brasil + Exterior)	6	6		

Fonte: Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio - DEAMP

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Ve	alor do Imóv	Manu	oesa com tenção no ercício	
			Consei vaçao	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
495300	42700819.500-2	3	3	1.675.464,12	01/01/04	ı	-	_
495500	615300001.500-8	3	3	1.714.020,00	21/06/05	ı	-	_
495370	138900449.500-0	3	3	577.600,53	24/08/07	ı	-	_
495500	7107.00463.500-2	3	3	1.238.769,50	01/10/07	_	_	_
495500	710700542.500-1	3	3	248.076,50	01/10/07	_	_	_
			Total				_	_

Fonte: Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio – DEAMP

11.2 Análise crítica

Os imóveis alocados de terceiros atendem as atividades necessárias à CPRM, na época das locações, não havia imóveis de propriedade da União disponíveis.

Quanto aos imóveis localizados nas cidades de Curitiba, Criciúma, Cuiabá e Inácio Barbosa, são de propriedade de outros órgãos da Administração Pública, estando em análise para registro no cadastro do SPIUNET.

Os imóveis localizados nas cidades de Porto Velho e Boa Vista, também, encontram-se em análise e terão seus registros no cadastro do SPIUNET futuramente.

O imóvel localizado na cidade de Recife, encontra-se pendente junto à Prefeitura quanto ao registro do imóvel, posteriormente terá seu cadastro no SPIUNET.

Quanto ao valor de reavaliação dos imóveis cadastrados no SPIUNET, está sendo analisado o reflexo contábil.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)



Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a savam avaliadas	Avaliação					
Quesitos a serem avaliados	1	2	3	4	5	
Planejamento						
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz planejamento UJ como um					X	
todo.					71	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X					
Recursos Humanos de TI						
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Sei	v = 5	50; T	erc.=	46	
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X		
Segurança da Informação						
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente				X		
com segurança da informação.				Λ		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída		X				
mediante documento específico.		Λ				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas						
8. É efetuada avaliação para verificar os recursos de TI são compatíveis com necessidades da				X		
UJ.				71		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade		X				
oferecidas aos seus clientes.		71				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X		
Quesitos a serem avaliados				Avaliação		
	1	2	3	4	5	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI						
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.			40%			
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da				X		
contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				Λ		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X			
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				v		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos				X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?						
	lotad	os n	a Di	visão	de	
e serviços de TI terceirizados?					de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa					de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa Informática – DIINFO, levando-se em consideração as ações e projetos de TI executados no ex LEGENDA Níveis de avaliação:					de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa Informática – DIINFO, levando-se em consideração as ações e projetos de TI executados no ex LEGENDA					de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa Informática – DIINFO, levando-se em consideração as ações e projetos de TI executados no ex <u>LEGENDA</u> Míveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa Informática – DIINFO, levando-se em consideração as ações e projetos de TI executados no ex LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da					de de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa Informática – DIINFO, levando-se em consideração as ações e projetos de TI executados no ex LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa Informática – DIINFO, levando-se em consideração as ações e projetos de TI executados no ex LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento					de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa Informática – DIINFO, levando-se em consideração as ações e projetos de TI executados no ex LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa Informática – DIINFO, levando-se em consideração as ações e projetos de TI executados no ex LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da					de	
e serviços de TI terceirizados? Considerações Gerais: Os respondentes representam a área de informática da empresa Informática – DIINFO, levando-se em consideração as ações e projetos de TI executados no ex LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					de	

13. Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ, bem como sobre as fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias

Não se aplica à CPRM.

14. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento



14.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Ouadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

& o	Quadro 11.13.1 - Cumprimento das denocrações do 1 CC atendidas no exercicio						
	Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Denominação completa: Código SIORG						
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME						
	Deliberações do TCU						
	Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida	
1	1 015.123/2006-6 2217/2010 9.7.1 Determinação Comu						
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG						
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM						
T ~	D 1 % 1 D 10 %						

Descrição da Deliberação:

Não efetue o pagamento da gratificação natalina, na forma das Leis nº. 4.090/1962 e 4.749/1965, aos seus dirigentes, cumulativamente com a parcela prevista na alínea c, § 2º do art. 3º do Decreto-Lei nº. 2.355/1987, uma vez que tal procedimento é vetado pelo art. 6º, inciso IV, do referido Decreto-Lei e pelo Enunciado nº. 171 da Súmula/TCU, informando, no prazo de 60 dias, as providências adotadas.

miormanao, no	pruzo de oo drus, us	oro tracificad adotadas.		
Providências Adotadas				
Setor responsável pela implementação Código SIORG				
Departamento d	e Recursos Humanos	s – DERHU		227
Címtaga da muan	idîmaia adatada.			

Síntese da providência adotada:

Ofício n°. 224/2008/MP/SE/DEST de 15/04/2008, determinou a desvinculação dos reajustes dos Honorários dos membros da Diretoria Executiva das empresas estatais e federais dos reajustes concedidos aos empregados por meio de Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, nas respectivas datas-base.

Síntese dos resultados obtidos

A remuneração do empregado paradigma deixou de ser considerada na elaboração do cálculo dos Honorários dos membros da Diretoria Executiva. Assim sendo, não mais existe a inclusão mensal de 1/12 (um doze avos) do 13° Salário daquele empregado paradigma".

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

A alteração da instrução que determinou a desvinculação da remuneração do empregado paradigma facilitou a implementação de ação corretiva e desta forma a empresa e atendeu a determinação.

Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Denominação completa: Código SIORG					
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME					2852
	Deliberações do TCU					
	Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida
2	2 015.123/2006-6 2217/2010 9.7.2.1 Determinação Comun					nicação 13/09/2010
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG					Código SIORG
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Docario	Docariaão do Doliboração					

Descrição da Deliberação:

Proponha à Rufolo Empresa de Serviço Técnicos e Construções Ltda., com suporte no § 5° do art. 65 da Lei n°. 8.666/93, a repactuação de preços, visando excluir das Planilhas de Custos e Formação de Preços, que fazem parte do Contrato nº. 002/PR/2005, os custos referentes à incidência dos encargos sociais do Grupo "A" da planilha, exceto FGTS, sobre o aviso prévio indenizado e indenização adicional (Grupo "E"), desde o início do contrato, em 03/01/2005, porque essa incidência foi excluída, com a promulgação da Lei nº. 9.528/97, que promoveu alterações na Lei n°. 8.212/91.

Providências Adotadas				
Setor responsável pela implementação	Código SIORG			
Divisão de Contratos – DICONT	227			
Cíntoso do providôncio adotado:				

A exclusão demandada foi feita através do Nono Termo Aditivo ao Contrato em tela, firmado em 27/03/2009.

Síntese dos resultados obtidos

A repactuação de preços com a empresa Rufolo foi efetuada no exercício de 2009.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

Adequação a legislação aplicável ao Serviço Publico Federal e a Lei nº. 8.666/93, motivo pelo qual essa incidência foi excluída, com a promulgação da Lei nº. 9.528/97, que promoveu alterações na Lei nº. 8.212/91. Determinação atendida.



Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Denominação completa: Código SIORG					
Ministério	de Minas e Energi	ia – MME				2852
	Deliberações do TCU					
	Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida
3	3 015.123/2006-6 2217/2010 9.7.2.2 Determinação Comun					nicação 13/09/2010
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG					
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM 227					227
Descrição	Descrição da Deliberação:					

Solicite à Rufolo Empresa de Serviços Técnicos e Construções Ltda., com suporte na Cláusula Décima (DA FISCALIZAÇÃO) do Contrato nº. 002/PR/2005, a comprovação, mediante apresentação de nota fiscal ou por outra fora idônea, de que ela incorre regularmente, a cada quatro meses, nos custos de uniformes, bem como a apresentação de recibo ou declaração dos terceirizados alocados nos cargos de Serviços Auxiliares III e Condução de Veículos Automotivos, atestando o recebimento de uniforme com essa periodicidade.

Tratement (es), accessment of tratement of aminormal compassion periodicidade.				
Providências Adotadas				
Setor responsável pela implementação	Código SIORG			
Serviços de Administração e Finanças – SERAFI/RJ	227			
C/t11-11-t-1				

Síntese da providência adotada:

A empresa contratada cumpriu suas obrigações durante a vigência do Contrato nº. 002/PR/05, através do seu décimo segundo Termo Aditivo, que encerrou em 31/12/2009.

Síntese dos resultados obtidos

Os prestadores de serviços utilizaram os seus uniformes durante toda a vigência do contrato, com o devido acompanhamento da fiscalização.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O gestor atendeu a determinação quanto ao fiel cumprimento das obrigações da contratada por meio de fiscalização do contrato.

Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Denominação completa: Código SIORG					
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME					2852
	Deliberações do TCU					
	Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida
4	4 015.123/2006-6 2217/2010 9.7.2.3 Determinação Comuni					nicação 13/09/2010
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG					
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Dagania	Dogovicão do Dalibovoção					

Descrição da Deliberação:

Se não houver comprovação do fornecimento de uniformes pela contratada, a cada quatro meses, aos terceirizados alocados nos cargos de Serviços Auxiliares III e Condução de Veículos Automotivos, e/ou seja constatado que o fornecimento pode ser feito com periodicidade maior, inclua na repactuação de preços, mencionada no item 9.7.2.1., a renegociação do custo lançado nas respectivas planilhas, exigindo-se da contratada a compensação ou reembolso de eventuais diferenças pagas indevidamente

eventuais unerenças pagas maevidamente	e ventuais unerenças pagas inde vidamente				
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Serviços de Administração e Finanças – SERAFI/RJ					
Síntese da providência adotada:					

A empresa contratada cumpriu suas obrigações durante a vigência do Contrato nº. 002/PR/05, através do seu décimo segundo Termo Aditivo, que encerrou em 31/12/2009.

Síntese dos resultados obtidos

Os prestadores de serviços utilizaram os seus uniformes durante toda a vigência do contrato, com o devido acompanhamento da fiscalização, motivo pelo qual não houve necessidade de renegociação dos seus custos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O gestor atendeu a determinação quanto ao fiel cumprimento das obrigações da contratada por meio de fiscalização do contrato.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:	Código SIORG		
Ministério de Minas e Energia – MME	2852		



Deliberações do TCU							
	Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida	
5	015.123/2006-6	2217/2010	9.7.2.4	Determinação	Comunicação 13/09/2010		
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG						
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM 227					227	
Docario	do Doliboração						

Solicite à Rufolo Empresa de Serviços Técnicos e Construções Ltda. com suporte na Cláusula Décima (DA FISCALIZAÇÃO) DO Contrato nº. 002/PR/2005, a comprovação, inequívoca do impacto decorrente da Instrução Normativa/SRF nº. 480/2004, que justifique aumento da alíquota da CSLL de 1,00% para 2,77% e a inclusão da alíquota de 2,01%, referente ao Adicional de IRPJ, a partir de maio de 2005, promovido pelo Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº. 002/PR/2005, tendo em vista que tal instrução não alterou as alíquotas dos tributos relativos à locação de mão-de-obra que constam na Tabela de Retenção (Anexo I), bem como não foi identificada nenhuma modificação no texto do normativo que justificasse o aumento nos tributos

Providências Adotadas				
Setor responsável pela implementação	Código SIORG			
Divisão de Contrato – DICONT	227			
Síntese da providência adotada:				

A empresa firmou o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato que retificou o Quarto Termo Aditivo tornando sem efeito o aumento da alíquota da CSLL para 2,88% e a inclusão de IRPJ com a alíquota de 2,01%

Síntese dos resultados obtidos

O Oitavo Termo Aditivo, e os valores ressarcidos pela contatada foram abatidos dos totais devidos pela empresa por força dos termos aditivos 9° , 10° , 11° e 13° .

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O gestor atendeu a determinação ao firmar o oitavo termo aditivo e como fator positivo a redução do valor contratado.

Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Denominação completa:					
Ministério	de Minas e Energi	ia – MME				2852
	Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida
6	6 015.123/2006-6 2217/2010 9.7.2.5 Determinação Comu					nicação 13/09/2010
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG					
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227	
Descrição	Descrição da Deliberação:					

Se não houver comprovação do impacto produzido pela Instrução Normativa/SRF n°. 480/2004, que justifique o aumento dos tributos, promovido pelo Quarto Termo Aditivo ao Contrato n°. 002/PR/2005, torne sem efeito o referido termo aditivo e calcule os valores pagos indevidamente pelo aumento da alíquota da CSLL de 1,00% para 2,88% e a inclusão da alíquota de 2,01%, referente ao Adicional de IRPJ, a partir de maio de 2005, exigindo-se da contratada a compensação ou reembolso da quantia.

compensação ou reemooiso du quantia.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Serviços de Administração e Finanças – SERAFI/RJ	227				
Síntese da providência adotada:					

Os valores a serem ressarcidos pela contratada foram calculados.

Síntese dos resultados obtidos

Os valores pagos indevidamente a contratada foram abatidos dos totais por força do convencionado nos Termos Aditivos de números 9° , 10° , 11° e 13° .

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor

O gestor atendeu a determinação ao firmar o 9°, 10°, 11° e 13° Termos Aditivos e como fator positivo os valores pagos indevidamente foram ressarcidos, bem como houve redução do valor contratado.

Unidade Jurisdicionada							
Denomin	Denominação completa: Código SIORG						
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME 2852						
	Deliberações do TCU						
		Deliberações e	expedidas	pelo TCU			
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida	
7	015.123/2006-6	2217/2010	9.7.3	Determinação	Comu	nicação 13/09/2010	



Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM	227

Descrição da Deliberação:

Observe nas futuras contratações que o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica – e a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas – BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado, conforme a Súmula nº. 254 da Jurisprudência deste Tribunal.

Providências Adotadas Setor responsável pela implementação Divisão de Contrato – DICONT Contrato – DICONT

Síntese da providência adotada:

A recomendação para que nas futuras contratações não sejam contemplados os custos relativos a IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está sendo observada.

Síntese dos resultados obtidos

A empresa passou a não considerar nos orçamentos-base das licitações os custos relativos a IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A Súmula n°. 254 da Jurisprudência deste Tribunal contribuiu para a adoção de providências e como fator positivo facilitou a análise das propostas recebidas pelos participantes das licitações.

Unidade Jurisdicionada							
Denomin	Denominação completa: Código SIORG						
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME					2852	
	Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida	
8	015.123/2006-6	2217/2010	9.7.4	Determinação	Comu	nicação 13/09/2010	
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG						
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227	
Docario	Decemies de Deliberações						

Descrição da Deliberação:

Proponha os contratados, com suporte no § 5º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a repactuação de preços de todos os contratos, visando excluir das planilhas de custos e formação de preços os custos decorrentes da incidência dos encargos sociais do Grupo "A" da planilha, exceto FGTS, sobre o aviso prévio indenizado e indenização adicional (Grupo "E"), porque essa incidência foi excluída, com a promulgação da Lei nº. 9.528/97, que promoveu alterações na Lei nº. 8.212/91, exigindo-se a compensação ou reembolso das quantias respectivas pagas desde o início dos contratos.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DICONT	227
CALL TO ATA A TILL T	

Síntese da providência adotada:

A empresa encerrou todos os contratos firmados com terceiros em 31/12/2009 em atendimento ao Termo de Conciliação Judicial firmado com o Ministério Público da União.

Síntese dos resultados obtidos

Pelo Nono Termo Aditivo firmado com a empresa Rufolo foi efetuada a repactuação de preços no exercício de 2009 e o fim da incidência de contribuições sociais sobre verbas indenizatórias Grupo "E" foi estabelecido nos demais contratos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Adequação a legislação aplicável ao Serviço Publico Federal e a Lei n°. 8.666/93, motivo pelo qual essa incidência foi excluída, com a promulgação da Lei n°. 9.528/97, que promoveu alterações na Lei n°. 8.212/91. Determinação atendida.

Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Denominação completa: Código SIORG					
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME					
	Deliberações do TCU					
	Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida
9	015.123/2006-6	2217/2010	9.7.5	Determinação	Comu	nicação 13/09/2010
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG					
Companh	ia de Pesquisa de R	ecursos Minerais – CPRM				227



Descrição da Deliberação:

Abstenha-se, doravante, de fazer constar dos orçamentos básicos das licitações, dos formulários para proposta de preços constantes dos editais e das justificativas de preço a que se refere o art. 26, II, da Lei 8.666/93, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, custos decorrentes da incidência dos encargos sociais do Grupo "A" sobre os custos do Grupo"E" das planilhas de custos e formação de preços bem como de aceitar propostas de preços contendo tais custos.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de contrato – DICONT	227

Síntese da providência adotada:

As novas contratações não apresentam os custos decorrentes da incidência dos encargos sociais do Grupo "A" sobre os custos do Grupo"E" das planilhas de custos e formação de preços, bem como não são mais aceitas propostas de preços contendo tais custos.

Síntese dos resultados obtidos

Foi estabelecido o fim da incidência de contribuições sociais sobre verbas indenizatórias Grupo "E" nas novas contratações.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

Adequação a legislação aplicável ao Serviço Publico Federal e a Lei nº. 8.666/93, motivo pelo qual essa incidência foi excluída, com a promulgação da Lei nº. 9.528/97, que promoveu alterações na Lei nº. 8.212/91. Determinação atendida.

Unidade Jurisdicionada							
Denomin	Denominação completa: Códi						
Ministério	de Minas e Energi	ia – MME				2852	
	Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	micação Expedida	
10	10 004.641/2008-0 1624/2010 e 6596/2010 9.2.1 Determinação					24/11/2010	
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG						
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227	
Descrição	da Deliberação:						

Substituir todos os terceiros contratados para atividade-fim, por horas trabalhadas, em observância ao compromisso esumido no Termo de Conciliação Judicial (processo 00318-003-06-00-2)

assumido no Termo de Concinação Judiciai (processo 00518-005-00-00-2).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Departamento de Recursos Humanos – DERHU	227				
Síntese da providência adotada:					

Todos os contratos para atividade-fim, por horas trabalhadas, foram encerrados em 31/12/2009 em observância ao compromisso assumido no Termo de Conciliação Judicial (processo 00318-003-06-00-2). Foram admitidos 156 empregados.

Síntese dos resultados obtidos

Os prestadores de serviços terceirizados foram substituídos por novos empregados contratados aprovados no último concurso público realizado pela empresa no exercício de 2006.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor

A homologação do concurso público realizado em 2006, prorrogado até o exercício de 2010, facilitou a substituição dos prestadores de serviços terceirizados por empregados da empresa nas diversas áreas no prazo estipulado no TAC/TCJ firmado pela CPRM junto ao MPU. Determinação atendida.

Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Denominação completa: Códig					
Ministério	de Minas e Energi	ia – MME				2852
	Deliberações do TCU					
	Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	micação Expedida
11	004.641/2008-0	1624/2010 e 6596/2010	9.2.2	Determinação		24/11/2010
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG					
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Descrição	da Deliberação:					

Contratar profissionais concursados, de acordo com as vagas autorizadas em aberto, de forma minimizar a necessidade de contratação de serviços de atividade-fim, por produtos.



Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Recursos Humanos – DERHU	

Síntese da providência adotada:

Foram admitidos 156 empregados aprovados no último concurso público realizado pela empresa no exercício de 2006.

Síntese dos resultados obtidos

Os prestadores de serviços terceirizados foram substituídos por novos empregados contratados para execução de serviços de atividade-fim na empresa.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A homologação do concurso público realizado em 2006, prorrogado até o exercício de 2010, facilitou a substituição dos prestadores de serviços terceirizados por empregados da empresa nas diversas áreas de atuação. Determinação atendida.

Unidade Jurisdicionada							
Denomin	Denominação completa:						
Ministério	de Minas e Energi	ia – MME				2852	
	Deliberações do TCU						
	Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	ınicação Expedida	
12	004.641/2008-0	1624/2010 e 6596/2010	9.2.3	Determinação		24/11/2010	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG							
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227		
Descrição da Deliberação:							

Estabeleça, nos futuros contratos celebrados, a obrigação das contratadas em promover a transferência de tecnologia e técnicas empregadas durante os serviços não continuados, de acordo com a IN 02/2008 - SLTI/MPOG.

Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Divisão de Contratos – DICONT	227				

Síntese da providência adotada:

Fazendo constar nas minutas de contratos como obrigação das empresas contratadas, quando pertinente, cláusula que preveja a transferência de tecnologia e técnicas empregadas durante a prestação de serviços.

Síntese dos resultados obtidos

Os contratos novos assinados, quando pertinente, apresentam cláusulas de transferência de tecnologia e técnicas empregadas durante a prestação de serviços.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

Adequação a IN 02/2008 - SLTI/MPOG facilitou o atendimento à determinação visando à inclusão nas obrigações das contratadas das citadas cláusulas de transferências.

Unidade Jurisdicionada							
Denomina	Denominação completa:						
Ministério	de Minas e Energi	a – MME				2852	
		Deliberaç	ões do T	CU			
	Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida	
13	004.641/2008-0	1624/2010 e 6596/2010	9.2.4	Determinação		24/11/2010	
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG						
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227		
Descrição	Descrição da Deliberação:						

Exija de empregados e diretores, no caso de viagens ao exterior, a apresentação de Relatório de Viagem ao Exterior -RVE, conforme previsto no art. 16 do Decreto nº. 91.800/85.

11 / 2, comornie previsto no anti 10 do 2 cereto n / y 11000/00.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação Código SIORG					
Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSUNI	227				
Síntese da providência adotada:					

A ASSUNI contém controle interno de entrega de Relatório de Viagem ao Exterior – RVE dos empregados e Diretores que viajam a serviço no exterior, encaminhando cobrança para os casos pendentes.

Síntese dos resultados obtidos

Maior efetividade na entrega e apresentação de Relatório de Viagem ao Exterior - RVE de empregados e diretores da empresa.



Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor O controle mantido pela ASSUNI em atendimento ao previsto no art. 16 do Decreto n°. 91.800/85 facilitou a adoção de providencias para os casos que ainda se encontravam pendentes de entrega do citado Relatório de Viagens ao Exterior.

		Unidade Ju	<u>ırisdicior</u>	nada		
Denomina	ação completa:					Código SIORG
Ministério	de Minas e Energi	a – MME				2852
		Deliberaç	ões do T	CU		
		Deliberações ex	pedidas į	pelo TCU		
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	micação Expedida
14	004.641/2008-0	1624/2010 e 6596/2010	9.2.5	Determinação		24/11/2010
Órgão/en	tidade objeto da d	eterminação e/ou recomend	ação			Código SIORG
Companhi	a de Pesquisa de R	ecursos Minerais – CPRM				227
Descrição	da Deliberação:					
Encaminh	e ao TCU as provi	dências adotadas para o cum	primento	do Plano de Pro	ovidências i	relativo ao Relatório da
CGU 208'	721, que trata das c	ontas da CPRM do exercício	de 2007.			
		Providênci	ias Adota	ndas		
Setor resp	oonsável pela impl	ementação				Código SIORG
Diretor –	Presidente – PR					227
Síntese da	a providência adot	ada:				
		ra cumprimento do Plano de I			CGU 2087	21/2007 consta no item
12 do Rela	atório de Gestão de	2008 publicado no portal TC	U em ma	io de 2009.		
Síntese do	os resultados obtid	los				
As recomendações emitidas pela CGU no seu Relatório 208721/2007 foram atendidas pela CPRM no exercício de						
2008.						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo						
gestor						
O acompa	O acompanhamento realizado pelos Órgãos de Controle no exercício de 2008 facilitou a implementação pelo Gestor.					

14.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Unidade Jurisdicionada

Unidade Julisalcionada						
Denomina	ação completa:					Código SIORG
Ministério	de Minas e Energi	a – MME				2852
		Deliberaç	ões do T(CU		
		Deliberações ex	pedidas p	elo TCU		
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida
1	015.123/2006-6	2217/2010	9.7.6	Determinação	Comur	nicação 13/09/2010
Órgão/en	tidade objeto da d	eterminação e/ou recomend	ação			Código SIORG
Companhi	ia de Pesquisa de R	ecursos Minerais – CPRM				227
Descrição	da Deliberação:					
Apresente	ao TCU, no prazo	de 60 dias, contados da ciênc	cia da pre	esente decisão, as	medidas ad	dotadas e os resultados
alcançado	s no tocante às repa	actuações de preços visando à	exclusão	dos custos decor	rentes da ii	ncidência dos encargos
sociais do	Grupo "A" sobre o	os custos do Grupo "E" das pla	anilhas de	e custos e formaçã	io de preço	S.
		Justificativa apresentada	pelo seu	não cumprimen	to	
Setor resp	ponsável pela impl	ementação				Código SIORG
Divisão de	e Contrato – DICO	NT				227
Justificativa para o seu não cumprimento:						
A determinação está sendo cumprida após repactuação de preços com a empresa Rufolo efetuada no exercício de						
2009. No entanto ainda não foi obtido termo de quitação com a empresa em tela quanto ao 9° aditivo de repactuação						
firmado para encaminhamento ao TCU.						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo						

Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa:	Código SIORG			
Ministério de Minas e Energia – MME	2852			

A repactuação de contrato finalizado no exercício de 2009 prejudicou a adoção de providências em tempo hábil.



Deliberações do TCU							
Deliberações expedidas pelo TCU							
Ordem Processo Acórdão Item Tipo Comunicação Expedida						nicação Expedida	
2	004.641/2008-0	1624/2010 e 6596/2010	9.2.6	Determinação	24/11/2010		
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Código SIORG						
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM 227						
Descrição da Deliberação:							
Davison m	dação da mamma i	atama AAC 06 01 ana anhati	tuin o no	ommo 000/DD da	forma	daguá la da diamoniaños	

Revisar redação da norma interna AAS 06.01, que substituiu a norma 009/PR, de forma a adequá-la às disposições gerais estabelecidas pela Lei n. 9.784/99 e altere, em particular, o item 3.2 da referida norma, de modo a excluir o "afastamento temporário" do rol de penalidades disciplinares aplicáveis aos empregados da CPRM.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento						
Setor responsável pela implementação					Código SIORG	
Divisão de Organ	ização e Métodos -	- DIORME				227
Justificativa para o seu não cumprimento:						

A Divisão de Organização e Métodos em conjunto com a Consultoria Jurídica, estão ultimando nova versão do documento normativo em tela, a fim de atender o Acórdão 1624/2010 do Tribunal de Contas da União.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor A alteração de norma vigente envolvendo diferentes setores da empresa prejudicou o atendimento em tempo hábil. A

determinação será atendida após publicação da citada norma interna revisada.

	Unidade Jurisdicionada					
Denomin	Denominação completa:					
Ministério	o de Minas e Energi	ia – MME				2852
		Deliberaç	ões do T	CU		
		Deliberações ex	pedidas j	pelo TCU		
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	ınicação Expedida
3	004.641/2008-0	1624/2010 e 6596/2010	9.2.7	Determinação		24/11/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Companh	ia de Pesquisa de R	ecursos Minerais – CPRM				227
Descrição	o da Deliberação:					
Concluída	a a revisão determi	nada no item precedente, pro-	ceda à de	evida orientação	aos gestore	s da empresa e à ampla
divulgaçã	o das alterações rea	dizadas aos empregados da er	npresa.			
		Justificativa apresentada	pelo seu	não cumprime	nto	
Setor responsável pela implementação					Código SIORG	
Divisão de Organização e Métodos – DIORME				227		
Justificat	Justificativa para o seu não cumprimento:					

A Divisão de Organização e Métodos em conjunto com a Consultoria Jurídica, estão ultimando nova versão do documento normativo em tela, a fim de atender o Acórdão 1624/2010 do Tribunal de Contas da União.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor A alteração de norma vigente envolvendo diferentes setores da empresa prejudicou o atendimento em tempo hábil. A determinação será atendida após publicação da citada norma interna revisada.

14.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

	Unidade Jurisdicionada					
Denomina	Denominação completa:					
Ministério	de Minas e Energia – MME			2852		
	Recomenda	ıções do OCI				
	Recomendações e	xpedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	nicação Expedida				
1	1 232161/2009 3.1.1.2					
Órgão/en		Código SIORG				
Companh	ia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227		
Descrição	da Recomendação:					
Os gestore	es responsáveis pela administração dos adiantame	entos de despesas devem	adotar prátic	as de controle interno		
que inibar	n a ocorrência das situações apontadas.					
Providências Adotadas						
Setor resp	Código SIORG					
Superinter	Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE					



Síntese da providência adotada:

A indenização de campo é referente a despesas com alimentação (almoço e jantar) e da penosidade, não cobre despesas com água mineral no trabalho de campo, portanto, essa despesa é debitada no adiantamento para despesas. O prazo de entrega da prestação de contas não é o prazo de processamento na tesouraria (prazo carimbado nas notas fiscais e recibos).

Síntese dos resultados obtidos

As recomendações sugeridas pela CGU/PE de natureza administrativa foram adotadas para melhorar as ações de controle e com isso evitar o descumprimento do disposto na Norma 012/DAF, a qual inclusive se encontra em fase de revisão com vistas à melhor adequação à legislação em vigor.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

As recomendações sugeridas pela CGU facilitaram o cumprimento da Norma Interna no que tange ao controle de prazos das prestações de contas.

Unidade Jurisdicionada						
Denomina	Denominação completa:					
Ministério	de Minas e Energia – MME			2852		
	Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comu	nicação Expedida		
2	232161/2009	3.1.1.3		11/11/2009		
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
Companhi	227					
Descrição da Recomendação:						

Os gestores responsáveis pela administração dos adiantamentos de despesas devem adotar práticas de controle interno que inibam a ocorrências das situações apontadas.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227
Síntese da providência adotada:	

Os observadores hidrológicos ou trabalhadores braçais são contratados para execução de coleta de dados e demais atividades relacionadas aos trabalhos de campo.

Síntese dos resultados obtidos

O pagamento pelos servicos prestados é realizado por meio de adiantamento para despesas diversas concedidos aos empregados da CPRM que se deslocam a serviço de campo, prestando contas posteriormente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

O adiantamento é concedido ao empregado para que ele execute despesa que, por sua peculiaridade, não se enquadra na sistemática normal de execução.

Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Denominação completa: Código SIORG					
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME 2852					
	Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI						
Ordem	Ordem Identificação do Relatório de Auditoria Item do RA Comunicação Expedida					
3	232161/2006	4.1.1.3		11/11/2009		
Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG						
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227			
Descrição da Recomendação:						

Os gestores responsáveis pela gestão orçamentária/financeira da Unidade devem estar atentos a situações que levem a ociosidade de recursos alocados à Unidade, de maneira a promover uma utilização eficiente de recursos.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227	
Síntese da providência adotada:		

Execução de palestras com o objetivo de sensibilizar os gerentes e os recebedores das indenizações de campo da necessidade de devolução do recurso e a outra é a cobrança da devolução quando o prazo se encerrar.

Síntese dos resultados obtidos

Melhorias nos processos de acompanhamento e concessão da prestação de contas.



Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor A sensibilização dos gerentes e empregados que recebem indenização facilitou a implementação no cumprimento dos prazos de prestação de contas.

Unidade Jurisdicionada				
Denomina	ação completa:			Código SIORG
Ministério	de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI				
Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comur	nicação Expedida
4	232161/2009	4.1.1.4	11/11/2009	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG	
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227	
Descrição da Recomendação:				

Os gestores responsáveis pela administração das indenizações de trabalho de campo devem apontar a finalidade das viagens realizadas pelos funcionários, vinculando-a aos objetivos e ações institucionais relacionadas às atividades desenvolvidas em campo.

r r r r r r r r r r r r r r r r r r r			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227		
Síntese da providência adotada:			
Determinado como obrigatório o preenchimento do campo finalidade.			

Síntese dos resultados obtidos

Nas requisições quanto as indenizações de campo estão sendo informadas a indicação da finalidade do deslocamento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

Mediante SA nº. 232161/03 facilitou a implementação do devido preenchimento da requisição das indenizações de campo.

Unidade Jurisdicionada					
Denomin	Denominação completa: Código SIORG				
Ministério	o de Minas e Energia – MME			2852	
	Recomenda	ıções do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Ordem Identificação do Relatório de Auditoria Item do RA Comunicação Expedida			nicação Expedida	
5	232161/2006	4.1.1.5		11/11/2009	
Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227		
Descrição da Recomendação:					

Os gestores responsáveis pela administração das indenizações de trabalho de campo devem solicitar dos beneficiários

por esses pagamentos a devida comprovação, por oportunidade do retorno da viagem, indicando	as específicações no	
formulário próprio.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227	
Síntese da providência adotada:		
Colocamos em dia todas as prestações de contas das Requisições de Indenização de Campo – RIC.		
Síntese dos resultados obtidos		
Concedemos nova indenização apenas aos empregados que prestarem contas da anterior.		

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor Mediante SA nº. 232161/03 facilitou a adequação do empregado em comprovar a indenização quanto ao retorno da viagem.

Unidade Jurisdicionada					
Denomina	Denominação completa: Código SIORG				
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME 2852				
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
6	232161/2009	4.1.1.6	11/11/2009		



Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM	227

Descrição da Recomendação:

Os gestores responsáveis pela administração das indenizações de trabalho de campo devem analisar o custo-benefício do pagamento de indenização de trabalhos de campo durante todos os dias de repouso semanal remunerado, demonstrando sinteticamente, nos formulários de requisição - RIC's, a economia desses pagamentos enquadrados na situação relatada.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação Código SIORG			
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227		
Síntese da providência adotada:			

Estamos avaliando conforme reunião a nível de gerência uma instrução interna da SUREG-RE que enumere as cidades na nossa jurisdição.

Síntese dos resultados obtidos

Os detentores das RIC deveram voltar durante o fim de semana e em caso contrário deverá haver uma justificativa do gerente no verso do formulário.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A implementação da recomendação contribuiu com a economicidade no custo das viagens de campo em alguns casos.

Unidade Jurisdicionada					
Denomina	Denominação completa: Código SIORG				
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME				
	Recomenda	ções do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Ordem Identificação do Relatório de Auditoria Item do RA Comunicação Expedi		nicação Expedida		
7	232161/2009	5.1.1.3	11/11/2009		
Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM 227				227	
Descrição da Recomendação:					

Os gestores responsáveis pela condução de processos licitatórios devem criar mecanismos de controle que visem egurer a avistância fiscal de ampreses porticipantes desses procedimentes administrativos

assegurar a existencia fiscal de empresas participantes desses procedimentos administrativos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227		
Síntese da providência adotada:			

Foi constituída uma nova comissão de licitação - CPL, com integrantes plenamente habilitados.

Síntese dos resultados obtidos

Instaurou-se como rotina a verificação da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, pelo contador da SUREG/RE e no caso da qualificação técnica um especialista da gerência que demandou o certame.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor Estamos utilizando novos editais pré-aprovados pela Consultoria Jurídica da CPRM (COJUR) com maiores exigências, o que facilitou a implementação de melhorias na condução de processos licitatórios.

Unidade Jurisdicionada					
Denomin		Código SIORG			
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME				
	Recomendações do OCI				
	Recomendações e	xpedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comun	nicação Expedida	
8	232161/2009	5.1.1.4		11/11/2009	
Órgão/entidade objeto da recomendação				Código SIORG	
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227		
Descrição da Recomendação:					
Os gestores responsáveis pela condução de processos licitatórios devem criar mecanismos de controle que visen					
assegurar a pertinência e adequação das informações contidas nesses processos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Superinte	ndência Regional de Recife – SUREG/RE	·		227	



Síntese da providência adotada:

Foi constituída uma nova comissão de licitação - CPL, com integrantes plenamente habilitados.

Síntese dos resultados obtidos

Instaurou-se como rotina a verificação da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, pelo contador da SUREG/RE e no caso da qualificação técnica um especialista da gerência que demandou o certame.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Estamos utilizando novos editais pré-aprovados pela Consultoria Jurídica da CPRM (COJUR) com maiores exigências, o que facilitou a implementação de melhorias na condução de processos licitatórios.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Código SIORG					
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME 2852				
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comur	nicação Expedida	
9	232161/2009	5.1.1.5		11/11/2009	
Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM 227				
	ia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227	
Companhi	ia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM da Recomendação:			227	

Os gestores responsáveis pela condução de processos licitatórios devem criar mecanismos de controle que visem assegurar a capacidade técnica de empresas contratadas para a execução de serviços de engenharia.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227	
Síntese da providência adotada:		

Foi constituída uma nova comissão de licitação - CPL, com integrantes plenamente habilitados.

Síntese dos resultados obtidos

Instaurou-se como rotina a verificação da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, pelo contador da SUREG/RE e no caso da qualificação técnica um especialista da gerência que demandou o certame.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor Estamos utilizando novos editais pré-aprovados pela Consultoria Jurídica da CPRM (COJUR) com maiores exigências, o que facilitou a implementação de melhorias na condução de processos licitatórios.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Código SIORG					
Ministério de Minas e Energia – MME 2852					
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comur	nicação Expedida	
10	232161/2006	5.1.1.6		11/11/2009	
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG				
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM				227	
Descrição	da Recomendação:				

Os gestores responsáveis pela condução de processos licitatórios devem criar mecanismos de controle que visem assegurar que as empresas contratadas demonstrem capacidade técnica compatível com objeto contratual.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227		
Síntese da providência adotada:			
E : .:. /1 : . ~ 1 !! ! ~ CDI :			

Foi constituída uma nova comissão de licitação - CPL, com integrantes plenamente habilitados.

Síntese dos resultados obtidos

Instaurou-se como rotina a verificação da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, pelo contador da SUREG/RE e no caso da qualificação técnica um especialista da gerência que demandou o certame.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor Estamos utilizando novos editais pré-aprovados pela Consultoria Jurídica da CPRM (COJUR) com maiores exigências, o que facilitou a implementação de melhorias na condução de processos licitatórios.



Unidade Jurisdicionada						
Denomina	Denominação completa: Código SIORG					
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME 2852					
	Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comur	nicação Expedida		
11	232161/2006	5.1.1.7		11/11/2009		
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM						
Descrição	Descrição da Recomendação:					

Os gestores responsáveis pela condução dos processos de licitação devem atender os preceitos estabelecidos nos respectivos Editais.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227		
Síntese da providência adotada:			

Foi constituída uma nova comissão de licitação - CPL, com integrantes plenamente habilitados.

Síntese dos resultados obtidos

Instaurou-se como rotina a verificação da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, pelo contador da SUREG/RE e no caso da qualificação técnica um especialista da gerência que demandou o certame.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Estamos utilizando novos editais pré-aprovados pela Consultoria Jurídica da CPRM (COJUR) com maiores exigências, o que facilitou a implementação de melhorias na condução de processos licitatórios.

Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Denominação completa: Código SIORG					
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME 2852					
	Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comu	nicação Expedida		
12	232161/2009	5.1.1.8		11/11/2009		
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
Companh	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM 227					
Descrição	Descrição da Recomendação:					

Os gestores responsáveis pela condução dos processos de licitação devem atender os preceitos estabelecidos nos respectivos Editais, evitando a adjudicação de objeto licitatório à empresa que deixe de comprovar sua regularidade fiscal.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227	
Síntese da providência adotada:		

Foi constituída uma nova comissão de licitação - CPL, com integrantes plenamente habilitados.

Síntese dos resultados obtidos

Instaurou-se como rotina a verificação da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, pelo contador da SUREG/RE e no caso da qualificação técnica um especialista da gerência que demandou o certame.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor

Estamos utilizando novos editais pré-aprovados pela Consultoria Jurídica da CPRM (COJUR) com maiores

exigências, o que facilitou a implementação de melhorias na condução de processos licitatórios.

Unidade Jurisdicionada					
Denomina	Denominação completa: Código SIORG				
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME 2852				
	Recomendações do OCI				
	Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comui	nicação Expedida	
13	232161/2009	5.1.1.9		11/11/2009	
Órgão/en	Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORO				
Companh	a de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227	



Descrição da Recomendação:

Os gestores responsáveis pela condução dos processos de licitação devem atender os preceitos estabelecidos nos respectivos Editais, evitando a adjudicação de objeto licitatório à empresa que deixe de comprovar sua regularidade fiscal.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227		
Síntese da providência adotada:			

Foi constituída uma nova comissão de licitação - CPL, com integrantes plenamente habilitados.

Síntese dos resultados obtidos

Instaurou-se como rotina a verificação da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, pelo contador da SUREG/RE e no caso da qualificação técnica um especialista da gerência que demandou o certame.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Estamos utilizando novos editais pré-aprovados pela Consultoria Jurídica da CPRM (COJUR) com maiores exigências, o que facilitou a implementação de melhorias na condução de processos licitatórios.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Código SIORG					
Ministério	Ministério de Minas e Energia – MME 2852				
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comu	nicação Expedida	
14	232161/2009	5.1.2.1		11/11/2009	
Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM 227					
Descrição	Descrição da Recomendação:				
Os gastoras rasponsávais pala condução dos processos da licitação devem adotar práticas de controla interno que					

Os gestores responsáveis pela condução dos processos de licitação devem adotar práticas de controle interno que inibam a ocorrência das situações apontadas.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227
Síntese da providência adotada:	

Contrato aditivado por mais 12 (doze) meses. Disponibilizamos cópia dos documentos, os quais se referem ao Processo de Licitação Pregão nº. 003/SUREG-RE/08. Disponibilizamos cópia dos relatórios das análises realizadas em formato digital (CD), isso dado ao volume de informações.

Síntese dos resultados obtidos

Os trabalhos objeto do contrato foram concluídos pela empresa contratada e o contrato encerrado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Maior fiscalização dos contratos de prestação de serviços na Unidade Regional contribuiu com o atendimento das recomendações.

Unidade Jurisdicionada					
Denomina	ação completa:			Código SIORG	
Ministério	de Minas e Energia – MME			2852	
	Recomenda	ções do OCI			
	Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comur	nicação Expedida	
15	232161/2009	5.2.1.1		11/11/2009	
Órgão/en	tidade objeto da recomendação			Código SIORG	
Companhi	ia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227	

Descrição da Recomendação:

Os gestores responsáveis pela condução dos processos de contratação de serviços da Unidade devem atender o estabelecido na Lei reguladora das aquisições e contratações de serviços no âmbito da Administração Pública, planejando adequadamente os serviços a serem contratados de maneira a dirimir a ocorrência das situações relatadas pelo gestor em sua justificativa.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227



Síntese da providência adotada:

Todas as obras e serviços de engenharia a partir da SA nº. 232161/07 passaram a ser executadas com base em contrato, sendo também nomeados gerente e fiscal de contrato.

Síntese dos resultados obtidos

A execução de serviços de engenharia passou a ser precedidas de contratos conforme dispõe o art. 60 da Lei 8.666/93.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor

A exigência de contratos para execução de obras de engenharia facilitou o trabalho dos fiscais que atestam as faturas somente após o cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas, o que contribuiu com o atendimento da recomendação.

Unidade Jurisdicionada					
Denomin	ação completa:			Código SIORG	
Ministério	de Minas e Energia – MME			2852	
	Recomenda	ções do OCI			
	Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comui	nicação Expedida	
16	232161/2009	5.2.2.1		11/11/2009	
Órgão/en	tidade objeto da recomendação			Código SIORG	
Companh	ia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227	
Descrição	da Recomendação:				

Os gestores responsáveis pela execução de fiscalização e pagamentos decorrentes da realização de obras de engenharia devem exigir dos prestadores de serviços a correta emissão de boletins de medição, deixando de realizar pagamentos sem que os serviços prestados estejam perfeitamente identificados e especificados nesses documentos.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227
Síntese da providência adotada:	

Pagamentos foram realizados através de medição do trabalho realizado pelo Gerente de Administração e Finanças, no caso o fiscal da obra. As atividades executadas cumpriram o objeto básico com a execução de serviços de reforma de edificação em galpão para adaptação a fim de funcionar para laboratório.

Síntese dos resultados obtidos

O pagamento das faturas só foi realizado após a execução de cada etapa prevista no projeto básico conforme atestado pelo fiscal da CPRM.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor

A exigência de contratos para execução de obras de engenharia facilitou o trabalho dos fiscais que atestam as faturas somente após o cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas, o que contribuiu com o atendimento da recomendação.

Unidade Jurisdicionada				
Denomina	ação completa:			Código SIORG
Ministério	de Minas e Energia – MME			2852
	Recomenda	ções do OCI		
Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comur	nicação Expedida
17	232161/2009	5.2.2.2		11/11/2009
Órgão/en	tidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companh	ia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição	da Recomendação:			

Descrição da Recomendação:

Os gestores responsáveis pela administração dos recursos orçamentários/financeiros da Unidade devem atender os preceitos normativos que regulamentam a gestão de recursos públicos, evitando realizar despesas desvinculadas das dotações orçamentárias originalmente alocadas.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227
Cíntasa da providância adotada:	

A CPRM utilizou orçamento corrente em despesa de capital porque houve economias auferidas na execução do processo orçamentário e como os recursos são escassos e as demandas infinitas, foi decidido utilizar os recursos em objetos que beneficiam a unidade por vários períodos.

Síntese dos resultados obtidos

As despesas indicadas referem-se a obras de adaptação e reforma e estão de acordo com a Lei 4.320/64 que define as despesas de custeio.



Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor Melhor classificação das despesas de custeio e utilização de dotações orçamentárias para pagamento de despesas correntes.

	** ** * *				
Unidade Jurisdicionada					
Denomin	ação completa:			Código SIORG	
Ministéri	o de Minas e Energia – MME			2852	
	Recomendações do OCI				
	Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comur	icação Expedida	
18	253221/2010	3.1.3.1	(08/02/2011	
Órgão/er	ntidade objeto da recomendação			Código SIORG	
Companh	ia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227	
D . ~	1.5				

Descrição da Recomendação:

Emitir as Notas de Empenhos com a discriminação da modalidade e nº. do processo. Implementar controles quanto aos prazos dos contratos vigentes para prestação de serviços de natureza contínua de modo a: prorrogá-los obedecendo ao estabelecido no inciso II do art. 57 da Lei nº. 8.666/1993 c/c a excepcionalidade prevista no parágrafo 4º do mesmo dispositivo; ou iniciar tempestivamente novo processo licitatório, quando necessário.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Administração e Finanças – SERAFI/RJ	227
Síntese da providência adotada:	

Os espelhos utilizados para emissão dos empenhos passaram a conter o número do processo e modalidade licitatória para inclusão nos campos próprios do SIAFI. Divulgação da Norma Interna 014/PR contendo os prazos necessários aos pedidos de prorrogação, repactuação de preços ou encerramento dos contratos.

Síntese dos resultados obtidos

Maior fiscalização dos prazos contratuais para pedido de prorrogação em tempo hábil ou para início de novo processo licitatório em substituição aos contratos encerrados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A divulgação da Norma Interna 014/PR e a inserção dos campos modalidade e nº. do processo nos espelhos dos empenhos facilitaram a implementação da recomendação.

Unidade Jurisdicionada				
Denomina	ação completa:			Código SIORG
Ministério	de Minas e Energia – MME			2852
	Recomenda	ções do OCI		
Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comur	nicação Expedida
19	253221/2010	3.1.3.2		11/11/2009
Órgão/en	tidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companh	ia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição	da Recomendação:			

Verifique junto às prestadoras de Serviços Telefônico Fixo Comutado – STFC se as mesmas são capazes de atender às necessidades da companhia, juntando a documentação comprobatória dessa pesquisa ao processo de contratação da prestação de serviço. Verificar o custo da viabilidade de modernização da rede telefônica da entidade, com a implantação de outras tecnologias. Sempre promover procedimento licitatório para aquisição de bens e serviços, inclusive Serviços Telefônicos Fixo Comutado – STFC, serviços administrativos e serviços de tecnologia da informação, à exceção de situações excepcionais de dispensa ou inexigibilidade, previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente fundamentadas e instruídas nos termos do artigo 26, da mesma Lei.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Administração e Finanças do Escritório do Rio de Janeiro – SERAFI-RJ	227
Síntese da providência adotada:	

Em 26/03/10, ocorreu a homologação do Processo Licitatório em questão, sagrando-se vencedora a Empresa Luso Brasileira, com a celebração do Contrato nº. 025/PR/10, vigorando a partir de 01/04/2010. Em relação aos Serviços de Telefonia Fixa Local, foi aberto o Processo nº. 1014/SERAFI-RJ/2010, com previsão de licitação para o exercício de 2011

Síntese dos resultados obtidos

Em decorrência da assinatura do contrato nº. 025/PR/10, foi imediatamente suspensa a prestação dos serviços autônomos. O processo nº. 1014/SERAFI-RJ/2010 está em fase final da elaboração do Edital.



Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

O Gestor está adequando e acompanhando os Processos Licitatórios com base na Lei nº. 8.666/93, conseguindo a escolha mais vantajosa para empresa para contratação dos citados serviços.

14.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do QCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.13.4 - Situação das recomendações do Oct que permanecem pendentes de atendimento no exercicio				
Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Código SIORG				
Ministério d	e Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI				
Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comuni	cação Expedida
1	232161/2009	3.1.1.1	1	1/11/2009
Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIOR				Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227	
Companhia	de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227

Descrição da Recomendação:

Os gestores responsáveis pela administração dos adiantamentos para despesas devem realizar o registro no SIAFI conforme preceituado nos normativos próprios. Os gestores que administram os adiantamentos para despesas devem evitar o crédito diretamente da conta corrente do beneficiário dos pagamentos, analisando a possibilidade de adoção do cartão de pagamento do Governo Federal, conforme disposição contida no Decreto nº. 5.355/05.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227		
Justificativa para o seu não cumprimento:			

Em fase de finalização junto à Administração Superior a implementação do uso de cartão corporativo para efetivação de despesas relacionadas a suprimento de fundos, em observância ao disposto na IN STN nº. 04/2004, conforme acordado com a CGU/RJ em reunião subsequente à Ordem de Serviço nº. 253221.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A utilização de cartão corporativo em atividades de campo em regiões ínvias em todo o território nacional, para pagamento dos servicos bracais utilizados no campo e para compra de materiais de pequena monta dificulta a implementação imediata da recomendação na sua totalidade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominaç	Código SIORG				
Ministério de Minas e Energia – MME			2852		
	Recomendaçã	ões do OCI			
	Recomendações expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
2	232161/2009	4.1.1.2	11/11/2009		
Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227		
Decarição de Decemendoção					

Descrição da Recomendação:

O Órgão da CPRM responsável pelas atividades de elaboração e controle dos normativos internos no âmbito dessa Empresa Pública deve realizar análise na norma RHU 02.04-12, verificando a necessidade de especificar as situações possíveis de enquadramento como "gastos eventuais", de maneira a inibir lacunas que venham a possibilitar a realização de despesas desvinculadas dos objetivos definidos para deslocamentos a campo pelos servidores dessa Unidade

Providências Adotadas			
Código SIORG			
227			
Justificativa para o seu não cumprimento:			

Em fase de finalização junto à Administração Superior a Instrução Interna RHU 02.04-12

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A definição das despesas enquadradas como gastos eventuais e seus limites, passível de aplicação em todas as Unidades Regionais da Empresa, visando alteração da Norma Interna, ainda não foram finalizados para publicação.



Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa: Código SIORG						
Ministério d	Ministério de Minas e Energia – MME 2852					
	Recomendaçã	ŏes do OCI				
	Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comu	nicação Expedida		
3	232161/2009	5.1.1.1		11/11/2009		
Órgão/entic	Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM				227		
Descrição da Recomendação:						

Adoção do devido procedimento licitatório para contratação dos serviços de telefonia, como reiteradamente vem decidido o Tribunal de Contas da União, a exemplo da Decisão nº. 1.320/2002 - Plenário (processo nº. 011955/2001-4) no sentido ter firmado o entendimento pela obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratação não só de Serviço Móvel Celular - SMC mas também de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, à exceção de situações excepcionais de dispensa ou inexigibilidade, previstas nos arts. 24 e 25 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente fundamentadas e instruídas nos termos do art. 26, da mesma Lei.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Superintendência Regional de Recife – SUREG/RE	227		
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em fase de elaboração de edital para abertura de procedimento licitatório.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de pr	ovidências p/ gestor		
A definição do edital para contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC pela pri	meira vez na empresa		
apresentou maior dificuldade para implantação da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa: Código SIORG						
Ministério d	de Minas e Energia – MME			2852		
	Recomendaçã	ões do OCI				
	Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comuni	cação Expedida		
4 253221/2010 3.1.1.1 08/0				8/02/2011		
Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG						
Companhia	227					
Descrição da Recomendação:						

Retificar, no SIAFI, as despesas enquadradas equivocadamente como "08 - não se aplica". Implementar o uso de cartão corporativo para efetivação de despesas relacionadas a suprimento de fundos, em observância ao disposto na IN STN nº. 04/2004. Rever a Norma Interna 012 – DAF, adequando-a à legislação vigente.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças – DECOF	227		
Justificativa para a sau não cumprimento:			

As despesas enquadradas equivocadamente como "não se aplica" será providenciada na competência Maio/2011. Quanto ao uso do cartão corporativo, em observância ao disposto na IN STN 04/2004, informamos que será sugerida à Diretoria Executiva a sua implantação. A Norma Interna 012-DAF já está sendo revista por colaboradores do DECOF e da AUDITE, estando em fase de conclusão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências p/ gestor A utilização de cartão corporativo em atividades de campo em regiões ínvias em todo o território nacional, para pagamento dos serviços braçais utilizados no campo e para compra de materiais de pequena monta dificulta a

implementação imediata da recomendação na sua totalidade.

15. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento

Os trabalhos de Acompanhamento da Gestão, realizados pela Auditoria Interna -AUDITE, no exercício de 2010, tiveram por objetivo verificar a implementação das recomendações oriundas da Controladoria-Geral da União, da Auditoria Externa, da própria AUDITE e das determinações do Tribunal de Contas da União, pendentes até o exercício de 2010.



A efetividade das ações adotadas e as justificativas apresentadas pelos Gestores serão objeto de avaliação nos relatórios de *Follow up* emitidos durante o exercício de 2010.

O acompanhamento mensal das ações através do implemento do Plano de Providências, e a atuação preventiva da AUDITE permitiram a avaliação positiva de rotinas e procedimentos.

Outro dado importante que contribuiu para orientar as decisões e escolhas que fundamentaram a construção das matrizes de risco e identificação dos objetos a serem auditados, foi o Sumário Executivo de Auditoria, elaborado a partir de 2003, com a utilização dos seus indicadores para a construção do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2011.

O Sumário Executivo foi criado pela Auditoria Interna para, sob a perspectiva temporal, ser utilizado como ferramenta operacional de controle e identificação das fragilidades, destacando, com maior clareza, as Unidades Regionais a serem auditadas e sua relevância em relação à Entidade, bem como nas áreas sensíveis que exigem permanente verificação e acompanhamento.

Do Sumário Executivo consta, ainda, a dimensão, participação e/ou execução das atividades de cada Unidade Regional da CPRM, contendo resumo e acompanhamento do cumprimento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controladoria-Geral da União – CGU e das determinações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, destacando os pontos mais relevantes nas diversas áreas auditadas.

As áreas auditadas, evidenciadas no Sumário Executivo, serão analisadas de acordo com o peso percentual de cada Unidade Regional em relação ao Orçamento total executado pela CPRM no exercício de 2010 e 2011, parâmetro este, que também fundamentou as escolhas de atuação da auditoria nas suas Unidades Gestoras.

16. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

Não houve ocorrências consideradas como relevantes para a avaliação da conformidade do desempenho da Gestão.

17. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão

17.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador

Código da UG
495001

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Rio de Janeiro	Data	26/05/2011	
Contador Responsável	Gilberto Aguilera Bezerra	CRC n°.	RJ - 074.369/O-S-DF	



18. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº. 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº. 1.133/2008 (NBC T 16.6)

Anexo II – Balanço Orçamentário Lei 4.320/1964.

Anexo III – Balanço Financeiro Lei 4.320/1964.

Anexo IV – Balanço Patrimonial Lei 4.320/1964.

Anexo V – Demonstração das Variações Patrimoniais Lei 4.320/1964.

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas

Anexo VI – Demonstrações Contábeis CPRM 2010.

Anexo VII – Notas Explicativas.

20. Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora)

20.1 Composição Acionária do Capital Social

Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social

	UJ COMO INVESTIDA				
Deno	Denominação completa:				
Com	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM				
	Ações Ordinárias (%)				
	ACIONISTAS	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	
	Tesouro Nacional	87,53%	87,53%	87,53%	
Ou.	Outras Entidades Governamentais	1,72%	1,72%	1,72%	
Governo	Fundos de Pensão	ı	ı	_	
ß	Ações em Tesouraria	ı	ı	_	
	% Governo	89,25%	89,25%	89,25%	
at	Pessoas Físicas	ı	ı	_	
Float	Pessoas Jurídicas	ı	ı	_	
Free	Capital Estrangeiro	ı	ı	_	
Fr	% free float			_	
	Subtotal Ordinárias (%) 89,25% 89,25% 89,25%				

	Ações Preferenciais (%)			
	ACIONISTAS	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
	Tesouro Nacional	9,80%	9,80%	9,80%
	Outras Entidades Governamentais	0,95%	0,95%	0,95%
Governo	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	ı	ı	_
G ₀	Ações em Tesouraria	ı	ı	_
	% Governo	10,75%	10,75%	10,75%
	Pessoas Físicas	ı	ı	_
Free Float	Pessoas Jurídicas	ı	ı	_
Fr	Capital Estrangeiro	ı	ı	_
	% free float	ı	ı	_
	Subtotal Preferenciais (%)	10,75%	10,75%	10,75%
	Total	100%	100%	100%

Fonte: Divisão de Contabilidade Geral

20.2 Composição Acionária da UJ como investidora

Não se aplica a CPRM.



21. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito

Anexo VIII – Parecer da Auditoria Independente.

22. Informações sobre a remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal

22.1 Remuneração paga aos administradores

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais — DEST, "considerando as boas práticas de governança corporativa, a partir das assembléias gerais de acionistas de 2008, resolveu desvincular os reajustes de honorários dos membros da Diretoria Executiva das empresas estatais federais dos reajustes concedidos aos empregados por meio de Acordo Coletivo de Trabalho — ACT, nas respectivas datas-base".

Assim sendo, o DEST fixou para os membros da Diretoria Executiva da CPRM os seguintes reajustes:

- Período de abril de 2008 a março de 2009 reajuste de 4,3421%, conforme Ofício nº. 224/2008/MP/SE/DEST de 15/04/2008.
- Período de abril de 2009 a março de 2010 reajuste de 2,87% , conforme Ofício nº. 307/2009/MP/SE/DEST/CGC de 23/04/2009.
- Período de abril de 2010 a março de 2011 reajuste de 16,0768% , conforme Ofício nº. 344/DEST-MP de 14/04/2010.
- Período de abril de 2011 a março de 2012 reajuste de 5,96999% , conforme Ofício nº. 206/DEST-MP de 08/04/2011.

Os valores relativos aos Conselhos de Administração e Fiscal correspondem, respectivamente, a 10% (dez por cento) dos Honorários Fixos atribuídos à Diretoria Executiva da CPRM.

Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Anexo IX – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores

Identificação do Órgão					
Órgão: Diretoria Estatutária	Órgão: Diretoria Estatutária				
Domunous são dos Administro doues	Exercício				
Remuneração dos Administradores	2008	2009	2010		
Número de membros:	05	05	05		
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.123.626,40	1.160.564,60	1.341.891,20		
a) salário ou pró-labore	1.096.388,15	1.127.876,10	1.309.202,70		
b) benefícios diretos e indiretos	-	_	_		
c) remuneração por participação em comitês	-	-	_		
d) outros	27.238,25	32.688,50	32.688,50		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	-	-	-		
a) bônus	-	_	_		
b) participação nos resultados	_	_	_		
c) remuneração por participação em reuniões	_	_	_		
d) comissões	_	_	_		
e) outros	_	_	_		
III – Total da Remuneração (I + II)	1.123.626,40	1.160.564,60	1.341.891,20		
IV – Benefícios pós-emprego – – –					
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo – –			_		
VI – Remuneração baseada em ações – – –			_		



Identificação do Ó	rgão		
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Administradores		EXERCÍCIO	
,	2008	2009	2010
Número de membros:	06	06	06
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	105.428,98	135.371,28	138.990,97
a) salário ou pró-labore	105.428,98	135.371,28	138.990,97
b) benefícios diretos e indiretos	_	_	_
c) remuneração por participação em comitês	_	_	_
d) outros	_	_	_
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	-	-	_
a) bônus	-	_	_
b) participação nos resultados	_	-	_
c) remuneração por participação em reuniões	-		_
d) comissões	_	-	_
e) outros	_	_	_
III – Total da Remuneração (I + II)	105.428,98	135.371,28	138.990,97
IV – Benefícios pós-emprego	_	-	_
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	_	-	_
VI – Remuneração baseada em ações	_	_	_
Identificação do Ó	rgão		
Órgão: Conselho Fiscal			
Demoneração dos Administradores	I	EXERCÍCIO	
Remuneração dos Administradores	2008	2009	2010
Número de membros:	03	03	03
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	55.092,54	67.685,64	69.999,03
a) salário ou pró-labore	55.092,54	67.685,64	69.999,03
b) benefícios diretos e indiretos	_	_	_
c) remuneração por participação em comitês	_	_	_
d) outros	_	_	_
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	_	_	_
a) bônus	_	_	_
b) participação nos resultados	_	_	_
c) remuneração por participação em reuniões	_	_	_
d) comissões	_	_	_
e) outros	_	_	_
e) cares		CT COT CA	69.999,03
III – Total da Remuneração (I + II)	55.092,54	67.685,64	07.777,03
5) 111111	55.092,54	67.685,64	- 07.777,03
III – Total da Remuneração (I + II)	55.092,54	67.685,64	——————————————————————————————————————

Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores

Os Diretores da CPRM não possuem remuneração variável.

23. Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar

23.1 Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem

a) Nome

BB-PREVIDÊNCIA

b) Razão Social

BB-PREVIDÊNCIA - Fundo de Pensão Banco do Brasil



c) CNPJ

00.544.659/0001-09

d) Demonstrativo Anual, contendo:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes R\$ 74.740.509,47

- 2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes $R\$~4.881.881,\!01$
- **3.** Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora R\$ 4.879.333,89
- **4.** Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora R\$ 7.765.858,30

5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições

Contribuição da patrocinadora referente à 15^a parcela do Tempo de Serviço Passado.

6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Anexo X - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal.

7. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Não foi detectado qualquer problema na documentação encaminhada, não tendo havido manifestação da SPC.

8. Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional

Anexo XI – Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar.

e) Conclusões contidas no parecer da auditoria independente

Parecer dos Auditores Independentes emitido pela empresa PriceWaterHouseCoopers em 21/03/2011.

Conclusão: "Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BB previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefício sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, e alterações posteriores."

f) Conclusões do último estudo atuarial

A Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2010 do Plano CPRM PREV foi elaborada na posição 31/12/2010, utilizando o cadastro constante da base de dados da BB Previdência o qual, após testes de consistência, foi considerado como válido para a Avaliação.



Nesta reavaliação foram mantidas as mesmas hipóteses e métodos atuariais adotados na reavaliação do exercício de 2009, estando esses parâmetros em consonância com a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº. 18, de 28 de março de 2006.

A alíquota de contribuição para custeio dos benefícios de risco do plano foi reduzida em função do recálculo do custo referente ao benefício de auxílio-doença, que vinha apresentando nível de pagamentos inferiores aos esperados.

Foi verificada a existência de superávit técnico-atuarial em 31/12/2010, sendo esse excedente de R\$ 13.029.024,90 (treze milhões, vinte e nove mil, vinte e quatro reais e noventa centavos) alocado em reserva de contingência, conforme determina a normatização vigente.

23.2 Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Em cumprimento ao exarado na Resolução CGPC nº. 13/2004, o Conselho Fiscal da EFPC deverá emitir o Relatório de Controles Internos, pelo menos semestralmente, contemplando em especial, análise sobre:

- I aderência recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de investimentos;
 - II aderência das premissas e hipóteses atuariais dos planos de benefícios;
 - III a aderência da execução orçamentária; e
- IV as recomendações de melhorias de eventuais deficiências do sistema de controles internos, com a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Relativamente à CPRM, a Patrocinadora tem assento à mesa do Conselho Fiscal - órgão de controle interno desta EFPC, tendo participado das reuniões realizadas no 1º e 2º semestre de 2010 na pessoa do Sr. Palmiro Franco Capone – que presidiu as referidas reuniões.

Na ocasião, foram apresentados ao Conselho Fiscal e examinados pelos Conselheiros os seguintes assuntos da BB Previdência:

1° Semestre/2010:

- I Carteira de Investimentos rentabilidade e composição dos Fundos de Investimentos;
- II Relatório de Revisão Especial realizada em 30.06.2010 pela Auditoria Externa *Price*
- III Recomendações da Auditoria Interna da BB Previdência
- IV Relatório do Resultado trimestral dos Planos de Benefícios
- V Análise dos Balanços Trimestrais
- VI Relatório de Controles Internos
- VII Relatório de Ações de Melhoria
- VIII Relatório de Processos Contenciosos andamento dos processos;
- IX Atas das reuniões e Notas da Diretoria

2º Semestre de 2010:

- I Relatório do resultado contábil do 4º trimestre/2010 e Análises Contábeis do exercício;
- II Informações gerenciais da execução orçamentária;
- III Resultados do exame de auditoria do exercício encerrado em 31.12.2010, novas recomendações de aprimoramento nos sistemas contábil e de controles internos e Minuta do Parecer, emitido sem ressalvas, referente às demonstrações contábeis do exercício, em apresentação realizada pela auditoria externa *PricewaterhouseCoopers*;
 - IV Carteira de Investimentos, posição dezembro/2010;
 - V Acompanhamento das ações de melhoria de Controles Internos.

Não houve, em 2010, nos Planos administrados pela BB Previdência, fiscalização do Órgão Fiscalizador e Regulador das EFPC.



C P R M

ANEXO I

ANEXO I – Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

			Unidade C	Unidade Concedente ou Contratante	tante				
Nome: Compa	anhia de Pesquisa de	Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	RM						
CNPJ: 00.091.652/0001-89	.652/0001-89			UG/GESTÃO: 495130/29208	30/29208				
			Informaçõ	Informações sobre as transferências	ıcias				
			Valores	Valores Pactuados	Valores R	Valores Repassados			
Modalidade	N° do instrumento	Beneficiário	Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até	Vigê	Vigência	Sit.
,						evel cicio	Início	Fim	,
1	044/CPRM/09	28.522.894/0001-07	228.400,00	68.400,00	97.800,00	150.000	11/11/09	11/11/11	_
			Unidade C	Unidade Concedente ou Contratante	tante				
Nome: Compa	anhia de Pesquisa de	Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	RM						
CNPJ: 00.091.652/0001-89	.652/0001-89			UG/GESTÃO: 495400/29208	00/29208				
			Informaçõ	Informações sobre as transferências	ıcias				
			Valores	Valores Pactuados	Valores R	Valores Repassados			
Modalidade	N° do instrumento	Beneficiário	Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até	Vigê	Vigência	Sit.
						exercicio	Início	Fim	
1	013/CPRM/10	13.544.910/0001-68	4.500.000,00	1.800.000,00	2.700.000,00	2.700.000,00	18.05.10	18.05.11	4
			Unidade C	Unidade Concedente ou Contratante	tante				
Nome: Compa	anhia de Pesquisa de	Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	RM						
CNPJ: 00.091.652/0001-89	.652/0001-89			UG/GESTÃO: 495600/29208	00/29208				
			Informaçõ	Informações sobre as transferências	ıcias				
			Valores	Valores Pactuados	Valores R	Valores Repassados			
Modalidade	N° do instrumento	Beneficiário	Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até	Vigê	Vigência	Sit.
			_	•		exercicio	Início	Fim	
1	015/CPRM/09	19.791.581/0001-55	11.705.118,73	5.902.559,37	4.126.667	5.802.559,36	01/02/08	31/05/10	4
	019/CPRM/10	19.971.581/0001-55	13.688.890	6.844.445,00	802.559,36	4.126.667,00	24/06/10	24/09/11	1



C P R M

ANEXO II

ANEXO II – Balanço Orçamentário Lei 4320 1964







ANEXO III

ANEXO III – Balanço Financeiro Lei 4320 1964



SUBTITULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRI ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGÍA	MINERAIS - EMPRI	ESAS PUBLICAS		2010	DEZ(FECHADO)
	ECURSOS MINERAIS - EMPRES	AS PUBLICAS			
32000 - MINISTERIO DE MINAS				FMISSAO ———	PAGINA
INGRESSC	IA			25/05/2011	1
	SO		DISPENDIOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES	6.442.816,65	5.386.848,37	DESPESAS CORRENTES	349.161.579,02	312.256.562,21
RECEITA PATRIMONIAL	24.465,00	14.924,90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	184.637.564,05	159.604.595,16
RECEITA DE SERVICOS	3.315.796,53	1.878.570,68	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.223,36	11.135,59
OUTRAS TRANSFERENCIAS	2.679.241,36	2.658.194,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161.499.597,49	151.736.981,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	355.336,01	650.116,65	OUTRAS DESPESAS	161.499.597,49	151.736.981,47
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	67.977,75	185.041,29	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.017.194,12	903.849,99
RECEITA PATRIMONIAL	67.977,75	184.290,29	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.017.194,12	903.849,99
RECEITA DE SERVICOS	00'0	751,00	DESPESAS DE CAPITAL	29.843.825,82	33.278.621,37
RECEITAS DE CAPITAL	787.766,83	98.806,36	INVESTIMENTOS	29.831.593,37	33.262.435,49
ALIENACAO DE BENS	787.766,83	98.806,36	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	12.232,45	16.185,88
DEDUCOES DA RECEITA	-69.183,21	-129.143,75	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	372.316.920,10	308.750.103,65
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	666.931.833,42	588.056.140,63	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	320.463.883,09	302.212.162,32
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	606.836.998,94	577.530.836,12	SUB-REPASSE CONCEDIDO	319.672.581,08	301.553.656,23
REPASSE RECEBIDO	286.614.701,19	275.527.246,05	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	319.672.581,08	301.553.656,23
SUB-REPASSE RECEBIDO	319.672.581,08	301.553.656,23	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	75.174,41	191.247,45
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	319.672.581,08	301.553.656,23	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	716.127,60	467.258,64
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	467.258,64	374.759,43	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	51.853.037,01	6.537.941,33
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	82.458,03	75.174,41	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	33.094.895,32	1.616.067,52
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	60.094.834,48	10.525.304,51	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	31.816.081,08	109.664,02
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	40.963.819,48	5.603.430,70	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.278.814,24	1.506.403,50
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	39.747.062,81	5.039.195,94	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	18.758.141,69	4.921.873,81
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.216.756,67	564.234,76	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	69.229.808,69	445.806.179,29
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	19.131.015,00	4.921.873,81	VALORES EM CIRCULACAO	248.143.171,28	198.120.745,42
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	746.458.899,94	506.678.814,91	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	246.607.405,62	196.584.979,76
VALORES EM CIRCULACAO	198.120.745,42	111.995.082,94	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.115,00	1.115,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	196.584.979,76	110.465.571,88	CREDITOS TRIBUTARIOS	1.534.650,66	1.534.650,66
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.115,00	1.115,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	549.716,67	449.933,84
CREDITOS TRIBUTARIOS	1.534.650,66	1.528.396,06	VALORES DIFERIDOS	549.716,67	449.933,84
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	791.302,01	628.506,09	DEPOSITOS	8.307.633,32	1.749.335,34
VALORES DIFERIDOS	791.302,01	628.506,09	CONSIGNACOES	279.532,93	494.174,19
DEPOSITIOS	9.691.915,57	8.307.633,32	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	140.325,63	13/.113,49
CONSIGNACOES	909.273,79	279.532,93	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.887.774,76	1.118.047,66
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	152.407,22	140.325,63	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	174.333.734,01	93.973.285,44
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.630.234,56	7.887.774,76	FORNECEDORES	2.206.273,58	1.701.718,41
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	225.477.075,50	174.737.348,29	DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.206.273,58	1.701.718,41
FORNECEDORES	32.864.452,47	2.206.273,58	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	00'0	9.282,81
DO EXERCICIO	27.266.421,20	1.702.060,06	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	81.907.644,26	44.894.041,06
DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.598.031,27	504.213,52	VALORES EM TRANSITO	1.059,29	12.933,43
RESTOS A PAGAR	78.833.646,88	82.311.258,54	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	00'0	162,75
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	74.529.858,47	81.907.644,26	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	89.362.146,62	46.533.814,98
CANCELADO	4.303.788,41	403.614,28	OUTROS DEBITOS	40.654,61	68.346,75
VALORES EM TRANSITO	2.297,93	1.059,29	PROVISOES FINANCEIRAS	750.000,00	750.000,00





ANEXO IV

ANEXO IV – Balanço Patrimonial Lei 4320 1964



alin				EVERCICIO	
TITULO BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS	AMENTOS			2010	DEZ(FECHADO)
SUBTITULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESAS PUBLICAS	CURSOS MINERAIS - EMPRESA	S PUBLICAS		EMISSAO —	PAGINA —
ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	A			25/05/2011	1
ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ATIVO FINANCEIRO	248.225.629,31	198.195.919,83	PASSIVO FINANCEIRO	231.581.330,26	183.108.625,97
CREDITOS EM CIRCULACAO	248.143.171,28	198.120.745,42	DEPOSITOS	9.691.915,57	8.307.633,32
CREDITOS A RECEBER	1.534.650,66	1.534.650,66	CONSIGNACOES	909.273,79	279.532,93
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	26.222.136,60	32.156.717,40	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.630.234,56	7.887.774,76
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	9.682.143,86	00'0	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	152.407,22	140.325,63
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	210.703.125,16	164.428.262,36	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	221.173.287,09	174.333.734,01
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.115,00	1.115,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	33.738.326,26	2.996.928,19
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	82.458,03	75.174,41	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	27.266.421,20	1.702.060,06
VALORES DIFERIDOS	82.458,03	75.174,41	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	5.598.031,27	504.213,52
ATIVO NAO FINANCEIRO	-7.321.270,24	75.235.410,31	PROVISOES DIVERSAS	750.000,00	750.000,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-187.442.549,58	-162.010.665,17	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	40.384,96	00'0
CREDITOS EM CIRCULACAO	-188.174.843,13	-162.668.525,38	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	83.488,83	40.654,61
RECURSOS A RECEBER	1.527.627,04	935.657,95	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	74.529.858,47	81.907.644,26
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-210.703.125,16	-164.428.262,36	A LIQUIDAR	74.529.858,47	81.907.644,26
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	113.543,89	577.420,18	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	2.297,93	1.059,29
RECURSOS VINCULADOS	26,008.71	00,00	NECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RE	112.882.503,79	89.302.140,02
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	20.869.310,18	246.658,85	OUTRAS OBRIGACUES A PAGAR	40.300,64	65.955,65
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	732.293,55	657.860,21	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	716.127,60	467.258,64
TITIL OS E VALOBES	75,735,735	257 707 88	DASSIVO NAO FINANCEIDO	00,121.01,	40/.236,04
REALIZAVELA LONGO PRAZO	73 025 939 80	120 705 466 29	PASSIVO NAO TINANCEIRO	-20.000.232,47	-173 748 533 35
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	2.439.131.44	2.273.095.66	DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITO/RECUR	00.0	1.824.361.56
DEPOSITOS COMPULSORIOS	362.023,90	338.659,71	FORNECEDORES A PAGAR	7.933.768,15	00'0
RECURSOS VINCULADOS	2.077.107,54	1.934.435,95	PROVISOES	58.276.778,44	35.586.798,87
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	70.586.808,36	118.432.370,63	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-112.862.503,79	-89.362.146,62
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	60.151.892,95	108.897.756,75	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-112.862.503,79	-89.362.146,62
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	21.454.079,80	20.302.095,77	OPERACOES DE CREDITO	21.156,65	23.056,66
CREDITOS A RECEBER	2.946.408,07	3.198.090,57	EXTERNAS	21.156,65	23.056,66
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-2.132.163,02	-2.132.163,02	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	12.275.940,17	9.972.536,42
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-11.833.409,44	-11.833.409,44	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	19.661./4/,0/	00'0
PEKMANENIE	107.095.339,54	116.540.609,19	OUTROS DEBITOS A PAGAR	14.504,60	114.504,02
INVESTIMENTOS	504.368,41	504.368,41	KETIFICACAO DE RY NAO PROCESSADOS A LIQUID	-/4.529.858,4/	-81.907.644,26
MADII 1740A	14,306,306,	115 826 857 84	CENTEIVEL A LONGO PRAZO	00.334.803,33	109.131.909,86
IMOBILIZADO	100.381.388,19	115.826.857,84	OBEIGACOES EXIGIVEIS A LOIVGO PRAZO	00.334.803,33	109.131.909,80
BENS MOVELS E IMOVELS	158.015.151,85	162.359.394,24	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	202.910,60	234.153,11
DEBBECTACOES AMOBITIZACOES E EVALISTOES	8.794.118,78	6./94.118,/0	OBRIGACOES A PAGAK	00.151.892,95	108.897.736,73
INTANGIVE	163 951 82	163 951 82	RESOLITION DE EXERCICIOS FOI UNOS RECETAS DE EXERCICIOS ELITIBOS	45.431,10	45.431,10
DIFERIDO	45.431,12	45.431,12	PASSIVO REAL	202.773.097,79	168.537.433,64
ATIVO REAL	240.904.359,07	273.431.330,14	PATRIMONIO LIQUIDO	38.131.261,28	104.893.896,50
			PATRIMONIO/CAPITAL	30.147.526,88	30.147.526,88
			CAPITAL REALIZADO	30.147.526,88	30.147.526,88



V 1 V 0	PAI ANCO DATERMONITAL TOPOS OS OBCAMENTOS	SOTNEM			EXERCICIO	MES
	CO PAININIAL - 10003 03 ONCA				2010	DEZ(FECHADO)
SUBTITULO 29208	29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRE	URSOS MINERAIS - EMPRES/	SAS PUBLICAS		EMISSAO	PAGINA —
ORGAO SUPERIOR 32000	32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA				25/05/2011	2
	ATIVO			PASSIVO	IVO	
	TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ATIVO COMPENSADO COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITU DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS OUTRAS COMPENSACOES ATIVO	IVO COMPENSADO COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS OUTRAS COMPENSACOES VO	107.713.153,12 107.713.153,12 450.666,10 45.772.875,99 61.488.114,90 1.496,13 348.617.512,19	129.887.332,14 129.887.332,14 450.735,98 44.330.585,99 61.562.795,30 23.543.214,87 403.318.662,28	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO RESERVAS LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL RESULTADO DO PERIODO SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA PASSIVO COMPENSADO COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADAS COMPENSACOES DIVERSAS PASSIVO PASSIVO	30.147.526,88 39.512.478,52 34.917.683,65 -26.905.206,72 -39.541.221,05 240.904.359,07 -280.445.580,12 107.713.153,12 107.713.153,12 107.713.153,12 107.713.153,12 149.613 348.617.512,19	30.147.526,88 39.461.096,29 56.385.128,06 -210.474,08 -20.431.330,14 -294.320.710,79 129.887.332,14 129.887.332,14 450.735,98 44.330.585,99 61.562.795,30 23.543.214,87 403.318.662,28



ANEXO V

ANEXO V – Demonstração das Variações Patrimoniais Lei 4320 1964



SUBTITULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESAS PUL ORGAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA VARIACOES ATIVAS 2010 TITULOS 2010 ORCAMENTARIAS 6.442.816,65 RECEITAS CORRENTES 6.442.816,65 RECEITA PATRIMONIAL 3.315.796,53 OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES 2.679.241,36 OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES 2.679.241,36	SOS MINERAIS - EMPRESAS PUBLICAS 2010 2010 723.057.634,15 6.442.816,65 24,465,00 3.315.796,53 2.679.241,36 3.55.336,01 67.977,75 67.977,75 67.977,75	2009 2009 699.021.145,76 5.386.848,37 14.924,90 1.878.570,68 2.658.194,85 650.116,65 185.041,29 184.290,29	VARIACOES PASSIVAS TITULOS ORCAMENTARIAS DESPESAS CORRENTES	ENISSAO	PAGINA 1
TITULOS TITULOS TITULOS HENTES HONIAL REVICOS SFERENCIAS CORRENTES			TITULOS		1
TITULOS ENTES IMONIAL ERVICOS SFERENCIAS CORRENTES			TITULOS	SIVAS	
ORCAMENTARIAS RECEITAS CORRENTES RECEITA PATRIMONIAL RECEITA DE SERVICOS OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	2010 723.057.634,15 6.442.816,65 24.465,00 3.315.796,53 2.679.241,36 355.336,01 67.977,75 67.977,75		KENTES		
ORCAMENTARIAS RECEITAS CORRENTES RECEITA PATRIMONIAL RECEITA DE SERVICOS OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	723.057.634,15 6.442.816,65 24.465,00 3.315.796,53 2.679.241,36 355.336,01 67.977,75 67.977,75		ORCAMENTARIAS DESPESAS CORRENTES	2010	2009
RECEITAS CORRENTES RECEITA PATRIMONIAL RECEITA DE SERVICOS OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.442.816,65 24.465,00 3.315.796,53 2.679.241,36 355.336,01 67.977,75 67.977,75	5.386.848,37 14.924,90 1.878.570,68 2.658.194,85 650.116,65 185.041,29 184.290,29	DESPESAS CORRENTES	701.464.071,95	652.123.118,47
RECEITA PATRIMONIAL RECEITA DE SERVICOS OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	24.465,00 3.315.796,53 2.679.241,36 355.336,01 67.977,75 67.977,75	14.924,90 1.878.570,68 2.658.194,85 650.116,65 185.041,29 184.290,29		349.161.579,02	312.256.562,21
RECEITA DE SERVICOS OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.315.796,53 2.679.241,36 35.336,01 67.977,75 67.977,75	1.878.570,68 2.658.194,85 650.116,65 185.041,29 184.50,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	184.637.564,05	159.604.595,16
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.679.241,36 355.336,01 67.977,75 67.977,75	2.658.194,85 650.116,65 185.041,29 184.290,29	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.223,36	11.135,59
	355.336,01 67.977,75 67.977,75 0.00	650.116,65 185.041,29 184.290,29	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161.499.597,49	151.736.981,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	67.977,75 67.977,75 0.00	185.041,29	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.017.194,12	903.849,99
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	67.977,75	184.290,29	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.017.194,12	903.849,99
RECEITA PATRIMONIAL	00.00	20,170	DESPESAS DE CAPITAL	29.843.825,82	33.278.621,37
RECEITA DE SERVICOS		/51,00	INVESTIMENTOS	29.831.593,37	33.262.435,49
RECEITAS DE CAPITAL	787.766,83	98.806,36	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	12.232,45	16.185,88
ALIENACAO DE BENS	787.766,83	98.806,36	INTERFERENCIAS PASSIVAS	320.463.883,09	302.212.162,32
DEDUCOES DA RECEITA	-69.183,21	-129.143,75	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	320.463.883,09	302.212.162,32
INTERFERENCIAS ATIVAS	606.836.998,94	577.530.836,12	SUB-REPASSE CONCEDIDO	319.672.581,08	301.553.656,23
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	606.836.998,94	577.530.836,12	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	75.174,41	191.247,45
REPASSE RECEBIDO	286.614.701,19	275.527.246,05	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	716.127,60	467.258,64
SUB-REPASSE RECEBIDO	319.672.581,08	301.553.656,23	MUTACOES PASSIVAS	1.994.784,02	4.375.772,57
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	467.258,64	374.759,43	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.994.784,02	4.375.772,57
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	82.458,03	75.174,41	LIQUIDACAO DE CREDITOS	1.994.784,02	4.375.772,57
MUTACOES ATIVAS	109.059.234,94	116.133.798,66	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	1.123.596.630,58	614.444.871,02
INCORPORACOES DE ATIVOS	48.792.256,45	40.167.445,47	INTERFERENCIAS PASSIVAS	78.758.243,73	8.266.816,66
AQUISICOES DE BENS	18.642.804,42	17.329.441,18	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	33.094.895,32	1.616.067,52
INCORPORACAO DE CREDITOS	30.113.577,03	22.796.504,29	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	45.663.348,41	6.650.749,14
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	35.875,00	41.500,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.044.838.386,85	606.178.054,36
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	1.062,461,847,33	546.657.463.08	BAIXA DE BENS IMOVEIS	458.359,44	452.196.42
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	00,0	273.359,20	BAIXA DE BENS MOVEIS	11.064.565,12	8.084.866,28
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	00'0	273.359,20	BAIXA DE TITULOS E VALORES	253.628,39	255.719,76
INTERFERENCIAS ATIVAS	87.000.041,20	12.254.179,84	BAIXA DE DIREITOS	419.191.016,84	267.722.045,47
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	41.336.692,79	5.603.430,70	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	6.273.989,84	4.068.391,90
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	45.663.348,41	6.650.749,14	DESVALORIZACAO DE BENS	00'0	102.572,12
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	975.461.806,13	534.129.924,04	AJUSTES DE CREDITOS	00'0	194,18
INCORPORACOES DE ATIVOS	550.457.432,55	343.288.607,87	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	6.273.989,84	3.965.625,60
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.998.992,99	1.104.741,51	INCORPORACAO DE PASSIVOS	603.421.987,18	324.574.831,94
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	13.513.221,52	2.642.882,31	AJUSTES DE OBRIGACOES	4.174.538,54	712.397,65
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	256.931,69	259.386,48	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	301,50	307.604,94
INCORPORACAO DE DIREITOS	534.688.286,35	339.281.597,57	AJUSTES FINANCEIROS	301,50	0,00
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	5.378.828,90	3.176.393,08	AJUSTES NAO FINANCEIROS	00,0	307.604,94
REAVALIACOES DE BENS	00'0	162.055,23	SUPERAVIT	00'0	00'0
AJUSTES DE CREDITOS	4.205.866,32	1.259.172,64			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	1.172.962,58	1.755.165,21			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	419.260.502,28	187.223.210,11			
AJUSTES DE OBRIGACOES	48.834,96	125.652,57			





ANEXO VI

ANEXO VI – Demonstrações Contábeis 2010



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

AT I V O

	Nota		
	Explicativa	2010	2009
CIRCULANTE	-	60.783	36.185
Bens Numerários e Depósitos Bancários a Vista		26.222	32.157
Previdência Privada	18	19.662	0
Contas a Receber	5	11.144	499
Materiais	6	478	405
Impostos a Recuperar		3.062	2.470
Adiantamentos para Despesas		114	577
Recursos a Receber Restos a Pagar		82	75
Outros Créditos		19	2
NÃO CIRCULANTE	_	180.121	173.781
Parliefuel a Laure Purca	_	72.026	120 707
Realizável a Longo Prazo	_	73.026	120.707
Previdência Privada	18	60.152	108.898
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral	8	1.266	1.155
Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais	8	7.520	6.557
Adquirentes de Direitos Minerais	7	792	1.044
Financiamentos à Pesquisa Mineral	8	835	757
Outros Créditos	9	2.461	2.296
Investimentos		504	504
Imobilizado	10	106.382	52.524
Intangível TOTAL DO ATIVO	11 _	209 240.904	<u>46</u> 209.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIAO E LA I KIMOMIO FIÓDIDO			
	Nota Explicativa	2010	2009
CIRCULANTE	_	142.373	59.360
Fornecedores	23	40.798	4.016
Entidades de Previdência Complementar	18	19.662	0
Financiamentos a Pagar	12	21	23
Impostos e Encargos Sociais a Pagar	14	39.517	24.806
Provisão para Férias e 13o.salário		21.431	18.675
Provisão para Contingências	13	6.793	750
Contas e Despesas a Pagar		1.622	806
Convênios com Entidades Diversas	22	12.276	9.973
Dividendos a Pagar		0	114
Credores Diversos		253	197
NÃO CIRCULANTE	_	60.400	109.177
Entidades de Previdência Complementar	18	60.152	108.898
Financiamentos a Pagar	12	203	234
Receita Diferida		45	45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.131	41.429
Capital Realizado Atualizado	15	30.148	30.148
Reservas de Capital		0	5.360
Reservas de Reavaliação	16	33.404	5.384
Reservas Legal		0	207
Reserva Estatutária		0	540
Resultado de Exercícios Anteriores		0	(210)
Prejuízos Acumulados		(25.421)	0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	_	240.904	209.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AGAMENON SERGIO LUCAS DANTAS
Diretor-Presidente

EDUARDO SANTA HELENA Diretor de Administração e Finanças

MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO Diretor de Geologia e Recursos Minerais JOSÉ RIBEIRO MENDES Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO
Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

GILBERTO AGUILERA BEZERRA Contador CRC-RJ 074.369/O-6 -S-DF CPF 804.043.247-20



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto Lucro(Prejuízo) por ação)

	Nota Explicativa	2010	2009
Receitas de subvenções para operações de pesquisas Prestação de serviços e de operações de pesquisas	17	286.615 2.838	275.527 1.228
		289.453	276.755
Custo de prestação de serviços e operações de pesquisas	4	0	0
Lucro bruto		289.453	276.755
Despesas gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais	4	(320.045)	(275.158)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(30.592)	1.597
Despesas e receitas financeiras	20	184	725
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	•	(30.408)	2.322
Despesa com tributos sobre o lucro	19	(910)	(1.840)
Resultado líquido do período		(31.318)	482
Lucro (Prejuízo) por ação	:	(10,62)	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado Líquido do Exercício	_	(31.318)	482
Ajustes: Depreciação e Amortização		6.274	3.966
Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo		(31)	(111)
Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo		(923)	(953)
Ajustes de Exercícios Anteriores - Imobilizado	10	(10.626)	Ò
Ajuste nas Provisões para Perdas de Ativos de Longo Prazo		Ó	8.000
Regularização Dividendos a Pagar Tesouro Nacional		0	(66)
Regularização Reservas		0	(210)
Ajuste no Imobilizado		0	258
Realização de Reservas	16	(317)	(316)
Regularização de Dividendos	_	0	69
		(5.623)	10.637
Contas a receber		(10.646)	102
Materiais		(73)	20
Impostos a Recuperar		(592)	(352)
Adiantamentos para Despesas		464 (7)	5.866 116
Recursos a Receber Restos a Pagar Fornecedores		(7) 36.782	2.314
Impostos e Encargos Sociais a Pagar		14.711	9.275
Provisão de Férias e 13o. Salário		2.756	(1.815)
Provisão para Contingências		6.043	(1.013)
Contas e Despesas a Pagar		816	(64)
Convênios com Entidades Diversas		2.303	(9.560)
Financiamentos de Curto Prazo		(2)	(12)
Dividendos		(115)	Ò
Credores Diversos		56	(21)
Outros		(17)	39
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	=	15.538	17.027
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do Imobilizado		(23.804)	(21.830)
Baixa de Imobilizado		2.474	7.764
Depósitos Judiciais e para Recursos		(296)	0
Baixa de Depósitos para Recursos		153	0
Outros Créditos Longo Prazo		0	71
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	=	(21.473)	(13.995)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos		0	(69)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	_	0	(69)
Aumento/Redução Líquido de caixa e equivalente de caixa		(5.935)	2.963
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício		32.157	29.194
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	_	26.222	32.157
Variação de caixa e equivalente de caixa	_	(5.935)	2.963



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

		letine	Reservas	Reservas de Capital		Reserva de Lucros	e Lucros	Docultado do	303011	
	Nota Explicativa	Int	Subvenções	Reserva Especial Lei 8200	Reserva de Reavaliação	Legal	Estatutária	Exercícios Anteriores	(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008		30.148	5.079	281	5.700	183	196	0	0	41.587
Realização de Reservas					(316)					(316)
Reserva Legal						24			(24)	0
Constituição de Reservas							344		(344)	0
Dividendos Autorizados									(114)	(114)
Ajuste de Exercícios Anteriores								(210)		(210)
Lucro Líquido do Exercício									482	482
Saldos em 31 de dezembro de 2009		30.148	5.079	281	5.384	207	540	(210)	0	41.429
Realização de Reservas	16				(317)					(317)
Ajuste de Exercícios Anteriores - Imobilizado	16				28.337					28.337
Ajuste de Exercícios Anteriores	24							210	(210)	0
Prejuízo Líquido do Período									(31.318)	(31.318)
Absorção do Prejuízo			(5.079)	(281)		(207)	(540)		6.107	0
Saldos em 31 de dezembro de 2010		30.148	0		0 33.404	0	0	0	(25.421)	38.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ANEXO VII

ANEXO VII – Notas explicativas 2010

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do decreto-lei n° 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei n° 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM dominar o conhecimento das Geociências no interesse do País, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- 1) subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;
- 2) estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- 3) orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- 4) elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados, resguardando o interesse nacional;
- 5) colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;
- 6) realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros ligados à sua área de atuação, bem como os relacionados a paleontologia e a geologia marinha;
- 7) dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração e as demonstrações contábeis são elaboradas com base no Plano de Contas da Administração Pública, contido no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e apresentadas em observância à Lei nº 6.404/1976.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- a) O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício;
- b) os financiamentos às empresas de mineração, para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do ativo realizável a longo prazo; quando a CPRM participa do risco da pesquisa, também são registrados no mesmo grupo de contas, até que seja apurado o resultado final da pesquisa;
- c) os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição;
- d) as inversões financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais ao tempo decorrido até o final do exercício;
- e) os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.95 e ajustados ao valor de mercado, quando aplicáveis;
- f) os bens componentes do ativo imobilizado, em uso, e as imobilizações em curso, estão registrados ao valor de aquisição, incorporação e/ou construção, corrigidos monetariamente até 31/12/1995;
- g) as depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, em função do tempo de vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação, normalmente praticadas pela CPRM, as seguintes:

Imóveis 4% a.a,

Equipamentos: Operação 10% a.a.- Transporte 20% a.a.- Diversos 10% a.a.

NOTA 4 - APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A partir de 2009, a CPRM passou a considerar, para efeito de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, como Despesas Gerais e Administrativas, os valores anteriormente alocados como Custo de Prestação de Serviços e de Operações em Pesquisa.

A mudança de critério de classificação visa à conciliação com o sistema SIAFI – Sistema Público de Administração Financeira, que não apura custos em suas contas de Resultado.

Caso a CPRM utilizasse o critério anterior, os valores considerados nas linhas de Custo de Prestação de Serviços e de Operações para Pesquisa e Despesas Gerais e Administrativas seriam de R\$ 136.566 mil e R\$ 183.479 mil respectivamente.

Esse fato não representa alteração do Resultado do Exercício para efeitos fiscais.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 31 de dezembro de 2010, tiveram a seguinte composição:

<u>-</u>	
	R\$ Mil
Remuneração	(128.762)
Encargos Sociais	(43.912)
Benefícios	(12.672)
Plano de Previdência Complementar	(12.675)
Locação/Aquisição	(3.411)
Depreciação e Amortização	(6.274)
Despesas Tributárias	(18.963)
Serviços de Comunicação	(3.456)
Manutenção	(6.945)
Serviços Públicos	(2.672)
Serviços Profissionais e Contatados	(94.780)
Materiais	(12.010)
Resultado com Ações Judiciais	(3.038)
Outras Despesas/Receitas	21.302
Outros Valores	8.223
TOTAL	(320.045)

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

Os Recursos a Receber por Transferência correspondem a diferença a menor entre o financeiro recebido pelo órgão recebedor e o total de empenhos emitidos pelo órgão repassador, conforme mensagem SIAFI 2010/1705964.

Os Recursos a Receber para Liquidação de Despesas do Convênio CENSIPAN correspondem às liquidações de despesas relativas ao convênio, sem o correspondente recebimento de recursos financeiros.

Serviços Faturados
Recursos a Receber p/Liquidação de Despesas Convênio
Recursos a Receber p/Transferência
Outros Valores a Receber

R\$ Mil			
2010	2009		
0	0		
938	0		
9.682	0		
524	499		
11.144	499		

A composição de Outros Valores a Receber expressa em percentuais é a seguinte:

- Carbocampel S/A	48,5%
- Séc. Ind. Com. Estado de Goiás	9,5%
- Outros Clientes Públicos e Privados	42,0%

Os valores acima correspondem a Contas a Receber até 31/12/2010, apropriados à receita pelo regime de competência, cujo recebimento está previsto para 2011.

NOTA 6 - MATERIAIS

A composição dos valores registrados no Almoxarifado em 31/12/2010 é a seguinte:

	R\$ Mil	
	2010	2009
Almoxarifado	478	405
	478	405

NOTA 7 - ADQUIRENTES DE DIREITOS MINERAIS - LONGO PRAZO

Sob este título estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM, à Companhia Energética de São Paulo - CESP, nos termos definidos na "escritura de cessão de direitos minerais", firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda., com a interveniência da CPRM, por escritura pública lavrada em 11/11/1993.

Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem sucedidas de "turfa", realizadas pela Companhia, em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa já foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Está registrada também sob este título, a cessão dos direitos minerários aos resultados das pesquisas de carvão mineral realizadas no município de Sapopema, Estado do Paraná, à Carbocampel S/A, com a anuência da Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, conforme termo de compromisso firmado em 13/12/83 e escritura pública lavrada no 21 Ofício de Notas do Estado do Rio de Janeiro, em 30/10/2001, no valor de R\$ 2.258 Mil.

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL n^2 1.297/73 e DL n^2 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

Os créditos foram corrigidos com base em índices oficiais e contratuais.

O saldo líquido apresentado no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$ 792 mil representa o valor de R\$ 2.924 mil, deduzindo-se R\$ 2.132 mil, relativo à Provisão de Riscos Contratuais.

	R\$ Mil
	2010
Direitos Minerais EUCATEX	2.763
Direitos Minerais CARBOCAMPEL	149
Outros Direitos Minerais	12
Provisão de Riscos Contratuais	(2.132)
	792

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS À PESQUISA MINERAL

No Ativo Realizável a Longo Prazo estão registrados sob o título de Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Os saldos líquidos apresentados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$ 9.621 mil representam os valores totais de R\$ 21.454 mil, deduzindo-se R\$ 11.833 mil, relativo à Provisão de Riscos Contratuais.

NOTA 9 – OUTROS CRÉDITOS - LONGO PRAZO

O valor registrado a título de Outros Créditos representa Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

NOTA 10 - IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

	R\$ Mil	
	2010	2009
Imóveis	63.412	26.851
Terrenos	6.451	6.451
Instalações	4.180	3.336
Equipamentos de Operação	28.848	17.386
Máquinas e Utensílios de Escritório	24.692	23.205
Veículos	15.138	11.181
Equipamentos de Processamento de Dados	6.741	4.324
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.904	8.904
Imobilizações em curso	6.793	4.943
Direito de uso de Telefone	0	163
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	116	116
Outros Equipamentos	616	572
Outras Mobilizações	919	419
Depreciações acumuladas	(60.428)	(55.327)
	106.382	52.524

Em 2010 a Companhia regularizou a conta de Imóveis registrada em duplicidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. O registro teve como base a Nota Técnica 001 CPRM/DAF/DECOF/DICOGE e a Nota nº. 253/2011/CCONT/SUCON/STN/MF-DF.

A duplicidade de contabilização no SIAFI ocorreu em função dos lançamentos feitos pela companhia com base em seus registros históricos e dos lançamentos automáticos após cadastramento dos imóveis da empresa no Sistema SPIUnet, em cumprimento a Portaria Interministerial 322 de 23 de agosto de 2001.

A manutenção de dois valores relativos a imóveis no SIAFI levava a uma informação irreal do Patrimônio da União quando da apuração de seu Balanço Geral. Dessa forma, após orientações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria do Patrimônio da União, a Companhia estornou o saldo histórico de Imóveis, passando a considerar em suas Demonstrações Contábeis os registros constantes na base de dados do SPIUnet, principal fonte orientadora do SIAFI para efeito de Contabilização de Imóveis sob a jurisdição das Empresas Estatais dependentes.

NOTA 11 - INTANGÍVEL

Registra como contrapartida, a atualização monetária incorrida sobre valores recebidos como parte do preço de cessão de direitos sobre jazida de carvão e o valor atribuído a Marcas e Patentes.

O saldo da Conta Concessão de Direitos Uso Comunicação e Divulgação anteriormente classificado como Imobilizado no valor de R\$ 162 mil foi transferido para o intangível.

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS A PAGAR

Em moeda estrangeira (1)

R\$ Mil			
2010	2009	2010	2009
Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
21	23	203	234
21	23	203	234

(1) Correspondem a US\$ 135 Mil em 31/12/2010, sendo renegociados, conforme contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados.

NOTA 13 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Provisão para Contingências apresenta registrado em 31 de dezembro de 2010 o valor de R\$ 6.793 Mil, para fazer face a possíveis situações futuras de perdas que possam ocorrer. Tais processos foram classificados como prováveis riscos pela Consultoria Jurídica da Companhia:

OBJETO DE AÇÃO	R\$ Mil
	2010
Responsabilidade Civil	777
Processo Administrativo IRPJ	473
Processo Administrativo PIS/PASEP	42
IR e CSLL Oriundos de Repasses de Convênio	5.501
	6.793

Nesta Provisão não são consideradas as ações trabalhistas contra a Companhia, pelas mesmas estarem consignadas no Programa "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado" devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economista Mista, como fonte "Tesouro", no Orçamento Geral da União, considerando que numa eventual condenação os recursos necessários para seu pagamento serão repassados pela União.

NOTA 14 – IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Estão registrados neste grupo os valores referentes a tributos e encargos sociais da Companhia entre os quais Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS/Pasep, COFINS, IPTU, INSS, FGTS, ISS entre outros.

MODALIDADE	OBJETO	VALOR PROVISÃO R\$ Mil
Provisão Provisão	IRPJ CSLL	3.714 3.330
Provisão	IPTU	21.643
Provisão	PIS / Pasep	532
Provisão	COFINS	834
Provisão	ISS	750
Provisão	Demais Tributos e Encargos	8.714
Total		39.517

A Companhia reforçou em 2010 a provisão para o IPTU relativo ao imóvel do escritório do Rio de Janeiro para R\$ 21.643 mil, por ser classificado como risco provável pela Consultoria Jurídica da Empresa. A Companhia pleiteia junto a Prefeitura do Rio de Janeiro o reconhecimento de Imunidade Tributária através do Processo 04/77/305675/2010.

NOTA 15 - CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2010, o Capital Social integralizado no valor de R\$30.147.526,88, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Iniciado em novembro de 2000 o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada, com isso a participação da União no capital da Empresa alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

NOTA 16 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A realização da Reserva de Reavaliação foi contabilizada, no exercício, proporcionalmente às depreciações ocorridas, em contrapartida à conta de Resultado do Exercício.

Em 2010 a Companhia ajustou os valores correspondentes a duplicidade de registros em seu Ativo Imobilizado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Com isso, foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis como Ajustes de Exercícios Anteriores os registros efetuados no Ativo Imobilizado pelo Sistema SPIUnet, cuja contrapartida, no valor de R\$ 28.338 mil, foi registrada no Patrimônio Líquido como Reavaliação de Bens Imóveis, com base na Nota Técnica 001 CPRM/DAF/DECOF/DICOGE e na Nota nº. 253/2011/CCONT/SUCON/STN/MF-DF.

NOTA 17 - SUBVENÇÕES PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS

A partir de 1991, a Companhia passou à condição de Entidade Supervisionada. Nesse novo quadro, está incluída no Orçamento da União com recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Os recursos recebidos mensalmente para operações da Companhia são registrados em Conta de Resultado Aumentativo do Exercício, de acordo com o Princípio Contábil da Competência. Do total de créditos orçamentários autorizados da fonte Tesouro de R\$ 338.154 mil, os repasses financeiros efetivamente recebidos foram de R\$ 286.615 mil.

No Sistema Contábil SIAFI, em lançamentos decorrentes do encerramento do exercício, foram registrados recursos diferidos ou recursos a receber / a liberar, com base no saldo das disponibilidades por fonte de recursos, resultando no valor líquido registrado no Ativo Circulante como Recursos a Receber – Restos a Pagar, no valor de R\$ 82 mil.

NOTA 18 - PREVIDÊNCIA PRIVADA

A partir do exercício de 2004, reconhecemos no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, no Realizável a Longo Prazo, no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante, sob o título "Repasses Previdência Privada", os valores devidos à BB Previdência — Fundo de Pensão do Banco do Brasil, relativos ao tempo de serviço passado do Plano de Previdência Complementar de seus empregados, cujos recursos estão consignados no "Programa Contribuição à Previdência Privada" como fonte do Tesouro, no Orçamento Geral da União, através de parcelas anuais, vencíveis no mês de julho de cada exercício até o ano de 2016.

Através do Oficio BB Previdência, o saldo devedor em 30.11.2010 corresponde ao valor de R\$ 79.814 mil, sendo prevista a liquidação da parcela de julho/2011 no valor de R\$ 19.662 mil.

O Oficio BB Previdência nº. 38/2011 que demonstra o saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 80.652 mil foi contabilizado em março/2011 uma vez que foi recepcionado pela Companhia após o encerramento anual de 2010 no SIAFI.

NOTA 19 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia contabilizou nesse exercício, de acordo com o Livro de Apuração do Lucro Real, entre Imposto de Renda e Contribuição Social o valor de R\$ 857 Mil.

Contabilizou ainda R\$ 14 Mil a título de Contribuição Social e R\$ 39 Mil de Imposto de Renda, referentes ao complemento de valores registrados a menor na apuração do 3º trimestre de 2009.

PERÍODO	TRIBUTO	VALOR R\$ MIL
1° TRIMESTRE 2010	IRPJ	624
1° TRIMESTRE 2010	CSLL	233
3° TRIMESTRE 2009	IRPJ	14
3° TRIMESTRE 2009	CSLL	39
TOTAL		910

NOTA 20 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	R\$ Mil	
	2010	2009
Receitas: Variações cambiais, monetárias, juros e outros	4.523	1.648
Despesas: Variações cambiais, monetárias, juros e outros	4.339 184	923 725

NOTA 21 - COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela Companhia são os seguintes, em 31 de dezembro de 2010:

MODALIDADE	OBJETO	VALOR SEGURADO R\$ Mil
Incêndio Incêndio	Imóveis Móveis, Máq. Equipamentos Almoxarifado	43.005 31.740 4.295
Incêndio Total	Alliluxalilauu	79.040

NOTA 22 - CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS

Os recursos recebidos de convênios com Entidades Diversas com e sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e seu resultado apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

O saldo a pagar a título de Convênios com Entidades Diversas, na qual a Companhia é convenente em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$ 12.276 mil, sendo:

	R\$ Mil
Governo do Estado Mato Grosso – Secretaria de Ind. e Comércio	772
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SC	166
Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos - PE	533
Companhia Pernambucana de Saneamento	18
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais	311
Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos - SERLA	343
Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina	36
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	16
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	8.091
Secretaria Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - MMA	268
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	1.722
Total	12.276

NOTA 23 - FORNECEDORES

As obrigações com os fornecedores são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Princípio da Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 — Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelos lançamentos no Subsistema CPR — Contas a Pagar e a Receber.

	R\$ N	/lil
	2010	2009
Fornecedores	40.798	4.016
	40.798	4.016

NOTA 24 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O valor de R\$ 210 Mil registrado em Resultado de Exercícios Anteriores em 31 de dezembro de 2009 correspondente a Ajuste de Exercícios Anteriores, lançado após a etapa de encerramento das contas de resultado no SIAFI naquele ano, foi transferido no exercício de 2010 para a conta de Prejuízos Acumulados.

NOTA 25 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

No exercício de 2010, a maior, a menor e a remuneração média mensal pagas a empregados ocupantes de cargos permanentes foi de R\$ 15.837,35, R\$ 1.158,45 e R\$ 5.234,69, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2010 correspondeu a R\$ 20.141,58.

NOTA 26 - CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO PUBLICADO E O BALANÇO SIAFI

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2016/2006 do TCU, de 01.11.2006 a Companhia apresenta anualmente por ocasião do Encerramento do Exercício a conciliação entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76 e o obtido via SIAFI, pela Lei nº 4.320/64.

Em 2010 a Companhia ajustou a duplicidade que havia no Ativo Imobilizado com reflexo no Patrimônio Líquido, com base na Nota Técnica 001 CPRM/DAF/DECOF/DICOGE e na Nota nº. 253/2011/CCONT/SUCON/STN/MF-DF. Com o ajuste, a Companhia apresentará o seu Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76 alinhadas com os registros do SIAFI, base para o cumprimento da Lei 4.320/64.

		R\$ MIL	
	Lei nº. 6.404/76	Lei nº. 4.320/64	Diferença
	Legislação Societária	Contabilidade Pública	
ATIVO CIRCULANTE	60.783	60.783	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE	180.121	180.121	0
TOTAL DO ATIVO	240.904	240.904	0
PASSIVO CIRCULANTE PASSIVO NÃO	142.373	142.373	0
CIRCULANTE	60.400	60.400	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.131	38.131	0
TOTAL DO PASSIVO	240.904	240.904	0



ANEXO VIII

ANEXO VIII - Relatório da Auditoria Externa





Aos Acionistas e Administradores da COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. BRASÍLIA/DF.

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2010.

Senhores,

Examinamos o Balanço Patrimonial da COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados de forma a apresentar uma visão correta e adequada nas circunstâncias.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis:

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a estrutura do Relatório Financeiro aplicável e os Controles Internos que foram determinados pela Entidade, como sendo necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis que não apresentem distorção relevante.

Responsabilidade do Auditor:

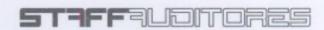
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis com base na auditoria realizada.

Descrição dos Procedimentos da Auditoria:

Os exames foram conduzidos de acordo com as normas Brasileiras e Internacionais de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e da razoabilidade das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade e dos riscos de distorção relevante das Demonstrações Contábeis, independente da causa, sendo que nessa avaliação de riscos, os controles internos são relevantes para elaboração das Demonstrações Contábeis e planejamento de procedimentos aplicáveis nas circunstâncias, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

OPINIÃO:

Em nossa opinião as demonstrações contábeis supra mencionadas quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam de forma correta e adequada, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS — CPRM, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as variações do Patrimônio Líquido e os fluxos de caixa, referentemente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.





Enfatizamos que a empresa modificou, no exercício, mediante NOTA TÉNICA 001, os procedimentos relativos ao registro contábil de parte do Ativo Imobilizado que se encontrava lançada em duplicidade no SIAFI, resultando daí a adequação dos valores à realidade dos ativos e o surgimento de uma reserva de reavaliação no valor de R\$ 28.337.512,57 que não representou uma constituição, mas mera transferência no sistema de contabilização que gerou um ajuste de exercícios anteriores, tendo se refletido positivamente nas Demonstrações Contábeis do exercício visto que sanou histórica situação de erro tanto no Balanço da Empresa quanto no Balanço Geral da União.

As Demonstrações Contábeis do exercício anterior foram, por nós, auditadas tendo sido emitido parecer sem ressalva em data de 03 de março de 2010.

Canoas, 23 de março de 2011.

STAFF AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC/RS 004632/O – 'S" – RJ – CNPJ 09.285.766/0001-34
FRANCISCO INÁCIO DE ASSIS RODRIGUES
Contador CRC RS/27.020/0-1 – "S" – RJ.
Responsável Técnico.



ANEXO IX

ANEXO IX – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

23. Informações sobre a remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal

23.1 Remuneração paga aos administradores

Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

					Con	selho de A	Conselho de Administração	ıção							
Nomo do Consolhoiro(a)	Per	Período						R	Remuneração	ão					
Nome do Conseinen o(a)	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	lut	ago	set	no	nov	dez	Total
Scliar, C.	_	_	1.735,19	1.735,19	1.735,19	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	$1.735,19 \mid 1.735,19 \mid 2.014,16 $	2.014,16	23.333,01
Dantas, A.S.L.	_	-	1.735,19	1.735,19	1.735,19	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	$1.735,19 \mid 1.735,19 \mid 2.014,16 $	2.014,16	23.333,01
Matos, J.R.A.	_	_	1.735,19	1.735,19	1.735,19	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	$1.735,19 \mid 1.735,19 \mid 2.014,16 \mid 2.3333,011,16 \mid 2.014,16 \mid 2.01$	2.014,16	23.333,01
Baião, L.G.	_	_	1.735,19	1.735,19	1.735,19	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	$1.735,19 \mid 1.735,19 \mid 2.014,16 $	2.014,16	23.333,01
Santos, R.V.	26/04/2010	-	_	_	_	335,69	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	335,69 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 16.448,97	2.014,16	16.448,97
Peixoto, L.P.	26/04/2010	ı	I	-	-	335,69	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	335,69 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16	2.014,16	16.448,97
Neves, B.B.B.	_	25/04/2010	1.735,19	1.735,19	1.735,19	2.014,16	_	_	_	_	_	_	_	_	7.219,73
Azevedo, G.C.	_	06/04/2010 1.735,19	1.735,19	1.735,19	1.735,19	335,69	_	_	_	_	_	_	_	_	5.541,26
						Conselh	Conselho Fiscal								
Nome do Conselheiro(a)	Per	Período						~	Remuneração	ão					
(T/S)	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	no	nov	dez	Total
Junior, C.N.C.	_	-	1.735,19	1.735,19	1.735,19	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	$1.735,19 \mid 1.735,19 \mid 2.014,16 \mid 2.3333,0114,16 \mid 2.014,16 \mid 2.0$	2.014,16	23.333,01
Queiroz, N.T.	_	-	1.735,19	1.735,19	1.735,19	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	$1.735,19 \mid 1.735,19 \mid 2.014,16 \mid 23.333,0114,16 \mid 2.014,16 \mid 2.0$	2.014,16	23.333,01
Giannetti, F.F.	26/04/2010	-	1	-	-	335,69	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	2.014,16	335,69 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 2.014,16 16.448,97	2.014,16	16.448,97
Benício, A.P.	-	25/04/2010 1.735,19	1.735,19	1.735,19	1.735,19 1.735,19 1.678,47	1.678,47	-	-	1	-	I	I	I	_	6.884,04



ANEXO X

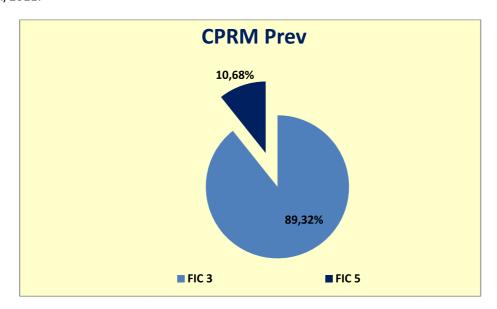
ANEXO X – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal



Valor por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal — CPRM Prev

1. Alocação dos recursos

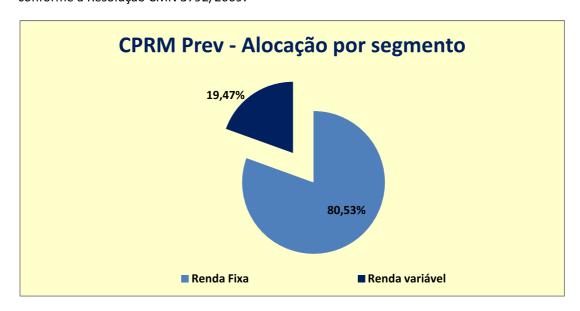
Segue abaixo a posição de alocação dos recursos do plano CPRM Prev, referente ao mês de abril/2011:



Os FIC são Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, no caso exclusivos, que adquirem cotas de Fundos de Investimento também exclusivos da BB Previdência, conforme segue (posição abril/2011):

FIC GRUPO 3								
L	IMITES DE ALOCA	AÇÃO - RENDA FIX	A	LIM	ITES DE ALO	CAÇÃO - RENDA VAR	IIÁVEL	
	POLÍTICA DE IN	VESTIMENTOS	RESOLUÇÃO		POLÍTICA I	DE INVESTIMENTOS	RESOLUÇÃO	
REALIZADO	Alocação Objetiva	limite superior	limite legal	REALIZADO	Alocação Objetiva	limite superior	limite legal	
79,83%	76,25%	100,00%	100,00%	20,17%	23,75%	70,00%	70,00%	
FIC GRUPO 5								
LIMITES DE ALOCAÇÃO - RENDA FIXA LIMITES DE ALOCAÇÃO - RENDA VARIÁVEL								
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			RESOLUÇÃO		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS RESOLUCION		RESOLUÇÃO	
REALIZADO	Alocação Objetiva	limite superior	limite legal	REALIZADO	Alocação Objetiva	limite superior	limite legal	
86,35%	83,47%	100,00%	100,00%	13,65%	16,53%	70,00%	70,00%	

Conforme apresentado, é possível mensurar a participação do plano CPRM Prev por segmento, conforme a Resolução CMN 3792/2009:



De acordo com a tabela abaixo, os recursos do plano CPRM Prev estão alocados em consonância com os limites legais e com a Política de Investimentos da BB Previdência.

CPRM Prev							
	Re	enda Fixa	Renda Variável				
Realizado	Limite Legal	Alocação Objetivo Pol. Invest.	Realizado	Limite Legal	Alocação Objetivo Pol. Invest.		
80,53%	100,00%	77,00%	19,47%	70,00%	23,00%		

Portanto, em recursos financeiros, o montante registrado no sistema de investimentos da BB Previdência, posição Abril/2011, representa R\$ 296.473.254,75 aplicados em renda fixa e R\$ 71.679.302,99 aplicados em renda variável.

2. Retorno das Aplicações

A tabela abaixo apresenta os valores de retorno anuais do plano CPRM Prev comparados com sua meta atuarial:

CPRM Prev	Rentabilidade	Meta atuarial - INPC + 6%
2005	15,50%	11,34%
2006	16,77%	8,97%
2007	14,99%	11,46%
2008	-0,14%	12,87%
2009	25,26%	10,36%
2010	10,46%	12,85%
Acumulado em 2011 (até abril)	0,93%	4,91%



C P R M

ANEXO XI

ANEXO XI – Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar

Aderência dos Investimentos à Política de Investimentos e à legislação em Vigor .

2010



Enquadramento dos Investimentos

No segundo semestre de 2010, a Entidade fez a gestão dos recursos em conformidade com as diretrizes definidas na Política de Investimentos, consonante com a legislação em vigor, não apresentando desenquadramento conforme demonstrado nas figuras 1 e 2 abaixo.

Figura 1. Enquadramento dos investimentos

ENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS											
ATIVOS						Limites de alocação					
Allyos	ATIVOS BIVESTIMENTOS LÍQUIDOS - Valores em reais Participaç				articipação						
	FUNDO HEDGE	BB FUNDO AÇÕES	DD 3 DENDA EIVA	DD 2 DENNA CIVA	tiers compos	TOTAL	8/	Resolução		Resolução	Politica de
		·			ric a - unurva		Recurso	3792	investmentos	3792	investimentos
1) SEGMENTO DE RENDA FIXA	263,121,954,51	1.347.926,93	138,404,345,49	639,203,147,44		1.042.077.374,37	79,329%	100%	87,72%	Ok	ok
1.1.1) TÍTULOS PÚBLICOS/TESOURO NACIONAL	215,613,602,31	1,347,926,93	124.584.570,65	509,311,234,97		850.857.334,86	64,773%	100%			
Letras do Tesouro Nacional - LTN				32,448,025,74		32.448.025,74	2,470%				
Nota do Tesouro Nacional -NTN-C-IGPM	96,205,605,66	-				96,205,605,66	7,324%				
Letras Financeira do Tesouro - LFT				157,426,21		157.426,21	0,012%				
Nota do Tesouro Nacional -NTN-B	103,524,705,14		115,820,120,72	444.050.977,41		663.405.803,27	50,503%				
Nota do Tesouro Nacional - NTN-F				9.841.191,02		9.841.191,02	0,749%				
Operações Compromis, LFT Pré	13,947,892,39	-				13.947.892,39	1,062%				
Operações Compromis, LTN Pós	1,935,399,12	1.347.926,93	8.764.449,93	22.803.614,50		34.851.390,57	2,653%				
1.1.3) TÍTULOS PRIVADOS	47,508,352,20		13,819,774,84	129,891,912,47		191,220,039,51	14,557%	80%		0k	ok
CDB PÓS	39,199,100,14		11.174.870,30	118.092.480,06		168,466,450,50	12,825%				
Debëntures não conversível em ações	5.845.937,93		1,207,971,31	5.435.870.91		12,489,780,15	0,951%				
FDC	2,463,314,13		1.436.933,23	6.363.561,50		10,263,808,86	0,781%				
ATIVOS							0,000%				
AllVOS							0,000%				
2) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		270.274.385,83				270.274.385,83	20,575%	70%	26,00%	OŘ.	ok
2.1) CARTEIRA DE AÇÕES EM MERCADO		270 274 385,83				270.274.385,83	20,575%				
a) Novo mercado		59.935.708,77				59.935.708,77	4,563%	70%		OK	ok
b) Nivel 2 da Bovespa		4.369.850,00				4.369.850,00	0,333%	60%		OK	OK
d) Nivel 1 da bovespa		121.157.870,51				121.157.870,51	9,223%	45%		Ok	OK
Não Classificadas nos ítens a, b e c		84.810.956,55				84.810.956,55	6,456%	35%		ok	ok
VALORES A RECEBER (Investimentos)	315,19	1,449,367,11	268,31	2.130,85	2.930.201,68	4,382,283,14	0,334%				
VALORES A PAGAR (Investimentos)	-291,716,88	(1.072.644,42)	(4.870,00)	(24.287,55)	(483,911,08)	(1.877.429,93)	-0,143%				
VRS. EM TESOURARIA - FUNDOS	56,191,21	10,419,77	55,534,84	53,619,17	11.947,14	187.712,13	0,014%				
Valor de cotização das operações do dia					(2.012.725,47)	(2.012.725,47)					
(')TOTAL INVESTIMENTOS BRUTO	263,121,954,51	271,622,312,76	138,404,345,49	639.203.147,44		1.312.351.760,20	99,904%				
PATRIMONIO LIQUIDO DOS FUNDOS	262,886,744,03	272,009,455,22	138,455,278,64	639.234.609,91		1.313.031.600,07	99,956%				
ATIVO DISPONÍVEL						684.143,49	0,052%				
VALORES A RECEBER (Provisão de Resgate)						325,494,62	0,025%				
EXIGNEL DE INVESTIMENTOS						433,525,46	-0,033%				
RECURSO GARANTIDOR	262,886,744,03	272,009,455,22	138.455.278,64	639,234,609,91		1.313.607.712,72	100,000%				

Fonte: Gerência de Investimentos

Figura 2. Composição dos investimentos

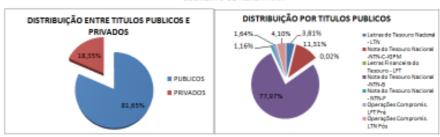
COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS TOTAIS



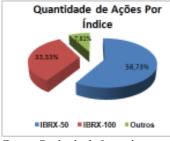




SEGMENTO DE RENDA FIXA



SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL







Fonte: Gerência de Investimentos

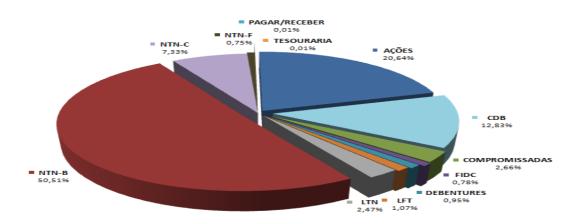


Composição das Carteiras - 2º semestre de 2010

A Composição das carteiras nas figuras 3 e 4 abaixo demonstram os tipos de ativos que constituem os Fundos de Investimentos da BB Previdência:

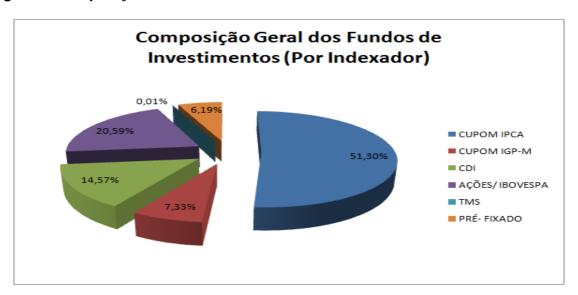
Figura 3. Composição dos Fundos

Composição Geral dos Fundos de Investimentos (por Ativo)



Fonte: Gerência de Investimentos

Figura 4. Composição Geral dos Fundos



Relatório de aderência dos Investimentos- 2º Semestre 2010



Fonte: Gerência de Investimentos

No 2º semestre de 2010 a alocação global dos investimentos permaneceu aderente aos limites estabelecidos na Política de Investimento.

Os recursos administrados pela BB Previdência no segundo semestre de 2010 tiveram sua alocação em quatro fundos de investimentos: BB Previdência Hedge FI Renda Fixa, BB Previdência 2 FI Renda Fixa, BB Previdência 3 FI Renda Fixa e BB Previdência Acões Fundo de Investimentos

A Carteira de Investimentos dos Fundos tem o objetivo de atender os seguintes:

- **1.** Fundo BB Previdência HEDGE: referenciado¹ composto por 40% IMA-C + 30% IMA-B + 30% IMA-S e Créditos Privados com uma banda de 15 pontos percentuais ao redor dessas metas de alocação;
- 2. Fundo BB Previdência 2 FI RF tem o objetivo de atender ao mandato referenciado² composto por 60% IMA-B + 40% IMA-S e Créditos Privados com uma banda de 15 pontos percentuais ao redor dessas metas de alocação,
- **3.** Fundo BB Previdência 3 FI RF tem o objetivo de atender ao mandato referenciado³ de 60% IMA-B + 40% IMA-S.
- **4.** Fundo BB Previdência Ações Fundo de Investimentos tem o objetivo de atender ao mandato do IBrX-100 com uma banda de 15 pontos percentuais ao redor dessas metas de alocação⁴.

Os ativos que compõem os fundos relacionados estão aderentes aos limites e demais regras estabelecidas na Política de Investimentos e a legislação em vigor.

O Benchmark do fundo BB HEDGE foi alterado, estando em fase de adaptação dos ativos para a nova alocação proposta, sendo 40% IMA-C + 40% IMA-B + 20% IMA-S

² O Benchmark do fundo BB RENDA FIXA 2 foi alterado, estando em fase de adaptação dos ativos para a nova alocação proposta, sendo 70% IMA-B, 20% IMA-S e 10% IRF-M.

³ O Benchmark do fundo BB RENDA FIXA 3 foi alterado, estando em fase de adaptação dos ativos para a nova alocação proposta, sendo 75% IMA-B, 25% IMA-S.

⁴ O Benchmark do fundo BB Ações foi alterado, estando em fase de adaptação dos ativos para a nova alocação proposta, sendo Limite de 5% em relação ao benchmark do segmento IBRX-100 + 1% a.a

Indicadores de Mercado x Rentabilidade

As rentabilidades foram calculadas com base nas cotas dos fundos de Investimentos. Apresentamos abaixo nas figuras 10 e 11 resultado dos indicadores de mercado durante o segundo semestre de 2010 e a rentabilidade da BB Previdência. (Anexo 1 rentabilidade dos planos).

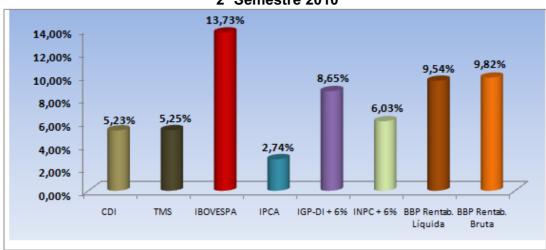
Figura 10. Indicadores de Mercado

Comparativo de Rentabilidade - BB Previdência - 2º Semestre de 2010								
Mês	IBOVESPA	IGP-DI + 6%	INPC + 6%	TMS	CDI	BBP Rent. Líquida	BBP Rentab. Bruta	
jul/10	10,80%	0,71%	0,42%	0,86%	0,86%	3,15%	3,28%	
ago/10	-3,51%	1,59%	0,42%	0,89%	0,89%	0,41%	0,46%	
set/10	6,58%	1,59%	1,03%	0,85%	0,84%	2,12%	2,12%	
out/10	1,79%	1,52%	1,41%	0,81%	0,81%	1,41%	1,42%	
nov/10	-4,20%	2,07%	1,52%	0,81%	0,81%	-0,07%	-0,02%	
dez/10	2,36%	0,87%	1,09%	0,93%	0,93%	2,20%	2,22%	
2º Semestre 2010	13,73%	8,65%	6,03%	5,25%	5,23%	9,54%	9,82%	

Fonte: Gerência de Investimentos

Os investimentos da BB Previdência seguem as diretrizes da sua Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo e consonante à Resolução 3.792/2009.

Figura 11. Comparativo com outros indicadores e Rentabilidade – 2º Semestre 2010



Fonte: Gerência de Investimentos



Divergência não Planejada - DNP dos Planos de Benefícios Administrados pela BB Previdência

Para o período em análise apresentamos os Planos de Benefícios administrados pela BB Previdência que apresentaram DNP negativa, conforme definição da Instrução Normativa SPC nº 02, de 18.05.2010, artigo 13º. No texto:

DA AVALIAÇÃO DE RISCO

"Art. 13. A EFPC, até a implementação de modelo de monitoramento do risco mencionado no Art. 13 da Resolução CMN n° 3.792, de 2009, deve calcula r a Divergência Não Planejada – DNP entre o resultado dos investimentos e o seu valor projetado considerando a taxa mínima atuarial ou o índice de referência observando o regulamento de cada plano administrado pela Entidade".

Art. 15. A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotado quanto à manutenção ou não dos ativos que compõem as carteiras do plano:

- I DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos;
 - Não houve nenhum plano com DNP de segmento negativa por doze meses consecutivos no ano de 2010.
- II DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses (Posição dezembro 2010):

Os recursos dos planos de benefícios administrados pela BB Previdência estão alocados em fundos de investimentos compostos de aproximadamente 79% em renda fixa e 21% em renda variável. Cabe esclarecer que mesmo se tratando de um percentual elevado em renda fixa, poderá ocorrer ocasionalmente rentabilidade abaixo das expectativas, por conta das variações de mercado. Tal fato decorre de que os ativos que lastreiam as aplicações dos planos são apreçados diariamente e que alterações de mercado nas expectativas de juros futuros refletem retornos menores na composição do fundo.

BB Previdência

O resultado das rentabilidades no longo prazo é prejudicado, tendo em vista que no mercado de renda variável ocorreu a crise financeira do *subprime* (crise do setor imobiliário dos Estados Unidos) no período analisado, se agravando principalmente no ano de 2008, o que afetou as bolsas ao redor do mundo, incluindo a BM&FBovespa. As principais economias mundiais ainda estão em processo de recuperação dos efeitos desta crise, o que torna o mercado de renda variável ainda muito volátil. No ano de 2010, ocorreu também o fato de os principais índices de inflação sofrerem altas significativas, dificultando o cumprimento dos compromissos atuariais. O mercado da renda variável, segmento no qual está alocado 21% do patrimônio de investimentos da BB Previdência, teve um retorno de apenas 2,62% (IBRX-100), acumulado no ano de 2010, o que comprometeu a rentabilidade da carteira como um todo neste exercício.

A aplicação dos recursos teve como diretriz os parâmetros estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 e a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da BB Previdência, que determina as práticas de investimentos dos recursos dos planos, objetivando a maximização da rentabilidade dos ativos de modo a constituir reservas suficientes para o pagamento do passivo atuarial, considerando os fatores de risco e os princípios de segurança, solvência e liquidez. Salientamos que as estratégias definidas na Política de Investimentos da BB Previdência são estratégias de alocação de longo prazo, visando à preservação dos ativos financeiros através de um processo prudente de investimento.

Ações de melhoria tomadas em relação aos planos com DNP negativa nos últimos trinta e seis meses: Início da implementação das principais mudanças na Política de Investimentos e manutenção da realização de estudos técnicos e análises de novos investimentos que venham a aumentar a performance da carteira no longo prazo.(Anexo I)



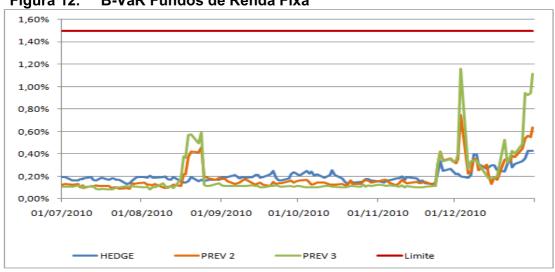
Análise de Risco

Conforme definido na Política de Investimentos para análise de risco, foi utilizado o modelo de cálculo B-VaR (retorno relativo em relação ao benchmark definido para cada fundo de investimento) para avaliação de riscos do mercado para o segmento de renda fixa e renda variável.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado é feito, tanto pelo cálculo 21 dias como para 1 dia do Value-at-Risk (VaR) e pela metodologia da Divergência Não Planejada - DNP.

Em relação ao VaR, observado nas figuras 12 e 13 a seguir, a BB PREVIDÊNCIA adota os seguintes parâmetros para o seu cálculo:

- Modelo: não paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de 21 dias úteis.



B-VaR Fundos de Renda Fixa Figura 12.



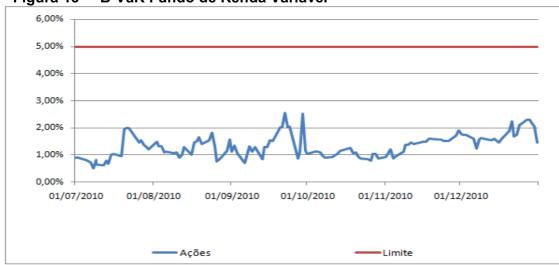


Figura 13 B-VaR Fundo de Renda Variável

Fonte: BBDTVM

Limites:

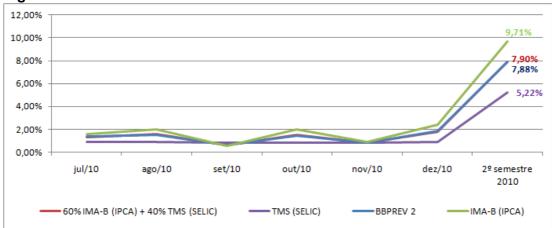
Os riscos dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa (BB Prev 2, BB Prev 3 e BB Prev Hedge), e o fundo de renda variável (BB Prev ações) não extrapolaram os limites de VaR de 21 dias no período analisado.

Volatilidade das Carteiras X Benchmarks

A volatilidade das carteiras em relação aos Benchmarks estabelecidos na política de investimentos mede as principais flutuações e intensidade de frequência de variações bruscas da cotação de um ativo, índice ou título mobiliário. Seguem as figuras 14, 15, 16 e 17 com a volatilidade do período dos fundos de investimentos da BB Previdência:



Figura 14 BB PREVIDÊNCIA 2 FI –RENDA FIXA



Fonte: BBDTVM

Figura 15. BB PREVIDÊNCIA 3 FI – RENDA FIXA

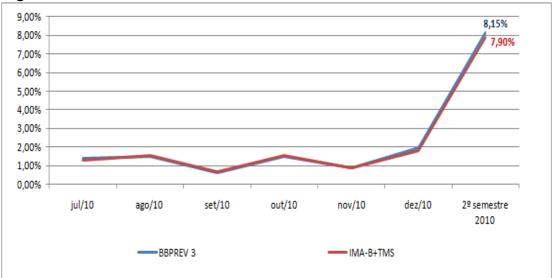
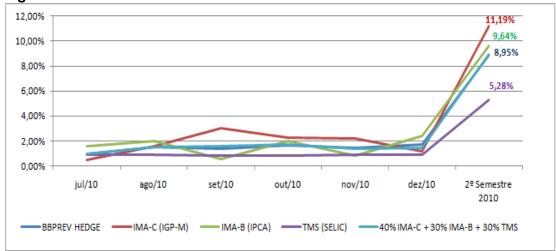


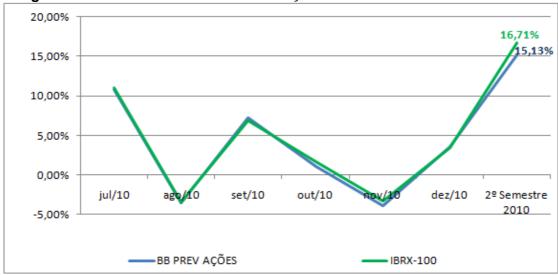


Figura 16. FUNDO BB PREVIDÊNCIA HEDGE FI RENDA FIXA



Fonte: BBDTVM

Figura 17. FUNDO BB PREVIDÊNCIA AÇÕES FI



Rentabilidade dos Investimentos por ativo

O cálculo da rentabilidade por ativo quantifica o percentual de ganho realizado. Seguem os resultados calculados pela TIR – Taxa Interna de Retorno, nos ativos que compõem os fundos de investimentos da BB Previdência, cálculo com referência do mês Dezembro/2010:

FUNDO BB PREVIDENCIA AÇÕES FI – Composto por ações do mercado á vista e operações compromissadas com lastro em LTN. (Figura 18).

Figura 18. Rentabilidade (TIR) FUNDO BB PREVIDENCIA AÇÕES FI

BB PREVIDÊNCIA AÇÕES FI	
RENDA VARIÁVEL	
AÇÕES À VISTA	3,08%
RENDA FIXA	
COMPROMISSADAS	0,92%
RENTABILIDADE DO FUNDO	3,56%

Fonte: BBDTVM

FUNDO BB PREVIDENCIA 2 FI RENDA FIXA – Composto por títulos de renda fixa de crédito privado, títulos públicos e operações compromissadas lastreadas com lastro em LTN. (Figura 19).

Figura 19. Rentabilidade (TIR) FUNDO BB PREVIDENCIA 2 FI RENDA FIXA

BB PREVIDENCIA 2 FI - RENDA FIXA	
RENDA FIXA - CRÉDITO PRIVADO	
TÍTULOS PRIVADOS	0,98%
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	
LFT	0,93%
LTN	1,01%
NTN-B	2,40%
NTN-F	2,42%
COMPROMISSADAS	0,93%
FIDC	1,02%
RENTABILIDADE DO FUNDO	1,88%



FUNDO BB PREVIDENCIA 3 FI RENDA FIXA – Composto por títulos de renda fixa de crédito privado, títulos públicos e operações compromissadas lastreadas com lastro em LTN. (Figura 20).

Figura 20. Rentabilidade (TIR) FUNDO BB PREVIDENCIA 3 FI RENDA FIXA BB PREVIDÊNCIA 3 FI - RENDA FIXA

DD I REVIDENCIA 3 I I - RENDA I IXA	
RENDA FIXA - CRÉDITO PRIVADO	
TÍTULOS PRIVADOS	0,95%
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	
NTN-B	2,48%
COMPROMISSADAS	0,92%
FIDC	1,02%
RENTABILIDADE DO FUNDO	1,98%

Fonte: BBDTVM

FUNDO BB PREVIDENCIA HEDGE FI RENDA FIXA – Composto por títulos de renda fixa de crédito privado, títulos públicos e operações compromissadas lastreadas com lastro em LTN. (Figura 21).

Figura 21. Rentabilidade (TIR) FUNDO BB PREVIDENCIA HEDGE FI RENDA FIXA BB PREVIDÊNCIA HEDGE FI RENDA FIXA

RENDA FIXA - CRÉDITO PRIVADO	
TÍTULOS PRIVADOS	0,96%
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	
LFT	0,93%
NTN-B	2,63%
NTN-C	1,30%
COMPROMISSADAS	0,92%
FIDC	1,02%
RENTABILIDADE DO FUNDO	1,69%
FIDC	1,029

Fonte: BBDTVM

Flávio Pereira da Cruz

Gerente de Investimentos BBP

ANEXO I - Rentabilidade dos planos



Relatório de aderência dos Investimentos

